

Estratégias de Inclusão Socioproductiva



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)
REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL

SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Estratégias de Inclusão Socioprodutiva

VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial

VOLUME 18

Organizadores da Série
Carlos Miranda e Breno Tiburcio

Brasília - novembro/2012

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2012.



Estratégias de inclusão socioprodutiva: VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial do IICA está sob licença de Creative Commons Atribución-NoComercial-Compartir Igual 3.0 Unported.

Disponível em formato PDF em www.iica.int

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no Website institucional <http://www.iica.int> e <http://www.iicaforumdrs.org.br>

Coordenação editorial: Carlos Miranda

Copidesque: Kênia Márcia Meira dos Santos

Diagramação e Capa: Patrícia Porto

Projeto Gráfico: João Del Negro

Foto da capa: Regina Santos/Arquivo IICA

Fotos: Arquivo IICA

Impressão: Gráfica e Editora Qualytá LTDA

Estratégias de inclusão socioprodutiva: VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial / Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores) -- Brasília: IICA, 2012.
224 p., 15 x 23 cm -- (Desenvolvimento Rural Sustentável; v.18)

ISBN 13: 978-92-9248-421-7

1. Desenvolvimento rural 2. Pobreza 3. População rural 4. Políticas 5. Comunidades rurais 6. Desenvolvimento econômico e social 7. Brasil
I. IICA II. Título

AGRIS
E50

DEWEY
307.141.2

Brasília, Brasil
2012

APRESENTAÇÃO

No período de maio de 2010 a setembro de 2011, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) executou o projeto intitulado “A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil: transformações, perfil e desafios para as políticas públicas”. O objetivo foi formular um conjunto de proposições de políticas para o enfretamento da pobreza rural no Brasil, com um foco mais apropriado e diferenciado, que tomasse em conta as profundas transformações ocorridas na sociedade e na economia brasileira nas últimas décadas. Fenômeno que teve grande incidência não só na redução da pobreza do campo, como na mudança de suas características.

Em outubro de 2011, o IICA, por meio do seu Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), realizou o VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, tendo como tema “As Estratégias de Inclusão Socioprodutiva”. Este evento constitui uma das etapas mais importantes do processo de elaboração do Projeto acima mencionado. O objetivo do Fórum foi promover um debate estruturado sobre proposições para a construção de estratégias de inclusão socioprodutiva, visando ao enfretamento da pobreza rural.

Com o propósito de divulgar amplamente a memória, as ideias e as proposições apresentadas e debatidas no VI Fórum, o Instituto apresenta este volume 18, da Série Desenvolvimento Rural Sustentável, intitulado Estratégias de Inclusão Socioprodutiva. A obra contém as palestras proferidas pelos professores Tânia Bacelar, John Wilkinson e Lauro Matei e é finalizada com um relatório de Cláudio Lasa e Sílvia Zimmermann com a memória completa do evento, suas palestras, painéis e o resumos dos debates realizados nas seções plenárias.

Carlos Miranda e Breno Tiburcio

Organizadores da Série DRS

PREFÁCIO

Mais de 40 milhões de brasileiros têm logrado sair da condição de pobreza, durante os últimos 15 anos, como resultado da aplicação de um conjunto de políticas públicas com um claro foco no social e um cenário macroeconômico favorável. Uma das principais lições aprendidas neste período é a mudança de paradigma das estratégias de desenvolvimento, que supera a visão linear do crescimento econômico e incorpora, além do acesso à renda e ao emprego, o acesso aos direitos básicos, como educação e saúde.

Estes e outros temas, que reforçam a importância em discutir as Estratégias de Inclusão Socioprodutiva, foram as principais razões da convocatória para a sexta edição do Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, realizado em Salvador/Bahia, de 25 a 28 de outubro de 2011.

Mais de 400 atores sociais e representantes das organizações territoriais, gestores públicos, movimentos sociais, acadêmicos e entidades de fomento do Brasil e outros países latino-americanos debateram, intercambiaram experiências e geraram proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial para a construção de estratégias de inclusão socioprodutiva, visando ao enfrentamento da pobreza rural.

O alto nível das contribuições realizadas ao longo das diferentes sessões de trabalho, sem dúvida, contribuíram para aprofundar o processo em marcha de emancipação dos indivíduos que moram no meio rural, diminuindo a dependência dos benefícios dos programas dos governos federal, estaduais e municipais, fortalecendo por esta via a sustentabilidade social, ambiental e democrática das estratégias de desenvolvimento.

A representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil tem a honra de fazer parte de um qualificado consórcio de instituições federais e estaduais, entre as quais gostaria de destacar a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e o Núcleo de Estudos Agrários), tendo todos em comum o compromisso irrenunciável de contribuir em possibilitar condições de vida mais digna para todas as famílias que habitam o meio rural brasileiro e latino-americano.

Manuel Rodolfo Otero

Representante do IICA no Brasil

RESUMO

O Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, por meio do Fórum DRS, apresenta o 18º volume da Série de Desenvolvimento Rural Sustentável, contendo a memória do VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, que teve como tema “as estratégias de inclusão socioprodutiva”. O evento foi realizado em outubro de 2011, em Salvador, Estado da Bahia. A obra destaca um conjunto de palestras e debates sobre temas como “políticas de desenvolvimento nacional e inclusão socioprodutiva” (Tânia Bacelar); “as políticas de fomento e inovação para geração de emprego e renda” (John Wilkinson); e “estratégias e proposições para a inclusão socioprodutiva” (Lauro Mattei). Finalizando, a publicação apresenta um relatório, elaborado por Cláudio Lasa e Sílvia Zimmermann, detalhando todas as palestras, intervenções e debates sobre os diferentes aspectos, da temática da inclusão socioprodutiva abordados no Fórum.

Palavras-Chaves: estratégias, inovação, inclusão socioprodutiva

RESUMEN

El Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – IICA, por medio del Fórum DRS, presenta el 18º Volumen de la Serie de Desarrollo Rural Sostenible, conteniendo la memoria del VI Fórum Internacional de Desarrollo Territorial, que presentó como tema “las estrategias de inclusión socio productiva”. El evento fue realizado en octubre de 2011, en Salvador, Estado de Bahia. La obra destaca un conjunto de conferencias y debates sobre temas como “políticas de desarrollo nacional e inclusión socio productiva (Tânia Bacelar); “políticas de fomento e innovación”; “políticas de fomento e innovación para la generación de empleo y renda” (John Wilkinson); y “estrategias y preposiciones para la inclusión socio productiva” (Lauro Mattei). Finalizando, la publicación presenta un resumen, elaborado por Cláudio Lasa y Sílvia Zimmermann detallando todas las conferencias, intervenciones y debates sobre los diferentes aspectos de las temáticas de inclusión socio productiva abordados en el fórum.

Palabras Clave: estrategias, inovación, inclusión socio-productiva

ABSTRACT

The Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture - IICA, through the Forum DRS, presents the 18th volume of the series on Sustainable Rural Development, containing memory VI International Forum of Regional Development, who presented the theme "inclusion strategies socio productive". The event was in October 2011, in Salvador, State of Bahia. The book highlights a series of lectures and discussions on topics such as "national development policies and socio productive (Tânia Bacelar); "development policies and innovation", "building and innovation policies for employment generation and Renda" (John Wilkinson) and "strategies for inclusion and socio prepositions productive" (Lauro Mattei). Concluding, the publication presents a summary prepared by Cláudio Lasa and Silvia Zimmermann detailing all lectures, presentations and discussions on various aspects of the subject addressed socio-productive inclusion in the forum.

Keywords: strategies, innovation, inclusion socio-productive

SUMÁRIO

PARTE 1 - DESENVOLVIMENTO NACIONAL E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA 15
(Tânia Bacelar)

PARTE 2 - AS POLÍTICAS DE FOMENTO À INOVAÇÃO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA 33
(John Wilkinson)

PARTE 3 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM INCLUSÃO PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA RURAL 41
(Lauro Mattei)

1. Pobreza Rural no Brasil: dimensão e determinantes45
 - 1.1 Dimensão atual da pobreza rural45
 - 1.2 Determinantes da pobreza rural47
2. Notas sobre a política de desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil48
3. Inclusão produtiva enquanto estratégia de enfrentamento da pobreza rural..54
 - 3.1 O sentido da “inclusão produtiva”54
 - 3.2 O debate sobre inclusão produtiva55
4. Considerações finais57

PARTE 4 - MEMÓRIA E RELATORIA DO VI FÓRUM INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA 63
(Cláudio Gustavo Lasa e Silvia A. Zimmermann)

- Apresentação e Abertura63
- Pronunciamento dos Integrantes da Mesa Diretora63
- PALESTRA MAGNA: DESENVOLVIMENTO NACIONAL E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA
Tânia Bacelar69

PAINEL 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 77
(Coordenador do painel: Sérgio Leite)

TEMA 1: AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E APOIO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA
Expositor: Valter Bianchini79

TEMA 2: AS POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO PARA A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA Expositor: Otavio Balsadi.....	85
TEMA 3: AS POLÍTICAS DE FOMENTO À INOVAÇÃO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA Expositor: John Wilkinson.....	90
TEMA 4: JUVENTUDE RURAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INSERÇÃO PRODUTIVA Expositora: Elisa Guaraná.....	93
PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS.....	97
PAINEL 2 – EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA.....	103
TEMA: AS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVAS NO MARCO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA UNIÃO EUROPEIA– UE E EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.....	103
(Coordenadora do painel: Tania Lopez)	
DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA NAS ÁREAS RURAIS: A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA UE Expositor: Edelmiro Lopez Iglesias.....	104
1. A diversificação econômica dos espaços rurais.....	105
1.1 A diversificação econômica das áreas rurais: uma necessidade.....	105
1.2 A enorme heterogeneidade do fenômeno da “diversificação”: tipologia das atividades não agrárias nas áreas rurais.....	106
2. A situação das áreas rurais na União Europeia: os problemas de pobreza e da exclusão social.....	106
2.1 Peso demográfico e territorial das áreas rurais.....	106
2.2 Estrutura econômica das áreas rurais: o peso da agricultura.....	106
2.3 Nível de desenvolvimento e desigualdades nas áreas rurais: os problemas de pobreza e exclusão social nas áreas rurais.....	107
3. O impacto da política de desenvolvimento rural da UE: a relativização do seu papel.....	108
3.1 O papel das políticas de desenvolvimento rural na dinâmicas áreas rurais.....	108
3.2 A importância da política de desenvolvimento rural da UE: dos discursos às realidades.....	109

4. As estratégias de inserção socioprodutiva no marco das políticas de desenvolvimento rural: algumas questões para o debate a partir da experiência europeia	111
AS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA NO MARCO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA UNIÃO EUROPEIA	
Expositor: José Emilio Guerrero	113
1. Algumas ideias consolidadas em relação à inclusão desde a perspectiva da UE	115
2. Estratégia Europa 2020 – uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.....	116
3. Plataforma europeia contra a pobreza e a exclusão social.....	117
4. Política de desenvolvimento rural da UE	118
5. Construir o futuro: contratos territoriais	119
DESENVOLVIMENTO RURAL NA ESPANHA	
Expositor: Jesus Casagrande.....	121
1. Contexto geral	122
2. O meio rural espanhol	122
3. A Política Agrária Comum (PAC)	123
4. Aplicação na Espanha do 2º pilar da PAC.....	124
5. A Nova Política Rural: antecedentes	124
6. O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS).....	124
7. A Rede Rural Nacional (RRN).....	127
Conclusões	128
ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA	
Expositor: Byron Miranda.....	129
1. Estratégia de inserção socioeconômica.....	130
2. Eixos para a inserção socioeconômica da agricultura de pequena e média escala.....	132
3. Conclusões	134
CONSIDERAÇÕES DA COORDENADORA DA MESA	
Tania Lopez	135
PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS	137
PAINEL 3 – EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA E ESPECIFICIDADES REGIONAIS.....	139

TEMA 1: INICIATIVAS DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DE FOMENTO PARA A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA.....	139
(Coordenador do painel: Zezéu Ribeiro)	
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA DA INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS ATORES	
Expositor: Jerônimo Souza.....	141
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS PARA A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA	
Expositor: Júlio Cesar Chompanidis.....	147
A ENERGIA ELÉTRICA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIA PARA A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA	
Expositor: Marcelo Zonta Melani.....	152
TECNOLOGIAS SOCIAIS	
Expositor: Jefferson D'Avila de Oliveira.....	158
PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS.....	162
TEMA 2: A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE.....	166
(Coordenador do painel: Cândido Grzybowski)	
AVANÇOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE JOVENS E MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA	
Expositor: Fernando Oiticica.....	167
ECONOMIAS INVISÍVEIS: A TRADICIONALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE COMUNIDADES SOB RISCO NOS SERTÕES DE MINAS GERAIS	
Expositor: Carlos Dayrell.....	174
1. A cachaça no Alto Rio Pardo – agricultura geraizeira.....	178
2. Queijarias da Serra Geral – agricultura catingueira.....	180
3. Consequências e desafios.....	181
4. Iniciativas em andamento: reposicionamento socioeconômico que tem como lastro a tradicionalidade.....	182
REFLEXÕES SOBRE INICIATIVAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA AS-PTA	
Expositor: Jean Marc Von der Weid.....	184
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS INICIATIVAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA....	189
Expositor: Cândido Grzybowski.....	189
PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS.....	190

PAINEL 4 – REQUISITOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA194

(Coordenador do painel: Lauro Mattei)

INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO EQUADOR

Expositor: Miguel Carvajal Aguirre 194

BANCOS PÚBLICOS E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Expositor: Bruno Martello de Conti 198

1. Bancos públicos e inclusão socioprodutiva 199
 - 1.1. Investimentos 199
 - 1.2. Serviços públicos.....200
 - 1.3. Microcrédito para giro e investimento.....200
2. Estratégias do BNDES para inclusão socioprodutiva200

ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Expositor: Roberto Marinho202

1. Fundamentos para uma perspectiva emancipatória de inclusão socioprodutiva.....202
2. Estratégia: integração de iniciativas econômicas solidárias em redes territoriais de cooperação204

PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS.....208

SÍNTESE FINAL – ESTRATÉGIAS E PROPOSIÇÕES PARA A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Expositor: Lauro Mattei210

Parte I: Diagnóstico da realidade atual e projeções futuras.....210

Parte II: Requisitos para a construção de estratégias socioprodutivas212

MESA DE ENCERRAMENTO214

Carlos Miranda.....214

Jerônimo Souza215

PARTE 1

DESENVOLVIMENTO NACIONAL
E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA■ **Tânia Bacelar**

Professora da UFPE e Sócia da Cepan Consultoria

Palestra Magna proferida durante o VI Fórum
Internacional de Desenvolvimento Territorial
25 a 28 de outubro de 2011 – Salvador-BA



Tânia possui extenso currículo na área de política e social e se destacou como secretária estadual e municipal de planejamento e na reformulação do projeto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste –SUDENE. Atualmente é economista, socióloga e professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

Boa noite a todos e a todas. Começo por agradecer a vocês o convite para estar aqui neste momento e fazer a intervenção de abertura de mais este Fórum, o sexto agora, com o acúmulo importante de contribuição para esse tipo de política que o Brasil vem

implementando. Vou tratar do tema central do evento, que remete à preocupação com a inclusão socioprodutiva. E vou usar o seguinte roteiro: primeiro contextualizo o tema, depois vou para o Brasil recente e, em seguida, olho um pouco para as oportunidades que estão diante de nós num futuro próximo e termino com algumas considerações finais, voltando à temática da inclusão.

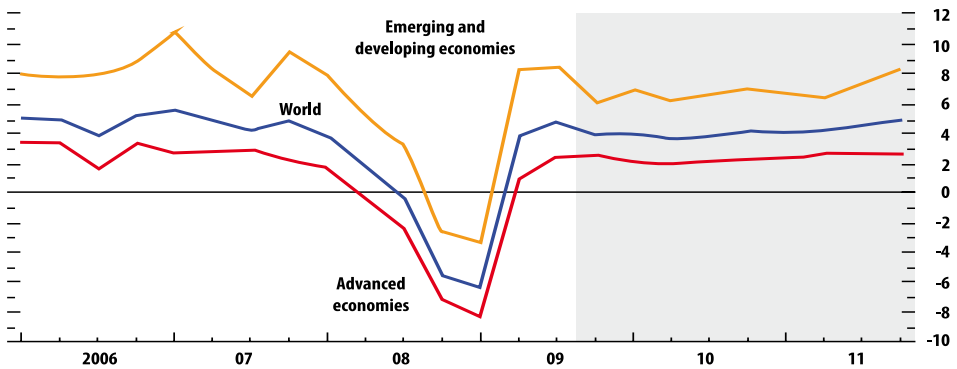
Começemos pelo conceito de inclusão produtiva. Penso que se deve usar um conceito bastante amplo, que extrapole a inclusão vista apenas como inserção na vida econômica dos países por meio do mercado de trabalho. Essa é uma inserção importante, mas é preciso ir além e considerar que a inserção produtiva e social estimula a, por exemplo, pensar na inclusão via acesso à renda por meio de políticas sociais, como o Brasil fez recentemente e se tornou referência mundial nesse tipo de iniciativa. Mas vale pensar também na inclusão via acesso a serviços básicos. O direito a se inserir na vida do País por meio de acesso a serviços fundamentais como os de educação, saúde, além do acesso à luz elétrica, à água e ao sistema de esgoto, acesso à comunicação moderna... Portanto, há um amplo elenco de iniciativas que ampliam a inserção das pessoas na vida do País. E, finalmente, a inclusão via iniciativa produtiva, que tem destaque, por exemplo, na agricultura familiar, mas também a que se dá via produção dos autônomos ou economia solidária. Há, portanto, várias formas de participar da vida produtiva do País. E é com essa visão que vou tratar o tema.

A primeira observação, tentando contextualizar, me leva a ser um pouco pessimista porque o contexto mundial é atualmente adverso à inserção socioprodutiva. Antes de tudo porque se vive o momento do capitalismo, em que o capital se reproduz mais e melhor na esfera financeira que na produtiva. Basta ver um número que é assustador e que obtive num relatório do FMI às vésperas da falência do Lehmann Brothers. Aquele relatório estimava o montante de ativos financeiros que existia no mundo e comparava com o PIB mundial. Naquele momento, os ativos financeiros chegavam a quase novecentos trilhões de dólares, que, comparados com o PIB mundial de 60 trilhões de dólares, dão a dimensão do que é o movimento de financeirização recente. Ou seja, indica, com clareza, a rota do capitalismo do fim do século XX para cá. Num mundo como este, falar de inserção socioprodutiva já é um grande desafio, porque na esfera financeira se pode ganhar trilhões ou bilhões em alguns momentos sem criar nenhum emprego, basta, por exemplo, estar na moeda certa, na hora certa de uma crise cambial, ou ter apostado na ação a própria que vai puxar o crescimento extraordinário durante algum tempo e sair dela no momento certo. Nesse caso, não cria nenhuma oportunidade de inserção produtiva, mas o capital se reproduz aceleradamente.

Como se não bastasse tal contexto, este mundo entra em crise, e não é à toa que ela explode no coração da esfera financeira, em *Wall Street*, para simbolizar que era aí que estava o comando dessa trajetória que determina a crise. E, na verdade, a causa

principal foi essa ampliação desregulada da esfera financeira da economia mundial. Ela é que está no coração deste momento de crise que o mundo está vivendo e que dificulta, na maioria das sociedades, a inserção socioproductiva. Mas essa crise tem uma característica interessante: ela atinge mais os países ditos desenvolvidos. O gráfico que agora apresento, também elaborado pelo FMI, mostra isso com a trajetória do crescimento do PIB mundial de 2006 a 2011: nele se vê que a dinâmica dos países mais avançados é que está pior.

Gráfico 1 - Global GDP Growth



Fonte: IMF staff estimates

O vermelho representa os países avançados e o mostarda indica a trajetória daqueles ditos emergentes, que se mostram em situação bem melhor. Portanto, a crise bate forte nos países mais avançados enquanto aqueles de desenvolvimento intermediário estão sofrendo menos, daí estarem ganhando posição relativa no contexto mundial. O que quero dizer com isso? É que, de fato, hoje, o debate sobre a inserção produtiva se mundializou e a solução está muito mais difícil, onde já foi mais fácil no passado, e está mais fácil onde era mais difícil. Ou seja, países como os BRIC, que já respondem hoje por cerca de um terço do PIB mundial, um padrão semelhante ao da economia americana ou europeia, têm atualmente ambiente mais favorável à inserção socioproductiva. E estamos entre eles.

O Brasil tem uma herança pesada que seja a do século XX. Nele, fomos, no contexto mundial da época, exemplo de dinamismo econômico. A China de hoje era o Brasil dos anos cinquenta, sessenta do século passado. Tanto é que conseguimos entrar no século XX como uma potência agrícola e chegar em 1980 com a oitava maior e mais diversificada base industrial do mundo. Era o G7 (grupo dos mais desenvolvidos)

e o oitavo era o Brasil. Quando o País entra na crise dos anos 80, a chamada crise da dívida externa, era a oitava maior e mais diversificada base industrial do mundo porque a sociedade brasileira havia feito esta aposta: queria ser uma potência industrial importante, e conseguiu. Havia construído grandes e modernos centros urbanos e possuía também uma base agropecuária ampla e moderna. Então, do ponto de vista econômico, não restava dúvida de que o Brasil podia ser relacionado como exemplo de sucesso. Mas, quando visto pelo lado social, se percebia outro Brasil: grande parte da sociedade brasileira vivia na miséria. Era Brasil para um terço da sociedade brasileira que se havia construído e dois terços estavam excluídos do fruto daquele padrão de crescimento. Os padrões sociais eram mais parecidos com os dos países mais pobres do mundo do que com os do G7. E, quando se tratava de desigualdade social, o Brasil só perdia para duas potências, Honduras e Serra Leoa. Dois pequenos países conseguiam ter mais desigualdades do que a oitava propalada economia do mundo.

Esta era a marca brasileira: um país exitoso do ponto de vista econômico, mas com precários indicadores sociais e com uma desigualdade social muito grave.

E o que aconteceu com o Brasil recentemente? Primeiro, conseguimos melhorar nosso ambiente macroeconômico. O desequilíbrio que a dívida externa provocou, a hiperinflação que veio junta, a vulnerabilidade externa na qual o País ficou depois de vários anos de política de câmbio fixo, a crise financeira aguda do setor público, isso tudo sob a influência das políticas liberais impulsionadas pelo “Consenso de Washington”, principalmente na década de noventa.

Isso mudou e o País foi conseguindo gradualmente domar a inflação e melhorar seus indicadores macroeconômicos, como se vê na tabela a seguir.

Tabela 1 – Brasil: evolução do ambiente macroeconômico

Indicador	2002	2010	Obs
Reservas (Líquidas)	37,8	285,4	US\$ Bi
Risco BRASIL	1446	180 (dez)	Inv. Grade em 2009
Inflação (IPCA)	12,5%	5,6%	
Dívida Púb./PIB	51,3%	40,07%	
Crédito/PIB	24%	45%	36% em dez 2008
Exportações	60	202	US\$ Bi

Como se constata, qualquer indicador mostra que a situação que temos hoje é muito melhor do que a situação na qual terminou o século XX. Restando aí um problema

relevante que é expresso na relação dívida pública/PIB, que está associada à crise da dívida na qual mergulhou o Brasil nos anos oitenta: a dívida externa de metamorfoseou em dívida interna ao longo dos anos e se mantém muito elevada. Na verdade, o Brasil não entra em crise nos anos 70 com a crise do petróleo, pois nela o País até se saiu bem: resolveu produzir petróleo internamente e hoje é autossuficiente, e resolveu trocar petróleo por álcool e agora é importante produtor de etanol, com grande parte da sua frota de veículos rodando com um combustível que não vem do petróleo. Portanto, o choque do petróleo não foi um problema para nós, foi uma oportunidade.

Mas o choque dos juros que impactou na dívida externa foi um grande problema. E a crise da dívida externa, no caso do Brasil, foi sentida, sobretudo, pelo setor público, porque quem havia se endividado nos anos 70 era justamente esse setor. Nesse contexto, o “choque dos juros” dado pelo EUA no final dos anos 70 bateu de frente no setor público brasileiro, e essa relação dívida pública/PIB começa a crescer.

Com o modelo de estabilização que o País adotou no Plano Real, a dívida pública aumentou ainda mais. Ao se tornar vulnerável externamente, para enfrentar as crises (México, países da Ásia, moratória da Rússia...), elevava significativamente os juros e, com isso, ampliava muito a dívida pública. Assim, o Brasil chega ao começo do século atual com uma relação dívida pública/PIB flutuando entre 60% e 55%. Mas conseguiu baixar essa relação para 36% (na véspera do estouro da bolha imobiliária americana) e voltou a um patamar de 40%, que é o atual (2011). Visto agora no cenário mundial, este é um bom indicador. Nos EUA, essa relação hoje é de 107% e, na zona do euro, 91% (sendo na Grécia 163% e na Itália 126%). O problema é que os nossos 405 são servidos a uma taxa de juros que é a mais alta do mundo. E, como a taxa de juros é muito elevada, isso tem um ônus para a sociedade brasileira muito grande, sendo uma das dificuldades para a inserção socioproductiva no País.

É que o Estado brasileiro endividado tem que servir aos seus credores pagando um custo da dívida muito alto. Quando se observa, por exemplo, orçamento da União deste ano, quase um terço dos recursos é gasto com o pagamento dos serviços da dívida pública. Se a gente comparar isso com o quanto se gasta com educação, que é em torno de 3%, e com saúde (cerca de 4%), tem-se a dimensão do que ainda representa essa carga para a sociedade brasileira.

Mas, nos demais indicadores, a situação melhorou. Outra mudança importante é da própria localização da produção brasileira. A grande marca do Brasil do século XX foi ter se tornado potência industrial e ter ousado concentrar 80% da produção industrial de um país continental como o nosso em uma única região, a Sudeste. A Tabela 2, a seguir, mostra isso.

Tabela 2 – Brasil e regiões: evolução do VTI e do VPA – 1970-2005

Regiões	Valor da transformação industrial		Valor da produção agropecuária	
	1970	2005	1970	2005
Norte	0,8	4,8	3,1	7,0
Nordeste	5,7	9,2	18,3	14,3
Sudeste	80,7	61,8	37,3	29,7
Sul	12,0	20,5	33,8	28,2
Centro-Oeste	0,8	3,7	7,5	20,8
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

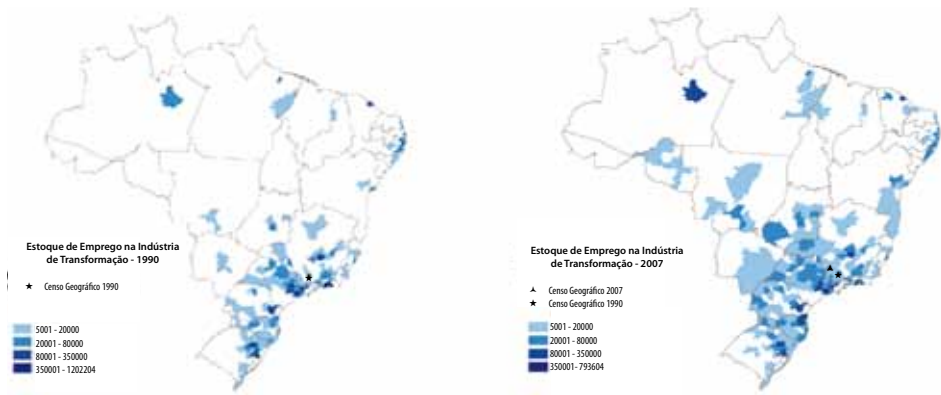
Fonte: IBGE

Nenhum país ousou tanto, especialmente quando se observa que uma nação enorme como esta concentrou quase metade de sua base industrial numa única cidade. São Paulo chegou a ter 43% da indústria do Brasil. Isso provoca uma desigualdade interna muito grave que vai levar certo tempo para corrigir.

Mas esse movimento já começou. Quando se vê os dados da Tabela 2, constata-se, por exemplo, que, na metade da década passada, esse percentual havia caído para 62%. Ainda era muito alto, mas bem menor do que antes e todas as outras regiões ganharam importância relativa.

Do lado da agropecuária, também se observa uma mudança que pode ser vista quando se compara o Valor da Produção Agropecuária (VPA), entre 1970 e 2005: a Região Norte e principalmente a Centro-Oeste ganham importância relativa. O Centro-Oeste praticamente triplica o peso relativo na produção agropecuária nacional. O problema aí é o Nordeste: a região perde peso relativo na produção nacional (era 18%, caindo para 14%) e mantém sua importância na população ocupada no meio rural brasileiro. O Nordeste atual produz cerca de 14% da produção agropecuária brasileira, mas detém aproximadamente 45% da população ocupada na agropecuária. Portanto, essa é uma realidade muito especial que precisamos examinar e tratar. Nas demais regiões, isso é mais equilibrado.

Do ponto de vista industrial, o mapa a seguir apresentado, elaborado em estudo feito pelo IPEA recentemente, mostra que a concentração brutal no Sudeste começa a diminuir. E isso é importante quando visto com base no emprego industrial, vez que a discussão aqui é sobre a inclusão socioprodutiva.

Figura 1 - Distribuição regional do emprego industrial – 1990 e 2007

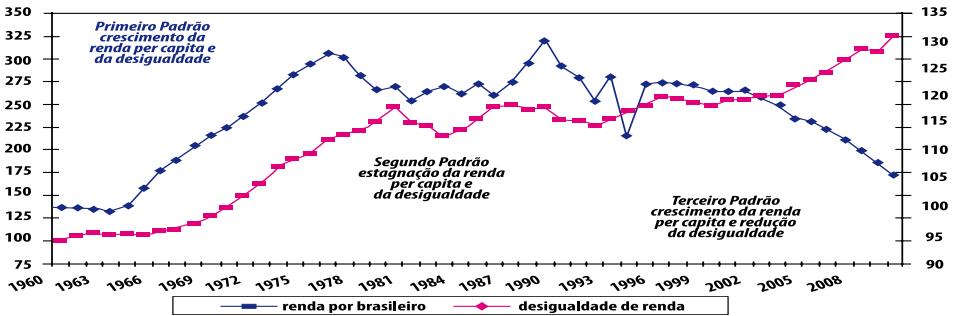
Fonte: OLIVEIRA CRUZ, Bruno e SOARES DOS SANTOS, Iury Roberto. Dinâmica do Emprego Industrial no Brasil entre 1990 e 2007: Uma Visão Regional da “Desindustrialização”. IPEA/ Boletim DIRUR n. 02, jul/09

Ao se observar os dois mapas do emprego industrial, percebe-se que há uma mancha no entorno do sudeste indo na direção do sul, mas vai também ao caminho do Acre (agroindústria), e que ela se amplia no litoral do Nordeste, aumentando também a importância com Manaus no coração da Amazônia como um polo industrial relevante (claro que financiado com incentivo fiscal).

É vital constatar que esse movimento é favorável porque ajuda na inserção socioprodutiva nas várias regiões.

Mas a mudança mais significativa que aconteceu no Brasil foi a que se deu no padrão de crescimento econômico. O gráfico a seguir, também elaborado em estudo do IPEA, mostra a mudança central: o País deixou de crescer concentrando renda e passou a crescer reduzindo a concentração da renda. A figura a seguir deixa isso claro.

Gráfico 2 - Brasil: evolução dos índices da renda *per capita* nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal (1960 = 100)



Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração IPEA).

Aprendemos a combinar política social com política econômica e isso foi muito importante. Foi esse o dever de casa que o Brasil fez bem na primeira década do século XXI, e que deu um resultado muito interessante para a discussão que se quer fazer aqui: os desafios da inclusão socioproductiva.

Qual foi a opção estratégica inicial? Foi atuar do lado da renda, diferentemente do que os economistas gostam de recomendar, que é atuar primeiro no lado da produção. Com políticas sociais, agiu-se do lado da renda, melhorando o nível de renda das famílias. Contribuiu para isso, por exemplo, a Constituinte de 1988 quando estendeu a Previdência para o mundo rural. Alguns conservadores discordaram firmemente e até disseram que a nova Constituição era inviável, e que o País iria afundar. Para o Nordeste, por exemplo, tal medida foi fundamental. Porque, daqueles 43% da população economicamente agrícola do País que vive no Nordeste, a grande parte está no espaço semiárido. E exatamente ali, no final da década de oitenta, a única fonte de renda monetária da grande massa de pequenos produtores havia acabado. A praga do bicudo tinha atingido o algodão e o desaparecimento dessa fibra tinha eliminado a única fonte de renda monetária deles. A previdência veio e resolveu a situação dessa população. Já se imaginou o que seria de Salvador, Recife, Fortaleza e tantas outras cidades do Nordeste se o constituinte não tivesse tomado aquela decisão? Como tais cidades teriam inchado e o que teria ocorrido com os sertanejos, no desespero da perda do único lastro de renda monetária que obtinham de seu trabalho no semiárido do Nordeste?

O País começa ali a fazer política relevante de transferência de renda: o Governo Lula acelerou esse processo. E teve coragem de dar uma cobertura universal com o programa Bolsa Família a quem ganhava até um quarto do salário mínimo. No começo, houve quem criticasse, mas o impacto foi tão favorável que hoje é difícil encontrar quem ouse questionar esse tipo de política social.

O impacto teve algumas diferenças importantes. A população pobre, que recebe essa transferência de renda do governo, está concentrada em dois lugares no Brasil: na parte rural do Nordeste, tanto que ele recebe 55% dos recursos do Bolsa Família; e no Sudeste, porque o segundo endereço da pobreza no Brasil é a periferia das grandes cidades e as maiores cidades do Brasil estão nesta região, que fica com 25% dos recursos do programa. Só que no Sudeste o impacto dessa transferência de renda é só social: ela toca naquelas pessoas e lhes dá a cobertura social do Estado. A estrutura econômica muito grande da região nem percebe aquele volume adicional de recursos que ali chega. Porém, na grande maioria das pequenas cidades do Nordeste, que não têm base produtiva, aquela transferência quando chega, de forma permanente, não modifica só a vida de quem recebe o Bolsa Família, mas a vida do lugar: muda a feira, a padaria, a farmácia... Com ela, está sendo inserida toda aquela população na vida social e econômica do País.

E foi isso que se fez nos anos recentes: combinou-se o aumento da renda, via políticas sociais, com o aumento do salário mínimo, que foi outra ousadia importante da sociedade brasileira nos últimos tempos. Sou de uma geração de economistas que apoiava o movimento sindical e, quando a gente mostrava que era viável o salário mínimo atingir os cem dólares, o Brasil parecia que ia acabar. No dia seguinte, a grande mídia alardeava: a Previdência vai falir, todos os pequenos e médios municípios vão desaparecer do mapa... O País ousou fazer um aumento real continuado e significativo do salário mínimo: nem a Previdência faliu, nem os pequenos municípios desapareceram. Ficamos melhores do que antes. Já rompemos aquele limite há muito tempo (o salário mínimo hoje ultrapassa os 300 dólares). Isso aumentou a capacidade de compra das pessoas e melhorou a sua possibilidade de inserção no mercado.

Tal iniciativa teve impacto muito favorável no Nordeste. Porque, de novo, há uma diferença: no Brasil mais rico, a maioria dos trabalhadores já está acima do salário mínimo. Mas, no Brasil mais pobre, a maioria deles está colada no salário mínimo. Então, o impacto maior foi no Norte e no Nordeste. Com isso, dinamizou-se o consumo, pois, ao aumento da renda via políticas sociais, o País teve a sabedoria de juntar com uma política econômica: a política de crédito. Ampliou-se o volume de crédito e o ofertou do jeito que o brasileiro gosta: com prazo alongado. Quem não conhece o Brasil pergunta: como foi que o consumo se acelerou tanto com crédito caro, pois o País tem a taxa de juros mais alta do mundo? Só que o brasileiro não faz conta de taxa de juros: faz conta do tamanho da prestação.

Renda mais alta, crédito abundante e bem escalonado geraram surpresa para muitos: revelou-se o potencial de um amplo mercado insatisfeito existente no País, o mercado da maioria dos brasileiros. Justamente aquela parte da população que ficou por fora do crescimento brasileiro no século XX.

E isso ajudou na retomada do crescimento da tal oitava economia do mundo a uma taxa próxima de 5% ao ano.

E qual foi a surpresa? Os conservadores diziam: não adianta fazer transferência de renda para esse povo porque eles vão tomar cachaça... Até que se tomou: a indústria de bebida vai muito bem! Mas não só. Quando são observados os segmentos que foram estimulados por essa demanda adicional, constata-se que ela se dirigiu para a estrutura industrial moderna que o País havia montado no século XX. Isso porque os novos consumidores foram comprar DVD, TV a plasma, moto, máquina de lavar, automóvel etc. E isso estimulou a moderna base industrial brasileira.

E o consumo ativado estimulou o investimento. Tanto que, quando veio a crise de 2008, as estatísticas sobre o Brasil revelavam que já não era mais o consumo das famílias que puxava o crescimento, e sim o investimento. A taxa de investimento pulou na frente da taxa de crescimento do PIB, e começou a crescer o dobro da taxa de crescimento do PIB.

Os empresários haviam partido para o investimento e o Brasil conseguiu, com o apoio de medidas governamentais anticíclicas, resistir razoavelmente à crise.

Vale ainda ressaltar que não foi o mercado quem fez esse tipo de crescimento: foram as políticas públicas. Quando se observa, por exemplo, que o que está por trás do aumento do consumo é a política de transferência de renda, é o aumento real de salário mínimo, é a ampliação do crédito, é o apoio à agricultura familiar... Houve, portanto, um conjunto de políticas públicas que acionou esse modelo levando o Brasil a chamar atenção internacionalmente.

Muitos se perguntavam: mas o que é que está acontecendo no Brasil? No mundo está aumentando o desemprego e no Brasil ele está se reduzindo à metade em uma década? O mundo está com grande dificuldade para incluir trabalhador na força de trabalho e o Brasil está aumentando o emprego formal? E era verdade.

Interessante notar que o Norte e Nordeste se saíram melhor nesse modelo do que no anterior. Um exemplo: essas regiões lideram as taxas de crescimento do emprego formal nos últimos anos. Assim como lideram o crescimento do consumo das famílias (medido pelo volume de vendas no varejo). O IBGE aplica uma pesquisa mensal no varejo e, pelos seus dados, para um crescimento médio de 40% do Brasil, o Norte e o

Nordeste estavam em um patamar de 52% de crescimento das vendas entre 2003 e 2009.

Outra mudança importante: a modesta redução da desigualdade de renda. Modesta porque o patamar de desigualdades no Brasil ainda é tão grande que o que se fez é muito pouco diante do que precisa ser feito. Mas é significativo ter invertido a curva: no século XX, essa curva caminhava na outra direção. Quanto melhor o Brasil ia, mais a desigualdade aumentava. E conseguimos inverter isso.

Essa foi uma mudança muito interessante e credito grande parte dela ao nosso processo de redemocratização. As políticas sociais merecem crédito especial que se aprendeu a construir no Brasil redemocratizado. O País foi aprendendo a fazer boas políticas sociais, e os indicadores socioeconômicos também melhoraram. Qualquer indicador que se observa revela essa tendência à melhoria: salário mínimo, taxa de desemprego, criação de emprego, índice de Gini, índice de pobreza absoluta... Resultado: o País foi capaz de retomar o crescimento ampliando as oportunidades para a inserção socioproductiva.

Agora, vou olhar para o futuro. Antes de tudo, vale dizer que no ambiente mundial não existe apenas crise financeira. Ela é importante, mas existem “outras crises” (atenção às aspas). Relevante chamar atenção para mais mudanças que estão acontecendo no mundo.

Primeiro, a mudança do conceito de desenvolvimento, que é, por sinal, muito positiva: o conceito hegemônico de desenvolvimento do século XX está perdendo força e o de desenvolvimento sustentável está ganhando força. Qual era o conceito do século XX? Era o de que desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico: país desenvolvido era o que tinha o PIB *per capita* grande. Esse era o indicador que se adotava. E, se fosse portador de boa base industrial, era ainda melhor! Não é à toa que o Brasil resolveu ser industrial: ser país desenvolvido era ser país industrial. E conseguimos ser a oitava potência industrial do mundo: só que fizemos isso a qualquer custo social e ambiental. O debate ambiental, aliás, sequer estava presente na agenda do Brasil. Agora, o mundo está mudando e cada vez menos se acredita que desenvolvimento é sinônimo de crescimento e isso se mede num PIB *per capita* importante. Hoje já se está cobrando mais desse conceito de desenvolvimento. Cobra-se, por exemplo, que o desenvolvimento amplie significativamente as oportunidades de inserção socioproductiva da maioria da população.

E o cuidado com a natureza que ganhou força em meados do século XX entrou na agenda mundial, principalmente por conta do aquecimento global. O aquecimento global está colocando isso com muita força na agenda: ele toca na variável consumo. E

alerta: não dá para sonhar com o padrão de consumo americano do século XX, pois ele é insustentável; a terra não o suporta. Vamos ter que aprender a ser felizes com outro molde. Essa é a discussão que se está fazendo hoje. E veja que esta é uma variável muito difícil de mudar, porque toca em valores, nos sonhos das pessoas; ela não é só econômica.

Por outro lado, estão mudando os paradigmas técnicos. A indústria do século XX era produto do paradigma eletromecânico. A do século XXI está associada à eletrônica. Essa transição já começou e se impõe a cada dia. Tudo que era eletromecânico está se tornando eletrônico, porque a eletrônica tem um atributo que a outra não tem, que é a flexibilidade. O exemplo que gosto de dar é o da comparação entre a mais avançada máquina de datilografar elétrica e o pior computador. A máquina de datilografar mais avançada tinha uma borrachinha muito fina, mas rasurava, e se o escritor quisesse consertar teria que começar a datilografar o texto de novo. O pior computador permite consertar e continuar: não precisa fazer de novo. Isso é o definidor da mudança, daí a tendência: o que era eletromecânico tende a ser eletrônico.

Na agricultura também. A agricultura do século XX era a agricultura da química: do fertilizante, dos defensivos... A de hoje disputa dois outros paradigmas: ou é a agricultura dos transgênicos, que não é filha da química, e sim da genética, ou a agricultura biológica, que também não é filha da química, é filha da biologia ou da biotecnologia. São outros padrões técnicos, completamente diferentes do que era a agricultura do século passado.

A mudança do padrão energético é outra já em curso: anuncia-se o fim da era da energia fóssil e o começo da era da energia renovável.

A nova geografia geopolítica mundial é outra modificação relevante. No final do século XX, a principal potência econômica eram os EUA, a segunda era o Japão e a terceira a Alemanha (todos dois países perdedores da segunda Guerra Mundial, donde podiam ser potência econômica, mas não podiam ser potência militar). Então, o mundo ficou com uma única potência que podia ser potência econômica e militar, e isso não foi bom. Esse cenário está mudando, novas potências estão emergindo e todos os analistas concordam que o século XXI vai ter um mundo mais multipolar. Tanto que na crise econômica em curso se ouviu muito pouco falar do G7 e se ouviu mais falar do G20: sinal dos tempos... Essa é uma mudança importante.

E, enfim, vale destacar a quebra da onda liberal. As décadas finais do século XX foram marcadas pela hegemonia do pensamento liberal e, no Brasil, resistimos o que pudemos na década de 80, mas “mergulhamos de cabeça” na década de 90, e pagamos caro por isso. No começo do século XXI, claro que não se vai achar que o liberalismo acabou, mas perdeu força. Perdeu mundialmente e perdeu muita força no Brasil. Uma das mudanças que o Brasil realizou foi retomar a presença do Estado brasileiro. Mesmo

com o tamanho da dívida pública que se tem hoje, o esforço foi na direção de retomar a presença das políticas públicas na vida do País.

E, finalmente, a mudança-síntese: o rumo à sociedade no conhecimento, que vai marcar o século XXI. Nela, os países vão ser obrigados a investir cada vez mais em educação e em capacidade de inovar, que vão ser duas variáveis vitais do século XXI e que são dificuldades do Brasil.

Mas, olhando para o futuro, estamos diante de duas importantes janelas de oportunidades. Primeiro, para o Brasil urbano e industrial, abre-se a possibilidade de consolidar o que foi a opção estratégica brasileira no século XX, que foi ser uma potência industrial e um país urbano. Quando se olha para a frente, temos tudo para manter essa trajetória. Temos um mercado interno amplo, integrado, base industrial ampla, moderna e diversificada (que vai da produção de avião até a moda. Possuímos um sistema financeiro amplo, bem estruturado, moderno e sólido, além de uma base de serviços especializada e moderna. Então, quando se olha para o Brasil, percebe-se que temos tudo para continuar apostando nesta direção. Há um problema, no entanto, que merece destaque: o segmento mais intensivo em valor agregado da indústria brasileira tem apresentado dificuldade de enfrentar a competição com bases produtivas de outros países, a da China em especial. E está perdendo espaço mesmo no mercado nacional. O Brasil, nos anos recentes, passou a importar mais bens de alto valor agregado e a exportar mais *commodities*. E isso é um problema para um país que quer continuar como potência urbana industrial. Eis um desafio importante.

Por outro lado, quando se olha para o mundo rural, identificam-se novas oportunidades numa visão de futuro. E esse é um debate muito interessante porque o Brasil do século XX não queria muito olhar para o mundo rural, essa é que é a verdade. Como a sociedade brasileira se queria urbana e industrial, a agenda do rural no Brasil perdeu força. Mas, quando se olha para o mundo hoje, percebe-se o seguinte: a matriz energética está mudando na direção das energias renováveis, e as energias renováveis estão no mundo rural, não estão nas cidades. E o Brasil nesse contexto tem uma posição muito privilegiada, porque, com a descoberta do petróleo na camada do pré-sal, vamos ser atores relevantes do fim da era do petróleo. Mas não podemos nos encantar com isso, pois, na verdade, o maior potencial do Brasil é para ser ator fundamental da nova era da energia: a era das energias renováveis. Já temos hoje uma matriz energética mais diversificada do que a média mundial, 43% da oferta de energia do País é renovável, quando a média mundial é 14%. E temos potencial para várias energias renováveis, a biomassa, a eólica, a solar, entre outras.

Além disso, o Brasil tem água, e água hoje é um recurso escasso no mundo. E possui muita terra fértil: tem praticamente a capacidade de dobrar a superfície cultivada do

País. Além de dominar a tecnologia agrícola muito bem. Isso num contexto mundial de demanda crescente por alimentos. A FAO e o Banco Mundial estão alertando que, nas próximas décadas do século XXI, vai haver pressão no mercado de alimentos, porque a demanda mundial está crescendo rapidamente e a oferta não está acompanhando. O capital financeiro percebeu muito bem essa tendência e está especulando fortemente nesse mercado. Então essa é uma realidade. A China está aumentando a renda média e a população está comendo mais, o mesmo ocorrendo com a Índia, e só aí está um terço da humanidade. Por sua vez, a América Latina e a África também estão pressionando o mercado mundial de alimentos.

Quando os analistas buscam uma saída, o mapa da solução aponta para o Brasil. O Brasil tem terra, tem água e tem tecnologia. Por outro lado, existem estudos muito interessantes que mostram o seguinte: quando uma pessoa aumenta sua renda, o que ela passa a comer? Proteína e mais fruta. O Brasil hoje é mundialmente competitivo na produção de proteína e na produção de frutas, e tem um potencial enorme para ser muito mais importante como produtor de alimentos. Portanto, é uma janela de oportunidade muito interessante e para se voltar a discutir o Brasil rural. E essa é uma agenda notável para se voltar a discutir a inserção socioproductiva no Brasil do século XXI.

E vale destacar que, para fundamentar tal debate, uma mudança considerável está em curso nos anos recentes. É que começamos a aprender a combinar melhor o agronegócio com a agricultura familiar. Antes, quando se iniciava o debate sobre o Brasil rural e ia defender a agricultura familiar, ouvia-se: esquece, isso é coisa de pobre! Isso não é rentável! Isso não tem futuro! Muitos afirmavam que o Brasil tinha que copiar os EUA e centrar esforços apenas na agricultura patronal. A gente tem que ser uma grande potência agrícola baseada no agronegócio. E isso ainda é muito forte na sociedade brasileira. Na academia, no meio econômico, político, no Congresso Nacional, onde a maior bancada não é a do PMDB, e sim a ruralista (que tem gente de todos os partidos), ainda predomina a visão de que não vale apostar senão na agricultura patronal. Mas, se começou a colocar uma cunha nessa visão, e essa foi uma mudança importante que o País fez do final do século XX para cá. Crédito tal modificação aos movimentos sociais, aproveitando o momento da redemocratização. No Governo Fernando Henrique, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Vivia-se um momento de desmonte do Estado brasileiro e se conseguiu criar aquele Ministério e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF. O Presidente Lula, ao assumir, deu impulso a essas duas iniciativas: passou o PRONAF de R\$ 2 bilhões para R\$ 15 bilhões em poucos anos. Mas quem as criou? Foram os movimentos sociais em meio a essa disputa com o agronegócio. E essa discussão sobre qual Brasil rural a sociedade brasileira quer para o século XXI é importante. O agronegócio é muito bom em termos de inovação, de competitividade: aí, inegavelmente, ele é forte. Mas não cria emprego, ao contrário, o

destrói, pois tende a substituir gente por máquina. Então, se a sociedade brasileira quer um Brasil só do agronegócio, o País vai ter uma PEA agrícola muito pequena e vai ter que resolver o problema da inserção socioprodutiva nas cidades. Por outro lado, qual é a grande vantagem da agricultura familiar? É que ela emprega. O Censo Agropecuário de 2006 mostra isso: 75% do emprego rural no Brasil está na agricultura familiar. E não é verdade que ela é inviável. O censo mostra que é viável, tanto que responde por mais de metade da oferta de alimentos do País. Ora, se essa estrutura não é competitiva, não é consistente, como é que ela assegura a grande parte do consumo de alimentos de um país como este? E este é um debate muito importante para se continuar fazendo, porque implica enfrentar desafios enormes.

O que estou tentando mostrar é que estamos diante de grandes janelas de oportunidades. Cabe, então, falar dos principais problemas brasileiros. E escolhi os seis que considero os mais pesados. Primeiro, a educação, e principalmente a educação básica, posto que é ela que está na base da criação de oportunidades de inserção na sociedade. E é aí onde o Brasil tem uma de suas mais importantes “maquininhas de gerar desigualdades”. A escola básica no Brasil seleciona. Quem pode faz uma escola boa, quem não pode faz uma escola ruim. E, nesse caso, a partida já discrimina. Os EUA, desse ponto de vista, nos dão uma lição. O sistema básico é universal. Na partida, qualquer cidadão americano está na mesma escola, então, vai depender dele o que vai acontecer daí para a frente. Aqui não. Aqui quem vai para uma escola de péssima qualidade já começa na desvantagem. Sendo assim, esse é o grande desafio do Brasil. O IDEB de 4.2 não é aceitável: é uma média baixa. Mas toda média no Brasil é enganosa pelo tamanho da desigualdade social que temos. Quando se desagrega esse 4.2, percebe-se que a grande maioria das crianças brasileiras está muito abaixo desse número. Portanto esse é o grande desafio.

No ensino superior, até que houve um avanço. Havia dois milhões de jovens nas universidades e agora são cinco milhões. O País colocou para dentro das faculdades muito mais jovens, em especial no interior. Mais do que dobrou a oferta em poucos anos. O Pró-Uni foi uma iniciativa que teve efeito impressionante. Confesso que era contra ele, pois sou professora de uma universidade federal e considerava que, em vez de colocar recursos públicos no Pró-Uni, se deveria colocar esse dinheiro nas universidades federais. O Presidente Lula teimou e bancou o programa. E o que aconteceu? Dos cinco milhões de jovens cursando o nível superior, 25% estão na escola pública e a maioria absoluta está na escola privada. Em São Paulo, 90% na escola privada e 10% na rede pública. Na média do Brasil, é 4 a 1. E sabem quantos jovens têm acesso ao Pró-Uni? 700 mil. Este é o mesmo número de alunos nas federais. Portanto, o programa dobrou a oferta de vagas em poucos anos. O que é que isso mostra? Mostra a fome por educação que existe neste país. Então esse é um problema sério do Brasil.

O outro problema é a infraestrutura econômica. É verdade que existem gargalos importantes de infraestrutura econômica, não é à toa que o PAC tem esse foco, a velha estrutura fundiária, para não deixar de falar nela, porque eu não sou daquelas que acham que esse problema já passou, ele continua sendo um bloqueio considerável.

Saiu uma matéria no jornal em Pernambuco com o Lula dentro de um canal: ficou bem pequenininho, o canal enorme, e uma matéria com uma senhora que estava sendo desalojada porque o canal iria passar pelas terras dela. E ela aparecia feliz porque iria ser transferida para outra terra, onde iria receber a casa e alguns hectares em torno da casa. Sabe qual era a alegria dela? Não era a casa. Era que deixaria de pagar 25% de tudo que faturava de renda da terra. Será que a questão agrária está resolvida no Brasil? Ela estava perdendo 35% da renda porque não tinha terra. Porque plantava na terra dos outros. Então esse ainda é um problema.

O sistema tributário é outra questão, posto que ele é outra “maquininha de gerar desigualdades” no Brasil. Quanto melhor funciona, pior é, porque quem recebe mais paga menos, quem recebe menos paga mais. Quem tem patrimônio não paga... Vocês conhecem o ITR, que é uma piada. Outro dia eu fiz a conta e o ITR do ano era menos que o IPTU de um bairro de São Paulo. Então é uma piada em um país continental como este. Quem tem patrimônio não paga e quem recebe salário paga. Tudo está pelo avesso. Esse é um problema e não existe quem mude. E a sociedade não faz o debate, porque o que ela faz é o impostômetro em cima da carga tributária bruta. A dificuldade da gente não é a carga tributária bruta, é a composição dela. Quem paga! Não é o total que é arrecadado. E a gente não consegue fazer esse debate, nem consegue passar a danada da reforma tributária no Congresso.

O sistema de inovação brasileiro, por sua vez, é muito frágil. Melhoramos, investimos nele, estruturamos. Mas, quando se olha para a China, para a Índia etc., percebemos como se está distante do que precisa ser feito nessa área no Brasil.

Finalmente, a consciência ambiental brasileira é muito insuficiente. Avançou-se no debate, mas estamos longe de pensar em um país realmente sustentável. É muito difícil discutir esse tema no Brasil, vez que tem um desvio muito importante: a sociedade tende a achar que o nosso patrimônio ambiental é tão grande que dá para continuar desperdiçando ou usando de forma errada os recursos naturais do País. Há uma mentalidade meio distorcida, que vai por aí.

Por outro lado, é verdade que temos essa vantagem em um mundo que está cobrando que se use tais recursos com cuidado, o que o conhecimento permite fazer. Daí a vantagem de não estar no século XIII, mas no XXI. O conhecimento avançou e

hoje dá para usar bem os recursos naturais que se tem. Mas a sociedade brasileira está longe de compreender isso.

Finalizando, considero que para ampliar o debate sobre a inclusão socioprodutiva é fundamental continuar ampliando as políticas sociais: foi esse um dos nossos aprendizados recentes. Por meio de boas políticas sociais, o País melhorou. Agora é cada vez mais importante, por exemplo, apoiar a economia solidária e a economia popular, criando frentes de expansão local. Não se está pensando aqui no Brasil do petróleo, do agronegócio, mas existe outro Brasil e é preciso olhar para ele. Esse outro Brasil tem uma força muito grande, tem uma enorme capacidade de promover a inserção socioprodutiva e a sociedade brasileira não tem tratado isso com a prioridade que deveria tratar. É uma daquelas apostas em que se fica meio em dúvida se vale a pena apostar forte nela. Dá um apoio aqui, outro incentivo acolá, mas não passa muito disso.

Mas comecei dizendo que inserção não é só colocar as pessoas para trabalhar. É assegurar direito à educação, água, luz elétrica. E nesse campo os indicadores do Brasil ainda são desafiadores, os da Bahia nem é bom falar.... Por sua vez, políticas de gênero e etnia, de valorização da juventude são agendas importantes para o debate da inserção socioprodutiva. Isso porque não basta conseguir entrar na vida econômica do País. As condições de entrada e as de permanência não são as mesmas para a sociedade brasileira atual. E ainda há muito a fazer nesta direção.

PARTE 2

AS POLÍTICAS DE FOMENTO À
INOVAÇÃO PARA A GERAÇÃO
DE EMPREGO E RENDA■ **John Wilkinson**

OPPA/CPDA

Palestra proferida durante o VI Fórum
Internacional de Desenvolvimento Territorial
25 a 28 de outubro de 2011 – Salvador-BA



Bom dia! Bom dia a todos! Eu gostaria também, como os outros membros da banca, de agradecer o convite do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para participar deste evento e dizer que é um grande prazer estar de volta a Salvador. Eu passei dois anos aqui na Bahia, assim que cheguei ao Brasil, e foi quando eu conheci e trabalhei a questão da agricultura e agricultura familiar. Então, é uma coisa muito querida para mim estar aqui de volta.

Eu vou falar hoje sobre o significado de inovação na questão dos movimentos e políticas para agricultura familiar e desenvolvimento territorial.

Inovação é, hoje em dia, sobretudo neste momento da morte de Steve Jobs, uma palavra na moda. Todo mundo fala de inovação e talvez isso possa ser visto como um modismo, mas eu acho que tem pelo menos três razões para imaginar que a noção de inovação é central, e vai ficar central para nós nos anos vindouros.

Em primeiro lugar, temos a própria velocidade das transformações tecnológicas que afetam todas as áreas de nossa vida e impactam todos os países e as camadas populacionais. Isso quer dizer que tem um ajuste permanente das condições de nossas vidas.

A segunda razão é que, mesmo não levando em conta a velocidade das transformações que impactam sobre o nosso futuro, as nossas próprias condições de reprodução estão mudando dramaticamente. Modificações no clima e tudo que se associa a isso fazem com que nossas tradições e condições rotineiras de reprodução mudem. Assim, precisamos de inovações mesmo para lidar com o cotidiano e a simples reprodução.

E o terceiro ponto é que a inovação é central como tema, e não um ato isolado. Ela envolve uma dinâmica e tem embutido nela opções e alternativas de desenvolvimento, colocando, portanto, a questão de que o caminho de inovação é mais relevante para nós hoje.

Eu quero focar em quatro pontos que julgo centrais a esta discussão.

O primeiro é o seguinte: qual é o papel de inovação hoje na economia brasileira como um todo? Atualmente, quais são as políticas dominantes em torno de inovação?

O segundo é um tema mais específico: qual é o significado de inovação para os movimentos sociais? Para os desafios e objetivos específicos dos movimentos sociais hoje?

O terceiro é: qual é o modelo de inovação? O que estamos falando em termos de inovação? Existe a inovação que passa pela ideia de patentes, de propriedade intelectual, de apropriação privada dos resultados de ciência e tecnologia. E existe, também, a noção como um bem coletivo, como no caso das fontes abertas de inovação na tecnologia de informática, ou o que se chama *copyleft* na publicação, na música, na literatura. Então, o modelo de inovação nos interessa muito.

E o quarto ponto, igualmente central, é: inovação para que finalidade?

Inovação tem sido muitas vezes associada simplesmente a uma melhoria na produtividade, na competitividade, progresso técnico. Mas crescentemente estamos entendendo que ela tem conteúdo e envolve uma opção substantiva que precisamos

fazer, como no caso de transgênicos ou não transgênicos. Assim, os objetivos de desenvolvimento estão embutidos nessa questão.

Eu vou tentar fazer um breve histórico das políticas de ciência e tecnologia e inovação no Brasil, e ver como elas evoluíram ao longo do tempo e têm sido influenciadas por novas percepções sobre inovação, pressões de movimentos sociais e entender o que o conceito de inovação implica hoje.

Não vou entrar em detalhes sobre a pré-história da ciência e tecnologia no período da substituição de importações. Nesse período, em geral, achava-se que inovação era simplesmente uma decorrência da consolidação de uma base industrial e produtiva no País. Seria um desdobramento de competências produtivas, então não tinham, em geral, na América Latina, políticas específicas de inovação. Mas o Brasil se destacou por ter desenvolvido precocemente iniciativas específicas de informação e promoção de ciência e tecnologia na criação do CNPq e da CAPES e na montagem de vários centros de pesquisa. Porém tivemos que esperar até os anos 1980 e a democratização para colocar a ciência e tecnologia como um objeto de políticas específicas. E, em meados dos anos 1980, a secretaria de ciência e tecnologia foi criada, que mais tarde veio a ser o Ministério de Ciência e Tecnologia. Isso foi motivado pela percepção de que o mundo estava mudando dramaticamente com a chegada de uma nova onda de tecnologias – a informática, a biotecnologia, novos materiais e a química fina – que iriam sucatear a base industrial já consolidada. Tentou-se estabelecer uma base endógena de informática que foi em geral mal lograda, mas foi um esforço digno de se reposicionar em um novo contexto do mundo no qual uma recente família de tecnologias estava redesenhando a base econômica.

Nos anos 1990, tivemos uma mudança bem diferente na evolução da ciência e tecnologia com o período da abertura e da integração dos mercados globais, dos avanços na governança global em torno da OMC e, sobretudo, das regras de propriedade intelectual relacionadas aos mercados globais. Aí vimos a internalização no Brasil desta visão de inovação, fundamentalmente organizado em torno de um fortalecimento de patentes e de propriedade intelectual e de um estímulo à inovação privada para fins de competitividade que afetaram o conjunto da legislação e, mais especificamente, também, a agricultura com a nova lei de cultivados.

Ao mesmo tempo, nesse período, houve uma série de privatizações das economias, que tinham sido chamadas chaves para a própria capacidade de ciência e tecnologia no País. Sendo assim, isso foi parcialmente compensado pela criação de fundos setoriais, que, daqui para a frente, seriam uma das bases principais para financiar a ciência e tecnologia. Mas até então a noção de inovação estava pouco presente, a noção era fundamentalmente ciência e tecnologia, avanços no progresso técnico.

No final desse período, começou-se a refletir sobre inovação, não simplesmente como a geração de tecnologia na academia e nos centros de pesquisa, que então se difundiria espontaneamente para as empresas. Ao contrário, foi agora entendida que ela exigiria uma intervenção política específica para fazer com que as novas fronteiras de ciência e tecnologia se transformassem em inovações. Isso abre um novo período na política de ciência e tecnologia e temos uma aceleração desse esforço de conectá-las com a economia. Detectava-se um uso muito baixo delas nas empresas e foi promovida toda uma série de legislações que estimulavam a adoção de ciência e tecnologia para inovação nas empresas, como também incentivos para uma transferência de cientistas para dentro delas. Foi nesse período também que se começou a popularizar os parques tecnológicos e incubadores para propulsionar as empresas de conteúdo tecnológico. Outro desenvolvimento importante nas políticas foi a integração da política de ciência e tecnologia na política industrial e na de desenvolvimento dos grandes programas do PAC.

Durante essa década, a noção de ciência e tecnologia como componente da política industrial começou a ser fortemente desenvolvida. O modelo Embrapa foi visto como o mais bem sucedido em galvanizar o setor econômico e foi utilizado para tentar generalizar esse modelo de integração de ciência e tecnologia às estratégias industriais. Dois outros elementos muito importantes para nós surgiram nesse período também. Em primeiro lugar, houve uma descentralização de inovação de ciência e tecnologia. Ela não era vista agora como responsabilidade apenas do governo federal e começaram a se consolidar fundos de amparo à pesquisa e parques tecnológicos nos Estados e municípios. A ideia de inovação começava a ser atrelada à ideia da localidade e do território. Em segundo lugar, surgiu a noção de tecnologia como inovação para inclusão social, e não simplesmente ligada à ponta, à fronteira da tecnologia e da competitividade. De qualquer forma, houve uma mudança muito importante no conceito de ciência e tecnologia e inovação nesse período.

Como interpretar essa dinâmica? O que está por detrás dessa mudança é uma efervescência, um desenvolvimento de debates e uma modificação de orientação dentro da própria academia no pensamento sobre o significado de inovação. Houve mudança de uma visão neoclássica de inovação, vista simplesmente como um estoque de novos conhecimentos desenvolvidos no setor público que se difundem aleatoriamente no tecido econômico, para uma visão de inovação como um esforço sistêmico que envolve as instituições da sociedade, as políticas, os sistemas de financiamento, e não simplesmente a questão de ciência e tecnologia em senso estrito. Tudo isso exige uma organização em rede para a promoção de inovação.

Nesse período, também, deixou-se de pensar a ciência e tecnologia como um fenômeno que sai do laboratório e eventualmente chega ao mercado. Pelo contrário,

a inovação é atrelada também à sociedade, à demanda e está sujeita à contestação pela demanda. Os transgênicos são um bom exemplo disso e, nesse contexto, entra a questão da relação entre inovação e os movimentos sociais.

Paralelamente a isso, houve uma mudança muito importante na ideia de inovação que agora não é vista simplesmente como um mecanismo para promover o crescimento econômico, mas é orientada a objetivos específicos de desenvolvimento e o novo conceito de desenvolvimento que surge nesse período é fundamental.

Mas, na mesma forma que os indicadores no período anterior, neste momento também temos um fortalecimento de propriedade intelectual e dos mecanismos de apropriação privada, mesmo adiante da nova visão de inovação como uma atividade intrinsecamente coletiva. Uma mudança fundamental que afeta a noção de inovação é a transformação nas relações entre o setor público e privado, entre o mercado e a sociedade, onde as fronteiras se tornam cada vez mais porosas. É muito difícil agora pensar em inovação como sendo exclusivamente do setor público ou exclusivamente orientada ao mercado. O que importa, hoje em dia, é a sociedade como um todo, envolvida no direcionamento e ritmo da inovação. A inovação não é mais limitada à inovação tecnológica e científica, mas é fundamentalmente um processo social que está em jogo, e ele tem aspectos tecnológicos, organizacionais e institucionais, ao mesmo tempo.

Outro elemento muito importante de inovação que surge dos estudos é que ela não é simplesmente transmitida por textos ou uma questão apenas de fórmulas codificadas, mas se transmite na interação, na proximidade entre os atores na troca de conhecimento. Assim, a inovação tem muita coisa a ver com a localização, com uma coletividade ancorada em torno de recursos específicos que ao longo do tempo negocia as formas melhores de se apropriarem daqueles recursos. Por isso, ela é muito ligada a sistemas locais, a *clusters* (APLs no nosso modelo brasileiro), um fato muito importante no contexto da questão de desenvolvimento e de sustentabilidade. Inovação, portanto, não é simplesmente uma ampliação do ritmo de crescimento, mas uma opção em torno de desenvolvimento crescentemente definido pelos valores da sociedade e do ambiente.

A associação de inovação com a inclusão social faz com que a exclusão digital se torne uma questão-chave para a sociedade com o surgimento de respostas na forma de educação a distância e iniciativas de microcrédito. Ao mesmo tempo, a inovação visando inclusão social evolui para a noção de inovação social, no sentido de transformar as condições sociais de populações marginalizadas, afetadas negativamente pela dinâmica dominante da economia. Assim, multiplicam-se as redes de tecnologias sociais, institutos de tecnologias sociais, bancos de dados para compartilhar inovações

na área de tecnologias sociais, centros de referência, bem como os prêmios de inovação social promovidos pela FINEP e pela CEPAL. Uma dinâmica muito importante nesse sentido é a articulação entre a inovação e a economia solidária que está se consolidando no Brasil e em outros países.

As definições de tecnologia e inovação social focalizam o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras desenvolvidas e aplicadas na interação com a população, e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. Assim, prioridade agora é dada à simplicidade, baixo custo, facilidade de aplicação e comprovação de impacto social. Um conceito totalmente diferente de inovação começa a ser ancorado dentro dos movimentos sociais e assumido também por políticas que são especificamente relevantes para políticas territoriais.

Mesmo assim, precisamos desenvolver uma visão mais ampla de inovação social. Por que isso? Porque inovação deve ser vista como elemento central aos movimentos sociais e às políticas associadas, e podemos dizer que o movimento social por si só é uma grande inovação. O objetivo de um movimento social é de transformar a realidade, criar novas instituições, novas prioridades. Então é essencialmente inovadora nesse sentido e se baseia fundamentalmente num paradigma tecnológico diferente que é, grosso modo, o da sustentabilidade com todos os seus componentes. Esse conceito de inovação entra em choque com dinâmicas dominantes de inovação que ainda mantêm o foco em desenvolvimentismo

A própria definição legal da agricultura familiar e a sua consolidação numa política ancorada no Estado, e não associada simplesmente a um governo ou um partido, foram uma inovação fundamental que tem norteado políticas e movimentos sociais nos últimos 20 anos e consagraram uma categoria social antes não reconhecida. O mesmo está acontecendo hoje em dia com o conceito de território. Para promover essas novas categorias, é preciso buscar formas alternativas de inserção produtiva, o que requer a geração de inovações na própria forma de organizar e comunicar com a sociedade. Um exemplo aqui é a certificação participativa – as redes de Ecovida –, o que representa uma grande inovação na forma de negociar seus produtos com a sociedade. As próprias redes e associações que estamos desenvolvendo em relação ao território ultrapassam as organizações tradicionais de sindicatos e partidos políticos e estão criando redes e organizações que são inovações fundamentais na forma de organizar a ação coletiva.

Esta é a nova questão de inovação que envolve o Estado e as relações de política, as relações público-privadas, a forma nova de articulação entre o Estado e a sociedade civil por meio da promoção de conselhos, da internalização das negociações da sociedade civil. Todas estas são inovações institucionais e organizacionais fundamentais

no momento atual. Uma inovação, também, é a própria criação do MDA e todos os desdobramentos que Bianchini mostrou afora nesta mesa. Nada disso existia e são criações coletivas de pressões e movimentos sociais, de reflexões da academia, que desenvolvem instituições complexas para lidar com problemas de uma maneira totalmente diferente.

É claro que a tendência dominante de inovação inclui uma série de elementos que são extremamente ameaçadores, como o desemprego, a apropriação privada de conhecimento, bem como as políticas implícitas nas opções macroeconômicas que dificultam ações de inovação social. Nesta apresentação, no entanto, estou focalizando os elementos positivos da inovação. A minha conclusão principal é de que ela é fundamentalmente um processo social e não deveria ser vista como uma atividade especial, apenas da ciência e da tecnologia, da pesquisa e do desenvolvimento. A capacidade inovadora é fundamental e o acesso ao conhecimento, um ponto enfatizado por todas as participantes nesta mesa, é uma pré-condição para isso. Para concluir, não devemos pensar em inovação simplesmente como um resultado de políticas, mas como a origem de novas políticas ao mesmo tempo. Obrigado!

PARTE 3

DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL COM INCLUSÃO
PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA
DE ERRADICAÇÃO
DA POBREZA RURAL¹■ **Lauro Mattei**

Professor dos cursos de graduação e de pós-graduação em Economia da UFSC e do curso de pós-graduação em Administração da UFSC



Introdução

A pobreza continua sendo um tema prioritário nas agendas dos governantes de diversos países em razão dos efeitos deletérios causados por esse fenômeno sobre a ordem social presente e futura. De natureza histórico-estrutural, tal problema nem sempre é tratado adequadamente pelos gestores públicos, particularmente quando se fixam metas e objetivos de políticas públicas voltadas à erradicação desse flagelo social.

¹ Artigo escrito no âmbito do projeto de pesquisa "Aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial", por meio de convênio entre o IICA e o OPPA/CPDA/UFRRJ.

Para grande parte da literatura especializada sobre o tema da pobreza, parcela expressiva do problema pode ser atribuída ao pouco crescimento econômico dos países, o qual leva à falta constante de empregos e de salários adequados. Com isso, cria-se um círculo vicioso, uma vez que os filhos das famílias pobres têm menos chances de conseguirem oportunidades de trabalho de qualidade para auxiliá-los a sair dessa condição de vida, levando-os a reproduzir o fenômeno de forma sistemática.

Dessa maneira, a pobreza passou a ser um problema mais consistente a partir das crises econômicas que afetaram a maioria dos países, especialmente o Brasil, nos anos de 1980, quando, além das deficiências estruturais do modelo de desenvolvimento econômico, os problemas sociais – antigos e novos – tornaram-se obstáculos reais para conformação de uma sociedade mais igualitária. Com isso, além dos baixos índices de crescimento econômico, da aceleração dos processos inflacionários e da crise fiscal e financeira do Estado, verificou-se uma deterioração do tecido social.

Do ponto de vista econômico, o dinamismo ocorrido durante a vigência da industrialização do País (décadas de 1940 a 1970) se esgotou rapidamente, impactando de forma negativa sobre os agregados macroeconômicos, especialmente sobre o nível de renda *per capita*, que passou a apresentar uma trajetória de queda, e sobre o próprio mercado de trabalho, cujas taxas de desemprego e de informalidade se expandiram fortemente durante as duas últimas décadas do século XX. Esses fatos, somados ao histórico processo de concentração da renda, agravaram ainda mais as já precárias condições de vida da população em todas as regiões do País.

Do ponto de vista social, nas duas últimas décadas do século XX, ocorreu um forte crescimento dos índices de pobreza e de miséria em todo o País. Aliados à natureza estrutural da exclusão social, tem-se, ainda, os efeitos perversos dos programas de estabilização econômicos, os quais agravaram as condições do mercado de trabalho, levando ao aumento das taxas de desemprego, à expansão da informalidade e à redução dos salários básicos, bem como estimularam a continuidade dos deslocamentos populacionais, os quais provocaram inchaços das grandes metrópoles urbanas, que passaram a concentrar a maior parte da população do País. Com isso, a partir da década de 1990, o número absoluto de pobres vivendo nas cidades – e especialmente nas áreas metropolitanas – superou o número de pessoas pobres que vivem nas áreas rurais. Diante dessas características e com uma população cada vez menor coberta pelo sistema de proteção social, criaram-se condições favoráveis para a manutenção do processo de exclusão social e de expansão do número absoluto de pobres.

É justamente essa trajetória histórica que começou a mudar no início do século XXI, quando políticas públicas foram implementadas no sentido de inibir esse processo histórico de exclusão social, ao mesmo tempo em que buscavam a incorporação de

milhões de pessoas aos mercados. Entre essas políticas, destacam-se aquelas relativas à esfera produtiva e as próprias políticas sociais, que, pela primeira vez na história, também passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas que habitam as áreas rurais do País.

Ultimamente, tornou-se quase que obrigatório articular o tema da erradicação da pobreza a um conjunto de políticas desenhadas para responder a desafios estruturais nem sempre perceptíveis e/ou ao alcance de determinadas ações segmentadas entre distintas esferas governamentais. É nesse contexto que emergiu recentemente, no debate sobre a pobreza, a questão da inclusão produtiva enquanto instrumento de ação que visa a tornar as pessoas pobres em cidadãos efetivos.

Estudo do IICA (2011) destaca que a redução da pobreza no conjunto do País está associada à matriz institucional da política social vigente, cuja abrangência e capilaridade se constituíram no principal canal de uma política ampla de combate à pobreza. Para tanto, destaca-se o caso do Programa Bolsa Família e, mais recentemente, do próprio Programa Brasil Sem Miséria, o qual pretende alargar o enfoque do programa anterior, ao estabelecer uma abordagem do problema da pobreza associado às carências estruturais e sociais mais complexas.

Especificamente em relação à redução da pobreza rural, estudo do OPPA (2011) afirma que o declínio dela no Brasil nos últimos anos está relacionado, de modo central, a três ordens de fenômenos ligados à intervenção governamental na economia. Em primeiro lugar, à retomada do crescimento econômico e do aumento do emprego na economia que, de modo geral, ocorreu ao longo dos dois Governos Lula até a crise financeira internacional de 2008. Ligue-se a isto o persistente aumento real do salário mínimo verificado no período, que promoveu uma considerável elevação da demanda interna na economia, tornando-a uma das fontes significativas de crescimento econômico no período. Note-se que essa política promoveu um revigoramento das economias de pequenos municípios no interior do Brasil, muitos deles rurais, elevando a renda e o consumo de seus habitantes e gerando efeitos positivos territoriais e microrregionais. Há evidências de que o vigoroso crescimento da economia em 2007 e 2008 foi fundado no investimento e no consumo doméstico, sendo que o incremento do consumo foi principalmente o dos consumidores da base da pirâmide social, localizados particularmente no Nordeste e no Norte do Brasil².

Em segundo lugar, a redução da pobreza rural esteve ligada à criação, ampliação e legitimação social do Programa Bolsa Família e de uma rede de proteção e de promoção social, na qual se destaca o Programa de Previdência Social Rural, que pôs em prática

2 Segundo, por exemplo, Tânia Bacelar, Palestra, Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Olinda/PE, 25-28 de junho de 2008). Por um Brasil com Gente. Brasília, CONDRAF, p. 21-30 e 112-3, e Tânia Bacelar, Entrevista, Desafios, julho 2008, p. 8-14.

uma estratégia intersetorial de enfrentamento da pobreza. Em 2009, o Programa Bolsa Família incluiu cerca de 12 milhões de famílias ou, aproximadamente, 48 milhões de pessoas. Para tanto, o Bolsa Família teve seu orçamento ampliado, no período, de R\$ 3,2 bilhões em 2003 para R\$ 12 bilhões em 2009³.

Por fim, a implementação de um conjunto amplo de políticas públicas diferenciadas, de âmbito federal, dirigidas ao meio rural e destinadas a estimular a produção de alimentos por meio da agricultura familiar e a aumentar o acesso das populações carentes a esses alimentos, também deve ser destacada quando se considera a redução da pobreza rural nos últimos anos. Nesse particular, merecem referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Reforma Agrária (assentamentos, regularização e crédito fundiário), os Programas Territórios da Cidadania e Territórios Rurais de Identidade, o Programa Luz para Todos (de eletrificação rural) e a Política de Habitação Rural, além de programas destinados a povos e populações tradicionais, antes “invisíveis” para a política governamental, como as comunidades quilombolas.

Em função disso, referido estudo concluiu que o debate atual sobre o desenvolvimento rural, e recentemente sobre o desenvolvimento territorial, no Brasil, fundamenta-se, entre outros aspectos, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. De certa forma, o conceito de território (concebido como uma escala de ação adequada para empreender políticas públicas diferenciadas) insere-se nesse contexto, refletindo as disputas existentes entre estratégias tão distintas, como aquela que acentua o processo de crescimento econômico com forte vocação exportadora na área agrícola ou como aquela que valoriza os processos de desenvolvimento sustentável aliados à ideia de justiça e/ou equidade social.

Diante da complexidade e abrangência do tema da pobreza e, em particular, da pobreza rural, bem como das políticas necessárias para o enfrentamento do problema, este artigo tem como objetivo analisar as conexões entre a política de desenvolvimento territorial que está sendo implementada no País com a temática da inclusão produtiva. Além desta introdução, o texto contém mais quatro seções. A primeira delas apresenta breve cenário da pobreza rural, destacando seus principais determinantes. A segunda seção faz uma síntese da política de desenvolvimento territorial, destacando as estratégias de implementação dela e a articulação com a questão da pobreza e da inclusão produtiva. A terceira seção discute a agregação da

3 Francisco Menezes, *Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*, 2010, p. 5-6.

inclusão produtiva na estratégia de enfrentamento da pobreza rural, ressaltando a conexão entre esta e a política de desenvolvimento territorial. Para tanto, mostram-se os caminhos pelos quais esse debate tem seguido no Brasil. Finalmente, a quarta seção apresenta as considerações finais do trabalho, procurando evidenciar alguns elementos para a continuidade das discussões sobre os três temas em relevo: pobreza rural, desenvolvimento territorial e inclusão produtiva.

1. Pobreza Rural no Brasil: dimensão e determinantes

As concepções mais abrangentes do fenômeno da pobreza sugerem que ele não se refere apenas à privação da renda, mas também à privação de outros recursos materiais e do acesso aos serviços sociais essenciais, especialmente nas áreas de saúde, educação, alimentação, nutrição, habitação e saneamento básico. Em função disso, é recomendável que esse fenômeno seja discutido para além das variáveis puramente monetárias, sabendo-se de antemão as dificuldades encetadas na construção de indicadores não monetários, uma vez que eles podem atingir várias dezenas.

No Brasil, todavia, não existe esse tipo de indicador, convencendo-se o estabelecimento de linhas de pobreza a partir de um único indicador monetário (renda *per capita* familiar mensal). É a partir disso que será discutida a dimensão da pobreza rural atual para, posteriormente, apresentar uma breve síntese de seus determinantes.

1.1 Dimensão atual da pobreza rural

Dois fatos novos auxiliam bastante os estudos sobre a dimensão atual da pobreza nas áreas rurais, mesmo com todas as limitações acima mencionadas. Por um lado, o censo demográfico realizado no ano de 2010 atualiza um conjunto de informações para o País e, em especial, para as áreas rurais. Por outro, o Governo Dilma lançou em meados de 2011 o Programa Brasília sem Miséria com a finalidade de erradicar a pobreza extrema. Naquele momento, foi definida uma única linha de pobreza, apenas separando-se o montante de pobres do montante de extremamente pobres para fins de prioridades das ações das políticas governamentais.

Mesmo sendo classificado em 2011 como a sexta economia mundial, dados do censo demográfico de 2010 revelaram que o País tinha naquele ano aproximadamente 44,2 milhões de pessoas pobres, conforme o critério da renda *per capita* anteriormente citado, ou seja, pessoas com renda *per capita* familiar até R\$ 140,00 mensais. Desse total, 16,2 milhões foram classificadas como “pobres extremos” (miseráveis), ou seja, aquelas pessoas com referida renda atingindo até R\$ 70,00 mensais. Esse será o público efetivo do programa Brasil Sem Miséria (BSM). Dessa forma, mesmo figurando entre as dez

maiores economias do mundo, o Brasil continua entre as dez nações com as maiores desigualdades sociais em todo o mundo.

O decreto que instituiu o BSM definiu três objetivos para atacar o problema da pobreza extrema: elevar a renda *per capita*; ampliar o acesso aos serviços públicos; e propiciar oportunidades de ocupações e renda por meio de ações na esfera da inclusão produtiva. Entre essas ações, destacam-se a expansão de políticas já existentes como o Bolsa Família, Luz para Todos, Rede Cegonha e Brasil Alfabetizado, além do atendimento às pessoas que até então não estavam sendo contempladas por nenhuma dessas políticas por comporem um grupo de “uma pobreza tão pobre que dificilmente é alcançada pela ação do Estado”.

Assim, pelas linhas de pobreza adotadas pelos programas (Bolsa Família R\$ 140,00 para pobres e BSM R\$ 70,00 para pobres extremos), chegou-se à conclusão de que em 2010 havia no Brasil 44,2 milhões de pessoas pobres, sendo que entre estas 16.267.497 milhões foram classificadas como extremamente pobres. Desse total, 53% localizavam-se nas áreas urbanas e o restante em áreas rurais. Já em termos regionais, 59% dos extremamente pobres tinham domicílio na Região Nordeste do País.

Quanto às pessoas classificadas como extremamente pobres e com residência em áreas rurais, nota-se que, do total de 7.593.352 de pessoas, mais de 5 milhões delas encontravam-se nas áreas rurais da Região Nordeste do País. Se a este total forem acrescentadas as pessoas extremamente pobres das áreas rurais da Região Norte, obtém-se um total de 6.549.268 pessoas, ou seja, aproximadamente 86% das pessoas classificadas como extremamente pobres das áreas rurais localizam-se nas Regiões Norte e Nordeste.

Registre-se que essas informações derivam de linhas de pobreza construídas com base na renda *per capita* homogênea para todo o País. No entanto, dois aspectos precisam ser considerados: o primeiro diz respeito ao custo de vida, que não é homogêneo para todo o País; e, segundo, que nas áreas rurais existe a produção para o autoconsumo, o qual é mal mensurado em termos monetários. Isso gera interferência na definição de renda *per capita* familiar, que pode estar sendo subestimada.

O outro aspecto relevante e que interfere na dimensão da pobreza rural diz respeito à relação casa-trabalho, uma vez que ela responde por aproximadamente 20% da renda familiar rural. Portanto, o quesito habitação, juntamente com o quesito autoconsumo, subestima a renda rural. E isso é relevante quando se discute pobreza existente nas áreas rurais apenas a partir do indicador renda.

1.2 Determinantes da pobreza rural

No caso brasileiro específico, deve-se mencionar que a pobreza rural está fortemente atrelada ao rápido processo de industrialização e de urbanização do País ocorrido na segunda metade do século XX, o que revelou uma grande contradição: por um lado, verifica-se que ocorreu um grande avanço em termos de expansão da produção econômica, porém com resultados sociais danosos, sendo que o mais visível deles é a existência de elevados índices de pobreza.

Esse modelo de desenvolvimento também institucionalizou a pobreza a partir dos seguintes mecanismos: por meio da concentração fundiária, que expropriou o camponês; do uso intensivo de tecnologias modernas, que desempregam; das relações precárias de trabalho, que degradam a vida dos trabalhadores; e da urbanização acelerada, que esvazia o meio rural do País.

Além disso, existem outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil, destacando-se:

- a) Falta de terra: quando a pobreza é tratada a partir de outras variáveis para além da renda, nota-se que a questão da posse e acesso a terra se torna evidente, uma vez que a negação desse direito é um importante fator de exclusão social;
- b) Falta de capacidades humanas: nesse caso, destacou-se o papel fundamental da educação no sentido de elevar a renda das pessoas e das próprias famílias. No entanto, alguns quesitos, como as repetições, defasagens e qualidade do ensino, precisam ser mais bem avaliados, uma vez que interferem diretamente na formação do capital humano;
- c) Falta de outras formas de capital físico: esse tipo de capital é muito importante porque atua decisivamente no aumento da renda e da produção, sendo que para a maioria dos estabelecimentos a propriedade da terra é o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimentos;
- d) Acesso e participação nos mercados: devido às deficiências tecnológicas e à própria qualidade dos produtos, grande parte dos agricultores acaba sendo excluída dos mercados;
- e) Privação de renda e de acesso aos serviços básicos: esses tipos de privações são elementos-chave para se entender por que a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo;
- f) Falta de infraestrutura: especialmente no que diz respeito à habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura e serviços específicos nas áreas de saúde e educação;

- g) Falta de trabalho: em muitas regiões, já começaram a surgir dificuldades de alocação da mão de obra rural, seja ocupando-se na agricultura ou em outras atividades produtivas.

2. Notas sobre a política de desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil

Durante a última década do século XX, ocorreram diversas mudanças, tanto em termos das interpretações do mundo rural brasileiro como das próprias políticas públicas de desenvolvimento rural que passaram a ser implementadas. Esse processo foi fortemente impulsionado pelas demandas dos movimentos sociais, especialmente do sindicalismo rural e dos movimentos ligados à questão agrária. É a partir desse contexto que, pela primeira vez na história do País, a agricultura familiar recebe, por parte do Estado brasileiro, tratamento diferenciado por meio de uma política própria (PRONAF).

Nesse debate, começaram a surgir, inicialmente no meio acadêmico e posteriormente em suas ramificações com organizações rurais e órgãos governamentais, a nova concepção de desenvolvimento rural, embasada na dinâmica territorial. Todavia, diante da gravidade da situação em que se encontrava a maioria da população rural naquele momento, este assunto (desenvolvimento territorial) acabou não sendo incorporado à agenda pública⁴.

O tema somente voltou a figurar na agenda a partir do processo eleitoral de 2002, quando o projeto político em curso representado pelo Governo FHC foi derrotado. Em seu lugar assumiu o Governo Lula com um plano baseado nas organizações sociais e em partidos políticos ideologicamente à esquerda do espectro político nacional. Isso significou o princípio de mudanças na rota de intervenção do Estado, bem como das políticas públicas em várias esferas, em particular na área rural⁵.

Para tanto, ficou implícito naquele momento o processo de transição necessário no seio do Estado nacional, uma vez que a construção das políticas de desenvolvimento rural embasada na concepção territorial exigia uma democratização efetiva da estrutura governamental, como forma de estímulo à participação democrática de todos os segmentos sociais representados no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estrutura governamental responsável pela maior parte das políticas de desenvolvimento rural do País.

⁴ Uma resenha da trajetória, ainda que parcial, do debate sobre desenvolvimento territorial no Brasil encontra-se em Favareto (2010).

⁵ Registre-se que a política de desenvolvimento regional implementada no Brasil a partir da década de 1990 destinava uma nova dimensão aos programas de desenvolvimento, mesmo sem fazer referência à abordagem territorial.

Nesse sentido, a política de desenvolvimento dos territórios rurais que vem sendo oficialmente implementada no Brasil a partir de 2003 tem como fatores motivadores o resgate da importância econômica e dos valores rurais para o desenvolvimento do País; a necessidade premente de combater todos os tipos de desigualdades; e o papel fundamental do sistema familiar de produção e da reforma agrária na geração de produção, emprego e renda, bem como na própria dinamização socioeconômica local e regional das comunidades rurais.

Para tanto, foi criada no âmbito do MDA uma estrutura institucional – Secretaria de Desenvolvimento territorial (SDT) – a qual é responsável pela definição e implementação da referida política. Após intensas discussões em fóruns de debates, adotou-se oficialmente o conceito de território como sendo “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA, 2003).

Além disso, a SDT/MDA considera também que os territórios são espaços geográficos ocupados e transformados pela ação do homem, o que conceitualmente significa denominá-los de “território de identidade”, dado que sua construção advém de processos históricos marcados por importante envolvimento social, via relações econômicas e políticas que configuram uma identidade própria.

A partir dessas definições conceituais, foram estabelecidas diretrizes que caracterizam essa política pública, considerando-se as características econômicas, sociais e ambientais de cada território rural. Já a formulação dos planos de ações é feita com base nas necessidades e potencialidades das pessoas que habitam determinada região geográfica. A definição desses territórios ocorre em espaços públicos, normalmente nos conselhos, onde os atores sociais rurais procuram formar alguns consensos básicos a partir dos quais são definidos programas e ações governamentais.

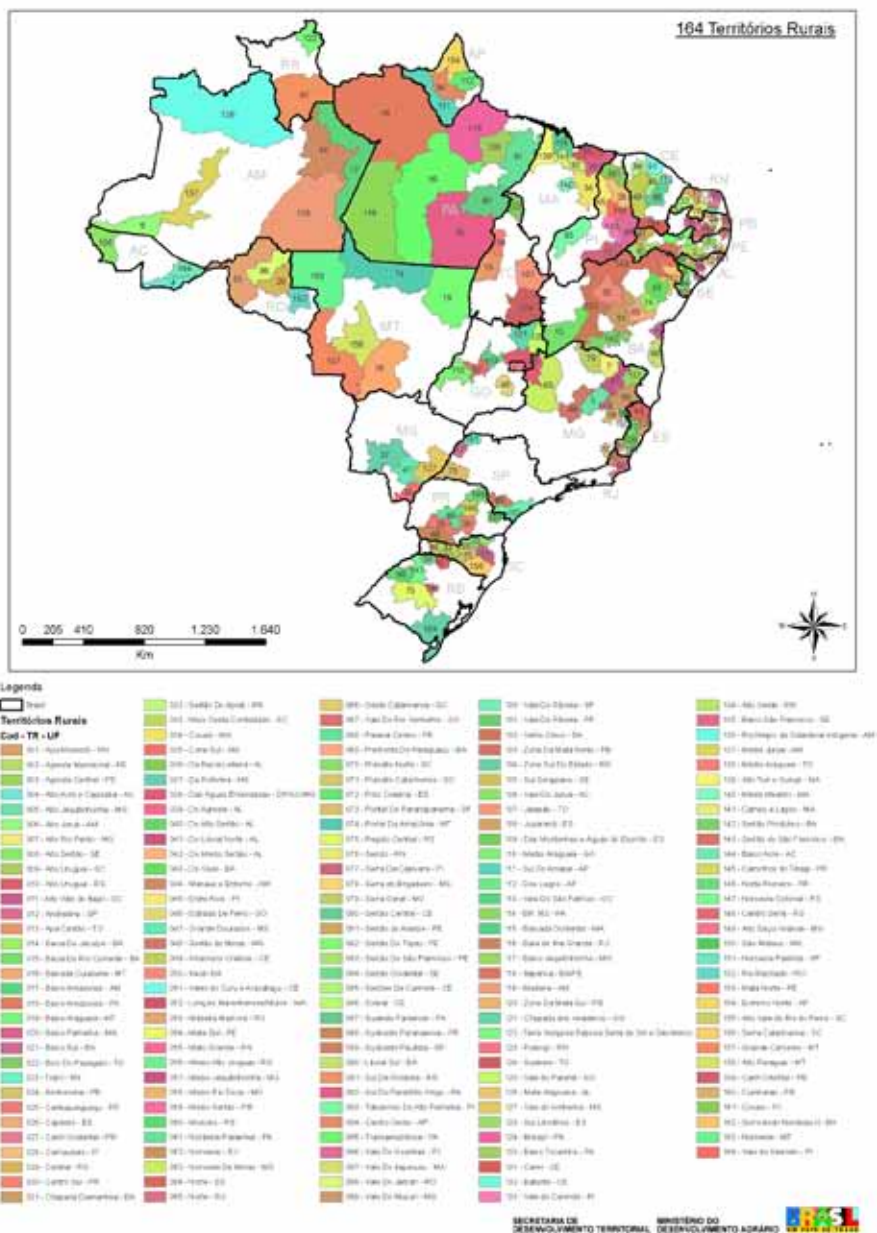
Para implantar essa nova concepção de política pública, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), cuja finalidade é organizar as ações governamentais a partir do fortalecimento da participação e da gestão social das políticas. Para isso, foram formados os órgãos colegiados territoriais como espaço de discussão, planejamento, negociação e execução de ações que promovam o desenvolvimento. Essas institucionalidades são compostas paritariamente por representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais nas diferentes

esferas, tendo também como objetivo a busca de alternativas para a integração e desenvolvimento do território.

Esses colegiados territoriais – que também podem ser denominados de fóruns ou conselhos – foram estabelecidos pelas resoluções de número 48 e 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) com a função de conduzir e operacionalizar a estratégia de desenvolvimento rural embasada na abordagem territorial. Com isso, cabe a esses órgãos colegiados o papel deliberativo de definir e orientar negociações e acordos entre os atores sociais envolvidos com a implementação de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

Essas ações inovadoras foram apresentadas e discutidas em dois eventos nacionais denominados de “Salão Nacional dos Territórios Rurais” (o primeiro realizado em dezembro de 2006 e o segundo em março de 2010), momento em que se reuniram pessoas de diferentes regiões do País, bem como gestores públicos, estudantes, professores e pesquisadores, para debater as experiências oriundas dos 164 territórios oficialmente reconhecidos pela atual política de desenvolvimento territorial do governo federal.

Figura 1 – Mapa dos territórios rurais no Brasil



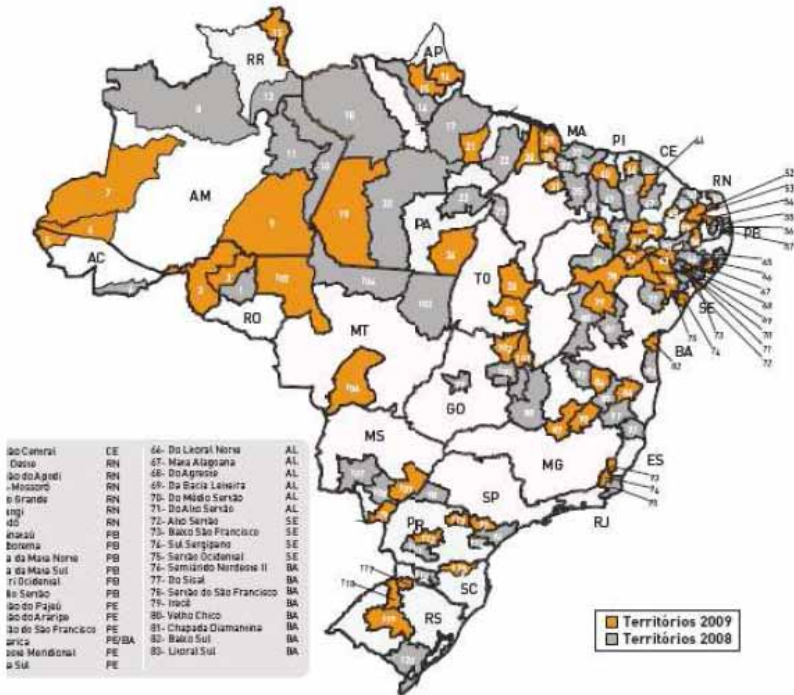
Fonte: SDT/MDA.

O trabalho dessa iniciativa específica da SDT/MDA acabou tendo repercussão rápida no conjunto do governo, levando-o a criar, ainda em 2008, o Programa Território da Cidadania (PTC), uma política do governo federal que envolve a estrutura administrativa de aproximadamente 20 ministérios e que se reveste de ações estratégicas voltadas à promoção do desenvolvimento em regiões mais deficitárias por meio do mecanismo da universalização de programas básicos de cidadania, integrando ações das diferentes esferas governamentais e promovendo o envolvimento e a participação da sociedade civil.

Registre-se que o PTC adota o mesmo referencial conceitual utilizado pelo PRONAT da SDT/MDA. Todavia, devido ao grande número de ministérios e órgãos governamentais envolvidos, a gestão do programa é bem mais complexa, uma vez que o processo de formação desses territórios se baseou em indicadores relativos à falta de acesso aos serviços básicos; à inexistência de uma rede de infraestrutura básica; à falta de oportunidades de emprego e de renda etc. Isso porque o objetivo central do PTC é a busca da superação da pobreza por meio de políticas capazes de gerar emprego e renda no meio rural no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, busca-se promover a inclusão produtiva dos segmentos sociais pobres presentes nos territórios selecionados, a partir de (re)planejamento e integração das políticas públicas do governo federal.

Em 2008, foram formados 60 territórios de cidadania, número que foi dobrado no ano de 2009, conforme mapa a seguir. Entre os critérios de seleção considerados, destacam-se: 1) locais com menor IDH; 2) maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; 3) maior concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas; 4) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; 5) maior organização social. Ficou definido também que cada unidade da federação teria pelo menos um território a ser atendido pelo PTC.

Figura 2 – Mapa dos Territórios da Cidadania – Brasil - 2009



Fonte: PTC, 2009.

A política de desenvolvimento territorial ganhou um novo impulso no ano de 2010, quando o CONDRAF aprovou a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), que, em linhas gerais, apresenta à sociedade brasileira um conjunto de diretrizes de um novo projeto de desenvolvimento rural para o País, o qual deve estar amparado no princípio inclusivo, ou seja, “de um rural com gente”. Nesse sentido, a PDBR orienta as ações do Estado buscando valorizar seu papel enquanto órgão indutor do desenvolvimento das áreas rurais, tendo a abordagem territorial como enfoque central.

A política de desenvolvimento rural aprovada pelo CONDRAF escreve um novo marco sobre o significado do rural ao abordá-lo a partir de seus três atributos básicos e simultâneos: enquanto espaço de produção, espaço de ralação com a natureza e espaço de reprodução de distintos modos de vida. Tendo presente essas premissas, a PDBR busca construir as condições políticas necessárias para realizar uma profunda transição no modelo de desenvolvimento rural do País, consolidando a incorporação às políticas públicas de importantes segmentos sociais historicamente excluídos e, ao

mesmo tempo, reordenando e priorizando as ações do Estado brasileiro a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial.

Dessa forma, ao se buscar construir um “Brasil rural com gente”, adotou-se a abordagem territorial como referencial do desenvolvimento que se almeja, o qual coloca novos desafios para a intervenção do Estado, bem como para as organizações sociais. Essa abordagem, que ocupa lugar central na PDBR, rejeita o viés setorial e fragmentado das políticas públicas enquanto instrumentos indutores do desenvolvimento. Nessa nova abordagem, destina-se grande relevância ao processo participativo das organizações da sociedade civil nas diversas etapas da construção das políticas públicas, o que significa estimular constantemente o protagonismo dos atores sociais.

Isso porque o território é visto como um espaço socialmente construído, dinâmico e mutável, compreendendo de forma interligada as áreas rurais e urbanas e sendo caracterizado por um sentimento de pertencimento e de identidade sociocultural, o qual é compartilhado por uma diversidade de atores sociais que se mobilizam visando construir um projeto de desenvolvimento sustentável. Nesses territórios se organizam espaços públicos de mediação e concertação das políticas públicas, que obrigatoriamente precisam superar o caráter fragmentado das ações governamentais.

Dessa forma, a PDBR apresenta um projeto para o espaço rural brasileiro assentado em uma concepção contemporânea e na abordagem territorial do desenvolvimento, referenciais que valorizam os espaços rurais e reconhecem a necessidade de se integrar o desenvolvimento rural às estratégias de desenvolvimento para o conjunto do País. É nesse contexto que emerge o debate sobre inclusão produtiva, tema que será tratado na seção seguinte.

3. Inclusão produtiva enquanto estratégia de enfrentamento da pobreza rural

3.1 O sentido da “inclusão produtiva”

A marca histórica do meio rural brasileiro é o elevado índice de pobreza e de exclusão social, o qual não consegue ser adequadamente analisado quando se busca entender o fenômeno da pobreza apenas pelo comportamento da renda doméstica, inclusive relacionando-a ao próprio comportamento de agregados macroeconômicos, como é o caso do Produto Interno Bruto (PIB). Nessa perspectiva, os termos do debate ficam circunscritos apenas ao horizonte do crescimento econômico, inclusive associando esse último equivocadamente ao tema do desenvolvimento.

É essa trajetória analítica que atualmente encontra-se em questão, uma vez que a associação histórica entre crescimento e desenvolvimento se desfez, em grande

medida, devido aos próprios impasses dos modelos adotados nas distintas sociedades. São exatamente as diversas crises que rondam a humanidade no tempo presente as porta-vozes da necessidade de um repensar sobre essa forma de debater os problemas globais, em especial o modelo de desenvolvimento.

Um ponto crucial nesse contexto é a emergência de um novo paradigma técnico-productivo devido à necessidade de respostas aos desafios da sustentabilidade. Esse processo se explicita de diversas formas. Na agricultura, particularmente, está em curso uma corrida em busca de novos processos produtivos assentados menos nos princípios da revolução verde (mecanização e quimificação) e mais voltados ao uso intensivo de biotecnologias e de produtos baseados na transgenia.

Todavia, não se observam no horizonte próximo alterações no processo de dominação que se estabeleceu mais fortemente depois do pós-guerra. Em grande medida, essa dominação impossibilitou a emergência de uma ordem social amparada na garantia e ampliação dos direitos de todos e no combate sem tréguas à exclusão social. Para isso, um princípio elementar seria a conformação de políticas públicas universais capazes de garantir o acesso para todos ao trabalho e aos bens públicos, especialmente aos serviços de saúde, educação, moradia, saneamento e alimentação saudável e de qualidade.

Em síntese, os temas até aqui tratados procuram realçar a necessidade de rearticular o processo de desenvolvimento numa perspectiva maior (horizonte do território), dando a essa remodelação visibilidade para que a participação e a geração de novas oportunidades sejam a marca de um novo tempo. É a isso que muitos se referem quando propõem a inclusão produtiva enquanto elemento estratégico de combate à exclusão social e à pobreza.

3.2 O debate sobre inclusão produtiva

Observando as diversas experiências – governamentais e também não governamentais – em curso relativas à inclusão produtiva, nota-se que na maioria dos casos a estratégia se resume à promoção de ações voltadas ao incentivo de geração de trabalho e renda aos grupos sociais vulneráveis enquanto elemento central para erradicar a pobreza. Para tanto, busca-se o fortalecimento de pequenos negócios; a articulação de segmentos de cadeias produtivas; a disponibilização de programas de treinamento de mão de obra visando ampliar as capacitações pessoais; a elevação da renda *per capita* familiar etc.

Segundo o MDS (2010), a construção do desenvolvimento do País passa pela ampliação e coordenação de ações de inclusão produtiva, sendo esta um processo

econômico e social que conduz à formação de cidadãos integrados ao mundo por meio do trabalho. Portanto, o objetivo da inclusão produtiva é proporcionar autonomia para as pessoas sobreviverem de maneira digna e sustentável tendo trabalho.

Nessa perspectiva, esse órgão governamental propôs uma Política Nacional de Inclusão Produtiva (PNIP) visando proporcionar aos indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso a mecanismos que permitam sua inserção sustentada na produção de bens e serviços, com o objetivo de superar as dificuldades que os trabalhadores não assalariados enfrentam em uma economia de mercado com as características da economia brasileira.

Visando desenvolver uma nova socioeconomia, a PNIP definiu como objetivos da inclusão produtiva as seguintes ações: a) democratizar a produção e distribuir renda e riqueza; b) criar um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento de iniciativas produtivas, priorizando o público do CadÚnico e os produtores independentes de unidades familiares de produção, de empreendimentos solidários e de microempresas; c) possibilitar a retenção e a multiplicação da renda no âmbito local e regional; d) evitar os previsíveis problemas sociais oriundos dos grandes projetos; e) promover o reordenamento do território, favorecendo o crescimento em bases econômicas equitativas e sustentáveis.

Em grande medida, pode-se afirmar que essas proposições do MDS sobre inclusão produtiva estão amparadas nas oportunidades que o novo ciclo de crescimento da economia brasileira está propiciando, via investimentos produtivos em diversas regiões do País. Com isso, esse órgão governamental entende que existe uma chance real de se resgatar a enorme parcela da população excluída dos ciclos anteriores, especialmente de cerca de 22 milhões de pessoas que, no ano de 2011, estavam aptas ao trabalho, mas se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, entendem também que a PNIP teria o potencial de gerar milhões de postos de trabalho.

Para Garcia (2011), o processo recente de redução da pobreza no Brasil revela diferenças importantes em relação a outros países. Assim, enquanto que na Europa e na América do Norte melhorias nos indicadores de pobreza e de desigualdade decorreram do maior acesso a empregos decentes e com melhores salários, no Brasil a redução da pobreza depende fortemente dos programas governamentais de transferência de renda. Para o autor, “uma das explicações fundamentais do sucesso dos países desenvolvidos é que, com forte apoio estatal, foi possível estabelecer uma vigorosa sinergia entre a inserção produtiva (como produtores independentes, economia familiar, cooperativas e empresas sociais) de parcelas dos trabalhadores fora do mercado de trabalho (assalariado) da economia, o aumento da produtividade que essa inserção propicia e os estímulos que gera para o setor capitalista majoritário” (Garcia, 2011:28).

Até aqui ficou evidente que o debate sobre a inclusão produtiva permanece circunscrito à esfera do mercado de trabalho. Sabemos que, em momentos de crise e/ou de reestruturação produtiva, ajustes no processo de trabalho são frequentes, os quais têm implicações diretas sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade. As heranças da década de 1990 e seu ajuste estrutural estão aí para comprovar essa argumentação. Não é por menos que exatamente naquele período se verificaram as maiores taxas de informalização do mercado de trabalho em praticamente todos os países da América Latina, ocasionando forte expansão dos índices de pobreza, que atingiram seu teto máximo em 2002. Naquele ano, 43% da população latino-americano foi enquadrada como pobre.

Em função disso, advoga-se que a questão da inclusão produtiva precisa ser entendida para além do mercado de trabalho. Para tanto, torna-se necessário fazer uma articulação entre três esferas essenciais enquanto estratégia unificada de combate à pobreza: a produtiva; a de acesso aos mercados de bens e serviços; e a de inclusão social via políticas públicas.

No primeiro caso, destacam-se políticas específicas voltadas às atividades produtivas capazes de agregar valor aos produtos e ampliar o acesso aos mercados locais e regionais; e voltadas ao processo de construção de novas formas de organização da produção pautadas pelo princípio da economia familiar e solidária, por exemplo, que procuram estabelecer métodos produtivos centrados na gestão e conservação dos recursos naturais.

No âmbito da inclusão via acesso aos bens e serviços, é fundamental garantir as camadas mais vulneráveis da população o direito aos serviços de infraestrutura básica, especialmente de moradia e saneamento dignos, bem como aos demais serviços públicos nas áreas de saúde, educação, transportes, cultura e lazer.

Finalmente, a inclusão via política social é o elo do tripé capaz de garantir inversões no processo de conformação da pirâmide social, em cuja base deverá estar assentada toda a estratégia dessas políticas. Para tanto, manter e ampliar as políticas de transferência de renda; ampliar as ações sociais junto às camadas vulneráveis; e estimular a organização social são ações efetivas que irão contribuir no sentido de se promover uma inclusão social ao estilo *bottom up*.

4. Considerações finais

Apesar de os indicadores citados anteriormente revelarem a situação dramática das condições de vida de importantes parcelas da população rural, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, constatou-se um movimento de redução da pobreza no

conjunto do País, em especial na primeira década do século XXI. Em grande medida, essa redução foi creditada ao crescimento econômico do País, à valorização dos salários, à expansão do emprego e à ampliação das políticas públicas de transferência de renda, particularmente da previdência rural, uma vez que os impactos do Programa Bolsa Família são bem menores no meio rural.

Por isso, espera-se que programas de erradicação da pobreza – extrema ou não – ataquem também problemas estruturais, além dos conjunturais. Nesse caso, observa-se que uma política de inclusão produtiva enquanto estratégia de erradicação da pobreza rural não pode se furtar de enfrentar alguns problemas históricos, os quais sobressaem de maneira mais clara exatamente nas regiões onde se concentram as maiores taxas de pobreza extrema.

Na sequência, serão discutidos alguns desses problemas, chamando atenção para o fato de que a erradicação da pobreza extrema não derivará exclusivamente da inserção produtiva, mas sim de uma articulação efetiva de um conjunto de políticas nas diversas esferas, conforme destacamos em uma seção anterior.

Em primeiro lugar, uma política de inclusão produtiva para o meio rural brasileiro não pode deixar de enfrentar o problema do acesso a terra, o qual aparece de forma mais clara exatamente nas regiões onde se concentram as maiores taxas de pobreza extrema. Assim, uma política de acesso a esse bem é fundamental no sentido de promover inclusão e superar a condição de pobreza. Nessa esfera, residem diversas questões que perpassam a visão agrarista tradicional, dada a diversidade de situações e agentes sociais envolvidos. Dessa forma, ações públicas voltadas aos programas de reforma agrária tradicionais, bem como ações de reordenamento agrário e de reformas agrárias “não agrícolas” e ações de apoio aos arrendatários, meeiros e posseiros, são essenciais para enfrentar uma parte importante da extrema pobreza rural.

Ainda na esfera produtiva, outra dimensão importante diz respeito à produção para autoconsumo, que é desenvolvida tanto pelos agricultores familiares como pelos assalariados rurais, quando estes dispõem de pequenas áreas próximas aos locais de moradia. Sabe-se, todavia, que esse sistema produtivo não é suficiente para que as pessoas consigam obter rendimentos adequados para ter uma vida digna. Entre as razões disso, destacam-se a quantidade e a qualidade das terras; a falta de apoio técnico e financeiro; a ausência de mercados locais para comercialização da produção etc.

Em segundo lugar, uma política de enfrentamento da pobreza rural não pode deixar de colocar no centro de seus objetivos, metas e programas a questão da infraestrutura das áreas rurais. Assim, dotar as áreas rurais de estradas adequadas, energia e um sistema de transportes e moradia é um fator essencial que, somado às políticas sociais

(educação, saúde, saneamento, cultura e lazer), poderá reverter rapidamente o cenário de miséria e pobreza que se quer superar.

Em terceiro lugar, um programa de microfinanças específico para as áreas rurais é central nessa estratégia, uma vez que desde os tratados clássicos é de conhecimento geral que o crédito é elemento central no processo produtivo, mas não somente em termos de produção agrícola. No caso específico em debate, é fundamental ampliar e consolidar o sistema público de microfinanças, como forma de possibilitar o acesso ao crédito às camadas mais vulneráveis da população rural, que sempre estiveram à margem do sistema bancário.

Paralelamente a isso, é necessária uma reavaliação do próprio sistema atual de crédito específico da agricultura familiar brasileira, tendo em vista que ele está induzindo esse segmento a trilhar o caminho da especialização produtiva, o que desconfigura a própria natureza e razão de ser do sistema familiar de produção, que, por definição, historicamente se organizou com base na diversificação produtiva enquanto estratégia para superação das dificuldades financeiras.

Em quarto lugar, uma política de erradicação da pobreza rural assentada na estratégia da inclusão produtiva não pode deixar de enfrentar o problema dos assalariados rurais, categoria social que também está fortemente presente nas estatísticas da pobreza extrema. Em muitos lugares, esse grupo social rural que vive na extrema pobreza normalmente trabalha em condições precárias e sem qualquer proteção da legislação trabalhista. São ocupações sazonais, precarizadas e geralmente mal remuneradas. Esses sujeitos sociais existem no meio rural brasileiro e precisam estar presentes também no âmbito das políticas e programas de combate à extrema pobreza.

Finalmente, mas não menos importante que os aspectos anteriores, uma política de inclusão produtiva enquanto pilar básico de uma política global de combate à pobreza não pode ficar à mercê de problemas estruturais das políticas públicas que já são amplamente conhecidos. Um desses problemas clássicos é a falta de articulação das políticas entre as diferentes esferas governamentais. No caso brasileiro, dada a estrutura federativa, esse aspecto é mais significativo, considerando-se seus impactos sobre os próprios resultados efetivos das políticas. Nesse sentido, reafirma-se, mais uma vez, a necessidade de ser fortalecida a articulação entre as três esferas de governo visando potencializar os efeitos das políticas adotadas.

Além da articulação entre e dentre as esferas governamentais, outro problema localiza-se no campo jurídico-legal, uma vez que nem sempre o marco jurídico vigente está em consonância com os interesses dos agricultores e dos demais trabalhadores

rurais. Historicamente isso se explica pelo fato de que esses segmentos sociais ficaram por longos períodos alijados de qualquer processo de decisão na arena política.

Esse conjunto complexo de questões presentes no meio rural brasileiro exige cada vez mais que planos e projetos de desenvolvimento priorizem o tema da qualidade. Para tanto, é importante que a elaboração desses planos e projetos tenha como premissa os princípios do desenvolvimento territorial. Nesse caso, parece-nos que os desafios são ainda maiores, uma vez que, além de melhorar a qualidade dessas propostas, torna-se necessário incorporar a elas uma nova noção de desenvolvimento.

Referências

FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: **Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

GARCIA, R. C. Efetivação de direitos, novas institucionalidades e exigências de coordenação: o caso da inclusão produtiva. Brasília: IPEA, 2011 (Boletim de Análise Político-Institucional, n.1).

GARCIA, R. C. et al. O direito ao trabalho e a necessidade de uma política nacional de inclusão produtiva. In: **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010, v.2, 265p.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.11).

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo. Brasília: IICA, 2011 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.13).

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA).

Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA, 2011 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.14).

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA).

Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, edição especial).

MATTEI, L. Institucionalidade e protagonismo político: os 10 anos do CONDRAF. Brasília:

MDA/CONDRAF, 2010, 161p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Referências para o

desenvolvimento territorial sustentável. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003 (texto para discussão n.4)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Acelerar a

inclusão produtiva: novo ciclo de investimentos e as oportunidades de superação das desigualdades sociais e regionais. Brasília: MDS, 2010, 32p.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA (OPPA/CPDA).

Políticas públicas para enfrentamento da pobreza e da desigualdade no meio rural brasileiro: uma análise a partir da experiência da política de desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA, 2011, 31p.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA (OPPA/CPDA).

Aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA, 2012, 7p.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). Brasília: SDT (Série

Documentos Institucionais), diversos anos e números. Eu vou falar hoje sobre o significado de inovação na questão dos movimentos e políticas para agricultura familiar e desenvolvimento territorial.

PARTE 4

MEMÓRIA E RELATORIA DO
VI FÓRUM INTERNACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: ESTRATÉGIAS DE
INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

- **Cláudio Gustavo Lasa**
Consultor
- **Silvia A. Zimmermann**
OPPA/CDPA/UFRRJ

APRESENTAÇÃO e ABERTURA
Pronunciamento dos
Integrantes da Mesa Diretora

- 25 de outubro de 2011
Salvador-BA



Apresentação

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), por meio do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável – Fórum DRS e de seus principais parceiros, o Governo do Estado da Bahia, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de Minas e Energia (MME), a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Banco do Nordeste (BNB) e o apoio acadêmico do Observatório de Políticas Públicas para a

Agricultura/Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade(OPPA/CPDA), dando continuidade a seus eventos internacionais realizaram, entre os dias 25 e 28 de outubro de 2011, na cidade de Salvador/Bahia, a sexta edição do Fórum de Desenvolvimento Territorial.

O objetivo desta edição do Fórum foi promover um debate estruturado sobre proposições para a construção de estratégias de inclusão socioprodutiva, visando ao enfrentamento da pobreza rural.

A abordagem do tema levou em consideração diferentes perspectivas, tendo como ponto de partida o papel da inclusão no marco do desenvolvimento nacional e seus desdobramentos nas políticas macroeconômicas da previdência social, de emprego e salário, fomento à inovação e educação e formação profissional.

Dentro da proposta do IICA e do Fórum DRS de trazer para a reflexão diversos exemplos e iniciativas, foram debatidas experiências de políticas de inclusão socioprodutiva tanto do Brasil como de países estrangeiros, sejam as implementadas por instituições governamentais, sejam as pertencentes ao âmbito das organizações da sociedade civil.

O Fórum culminou, em seu painel final, com a apresentação e problematização, a partir dos ensinamentos das experiências debatidas, de propostas para construção de estratégias de inserção socioprodutiva, tendo a preocupação de agregar e complementar as visões dos gestores públicos, acadêmicos e representantes das organizações da sociedade civil.

Abertura do Evento

25 de outubro de 2011 (terça-feira)

17h – 18h – Credenciamento

18h – 19h – Abertura

O IICA, por meio do Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável e o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia (SEPLAN), da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária(SEAGRI) e da Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia(SEDIR) realizam o VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Estratégias de Inclusão Socioprodutiva, que tem como objetivo uma reflexão sobre propostas para construção de estratégias produtivas na visão de gestores públicos, acadêmicos e representantes das organizações da sociedade civil.

Mesa de abertura

- Secretário de Desenvolvimento Territorial – Jerônimo Souza, representando o Ministro do Desenvolvimento Agrário Afonso Bandeira Florence
- Representante do IICA no Brasil – Manuel Rodolfo Otero
- Vice-Ministro do Desenvolvimento Rural do Equador – Miguel Carbarral Aguirre
- Vice-Ministra da Agricultura e Pecuária da Costa Rica – Tania Lopez
- Secretário em Exercício da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia– Benito Juncal, representando o Secretário Zezéu Ribeiro
- Deputado Estadual Marcelino Galo
- Superintendente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR)– Darnival Oliveira Júnior, representando o Diretor Executivo Vivaldo Mendonça

SEPLAN – Benito Juncal

Benito Juncal justifica a ausência do secretário Zezéu. Saúda os demais membros da mesa, em especial a delegação da Costa Rica e do Equador”. É uma grande honra sediar na Bahia o VI Fórum DRS e a política de desenvolvimento territorial do Estado. Há nove anos foi criada pelo governo federal uma política territorial. Há cinco anos existe uma política territorial na Bahia. Estão presentes na plenária os dois secretários que desenvolveram a política federal, Humberto Oliveira e Jerônimo Souza. Na Bahia a política foi realizada de forma participativa, dois Planos Plurianuais (PPAs) com grande apoio da sociedade civil, o que foi reconhecido pelo Ministério do Planejamento como um dos melhores PPAs do Brasil; trabalho realizado em parceria com outras secretarias”. Benito Juncal exalta as recentes parcerias realizadas com o governo do Equador e com o governo da Costa Rica.

IICA – Manuel Rodolfo Otero

Manuel Otero destaca a presença de membros da Nicarágua, Espanha, Equador, Panamá, Colômbia, Bolívia e Argentina. Menciona o curso que terminou no dia anterior, e enfatiza os acordos realizados entre os países presentes e o governo da Bahia. Indica que apostar nas parcerias latino-americanas é apostar na melhoria da qualidade de vida nos países, pois existem grandes perspectivas de novos acordos e projetos de cooperação técnica entre os diversos países de geração de bens públicos

supranacionais relativizando o conceito das fronteiras, em processo de combate à pobreza e à iniquidade social. Aponta o conceito de agricultura inclusiva e sustentável. “Inclusão socioprodutiva significa romper o ciclo vicioso no qual a pobreza gera mais pobreza. Este tema será certamente abordado com qualidade no Fórum, que apresenta um público habilitado para discutir as políticas”, afirma.

Jerônimo Souza – SDT (representando o Ministro Afonso Bandeira Florence)

Jerônimo Souza destaca a presença da equipe do IICA e comenta que a construção territorial no Brasil deve muito ao IICA. Destaca também a presença dos representantes das Secretarias estaduais da Bahia e dos vice-Ministros presentes na mesa, além de todos os participantes do PROTERRITÓRIOS que têm construído o desenvolvimento territorial no contexto ibero-americano. Realça a presença de representantes de Portugal e Espanha e lembra que as estratégias territoriais passam pela questão territorial. Saúda os representantes da Rede de Colegiados Territoriais da Bahia, na pessoa de Mazinho e o ex-secretário Humberto Oliveira. Diz que estas pessoas estão na ponta, fazendo história. Indica que a ação territorial na Bahia é anterior ao governo de Lula.

“A trajetória do Fórum DRS tem sido importante na sua contribuição com o governo, nas suas três esferas. O Fórum procura ser crítico, o que nem sempre o governo consegue ser. Por um lado, o Brasil perdeu, ou talvez nunca teve, a capacidade e o hábito de planejar. Brasília foi planejada em quatro paredes. Por outro lado, os territórios trazem exemplo de que se pode planejar, planejar a partir da família. Muitas vezes o planejamento acaba sendo burocrático e fica longe dos desejos das populações, distante das realidades territoriais e das situações de pobreza. É no orçamento que podemos alterar as políticas públicas. Os colegiados têm dado exemplo de que é possível planejar, apresentando Planos de Desenvolvimento Territorial qualificados. O Estado que temos não foi feito para os pobres. No máximo os governos trabalham para os melhorados. Os pobres não têm organização, não estão associados. Mas, os pobres não são invisíveis, eles existem; quem é invisível é o Estado, longe e distante dos pobres. Quando Dilma traz o debate da pobreza, nos aproxima dos invisíveis. O Estado está sendo provocado a refletir sua dimensão ao tratar da questão da fome. A abordagem territorial traz essa grande novidade, ainda mais com a participação expressiva da sociedade civil. O Estado está sendo provocado a ser reformulado. Essas populações, especialmente do meio rural, nunca tiveram acesso à assistência técnica, ao crédito, ao conhecimento. A ideia é fazer um trabalho que extrapole as ações que já ocorreram no País. Os PPAs estão nas casas legislativas para serem discutidos com os deputados e senadores. Isso é importante para se ter um Brasil inclusivo e produtivo. Este Fórum servirá para qualificar todas as iniciativas de planejamento e também poderá iluminar propostas e discussões nas reuniões preparatórias do Rio + 20”, afirma Jerônimo Souza.

Após a mesa de abertura houve o Lançamento do Anuário Estatísticas do Meio Rural 2010-2011, coordenado por Joaquim Soriano, Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural(NEAD), e apresentado por José Silvestre Prado de Oliveira, Coordenador de Relações Sindicais do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O anuário é dedicado à sistematização de diversos dados e informações da agricultura familiar e do meio rural brasileiro.

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais do DIEESE

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma entidade que produz análises, estudos e indicadores para o movimento sindical tanto urbano quanto dos assalariados rurais. Tem 56 anos e há alguns anos desenvolve parceria com o Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural(NEAD).

A produção de indicadores traduzidos no Anuário é uma linha da produção do DIEESE. O Anuário teve início em 2006 e está na sua quarta edição. É uma publicação que se concebe como ferramenta que propicia o acesso a diversos indicadores do mundo do trabalho para dirigentes sindicais, gestores públicos e para a sociedade em geral.

Além da elaboração da 1ª edição do Anuário Estatísticas do Meio Rural 2010-2011, foram produzidos estudos sobre o mercado de trabalho e acordos coletivos de categorias rurais, como a 13ª edição do Anuário dos Trabalhadores, que completará 20 anos em 2012, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde 2005; o Primeiro Anuário das Mulheres Brasileiras em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); a 4ª edição do Anuário Estatísticas do Meio Rural, em parceria com o NEAD/MDA e IICA; o 1º volume do Anuário da Educação Profissional da Bahia, em parceria com a Superintendência da Educação Profissional da Bahia; a 1ª edição do Anuário do Trabalho e da Qualificação do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o MTE; a 4ª edição do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Além das atualizações, a publicação apresenta novas informações extraídas do Censo Agropecuário 2006, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), dados do mercado formal de trabalho, pluriatividade e agricultura familiar.

O Anuário apresenta a consolidação de indicadores a partir de uma base de dados do próprio governo, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) etc. O Anuário apresenta questões sobre estrutura fundiária, produtiva

e meio ambiente. Nele encontra-se um recorte da população do meio rural, aspectos da educação e domicílio. Também apresenta características gerais do trabalho no meio rural e indicadores sindicais, além dos dados da reforma agrária e agricultura familiar, especificamente sobre o crédito e os territórios rurais.

Os dados do Anuário 2010-2011 mostram a concentração da estrutura fundiária no Brasil. Cerca de 33% dos imóveis no Brasil possuem até 10 hectares, os quais representam 1,4 % da área total ocupada. Na outra ponta, cerca de 1% dos imóveis no Brasil possui acima de dois mil hectares, mas detêm 42% da área total ocupada.

Estes dados, entre outros, estão disponíveis no Anuário, que tem por objetivo fornecer instrumentos as organizações e gestores públicos, que permitam que a sociedade tenha acesso às informações de forma sistematizada; servir como ferramenta para os gestores que atuam nessa área, para que possam avaliar o conjunto de dados que estão disponíveis desde a sua quarta edição. A ideia é que este seja um livro de bolso e permita que as lideranças políticas possam dispor de suas informações de forma prática.

PALESTRA MAGNA:

DESENVOLVIMENTO NACIONAL E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

■ **Tânia Bacelar**

Professora da UFPE



O conceito da inclusão produtiva tem que ser um conceito que extrapole a inserção produtiva e social dos trabalhadores. Ele envolve o acesso à renda através de políticas sociais. Nesta perspectiva, a inclusão se dá via acesso a direitos básicos, serviços importantes, como educação, saúde, energia, água, informação. Inclusão via produtiva, com destaque para a agricultura familiar, e também por uma via de desenvolvimento autônoma, como a economia solidária.

O contexto econômico mundial atual é de crise, e se configura numa situação adversa à perspectiva da inclusão produtiva nos países em desenvolvimento. No entanto, o debate sobre a inclusão social e produtiva das populações acontece no momento em que o Brasil está se reposicionando favoravelmente perante à conjuntura mundial.

A crise econômica mundial foi desencadeada por um movimento de financeirização do capitalismo atual, numa tendência de os agentes operarem na escala financeira

da vida econômica e não na dimensão produtiva. Neste sentido, falar de inclusão socioprodutiva é um desafio porque na esfera financeira pode-se ganhar milhões sem criar sequer um emprego e promover a inserção produtiva. A crise econômica mundial explodiu no centro da esfera financeira: em pleno *Wall Street*, o que foi reflexo de uma ampliação desregulada da esfera financeira da economia, a qual atingiu com maior força os países avançados.

Os países em desenvolvimento intermediário estão ganhando espaço no contexto internacional, a exemplo do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) com Produtos Internos Brutos (PIBs), num movimento semelhante aos das economias europeias e estadunidenses. O que se observa é que os países intermediários estão ganhando espaço no mercado mundial.

O debate sobre a inclusão socioprodutiva se mundializou e está mais fácil de ocorrer onde era mais difícil, e mais difícil onde era mais fácil. O Brasil tem uma herança do século XX, num contexto de dinamismo econômico. Na ocasião éramos a oitava potência industrial intermediária, com uma base agropecuária ampla e moderna. No entanto, no lado social havia uma grande parte da sociedade na miséria, na precariedade. Do ponto de vista econômico, o Brasil podia ser considerado uma grande potência, com indicadores de crescimento no campo econômico e de infraestrutura realmente notáveis. Porém, no âmbito social, a desigualdade no Brasil era gritante, só era melhor que Honduras e Serra Leoa, que apresentavam uma desigualdade social superior a do Brasil.

O Brasil era vulnerável economicamente, mas isso mudou em função da melhora no ambiente macroeconômico. O País passou a dominar a inflação e controlar os indicadores macroeconômicos, trocou o petróleo por álcool. O choque do petróleo nos anos de 1970 não foi problema para o Brasil e sim uma oportunidade. No entanto, a crise da dívida externa nos anos de 1980 resultou em grandes consequências para o país, sobretudo na relação dívida pública e o PIB. Hoje a situação está relativamente estabilizada, em um patamar de 40%. Já nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa, essa relação é de 2/3, o que prejudica a economia. Diante deste quadro, o problema do Brasil é que a taxa de juros da dívida pública é muito elevada.

Outra novidade vivenciada no Brasil é o processo de desconcentração da indústria e da agropecuária, que não mais se localizam apenas na região sudeste, mas estão expandindo para outras regiões do país. O Nordeste tem aumentado os valores de transformação industrial, e da produção agropecuária, hoje produzindo mais, conforme tabela seguinte. Comparativamente a outras regiões nacionais, estes valores são pequenos, mas este quadro está mudando.

Tabela 1 – Brasil, desconcentração da indústria e da agropecuária

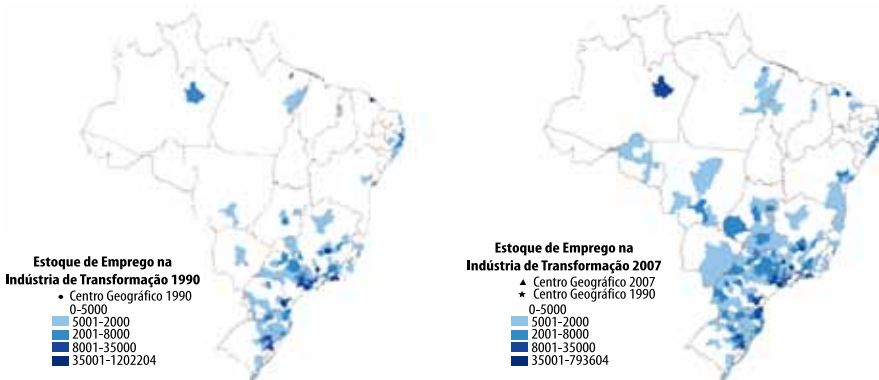
Regiões	Valor da transformação industrial		Valor da produção agropecuária	
	1970	2005	1970	2005
Norte	0,8	4,8	3,1	7,0
Nordeste	5,7	9,2	18,3	14,3
Sudeste	80,7	61,8	37,3	29,7
Sul	12,0	20,5	33,8	28,2
Centro-Oeste	0,8	3,7	7,5	20,8
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
NE: 45% da PEA rural				

Fonte: PIA, PAM e PPM- IBGE

O mapa dos Estados com maior peso no emprego formal da indústria de transformação mostra um aumento na região Sul, em algumas regiões do Norte (Manaus, que apresenta o segundo polo de eletrônicos do país) e no litoral do Nordeste.

Figura 1 – Territórios com maior peso no emprego formal da indústria de transformação 1990 e 2007 (por MRH)

As 10 MRH mais industrializadas caem de 46,8% para 32,2% o peso do emprego industrial total do país (1990-2007)



Fonte: IPEA Boletim DIRUR, número 2, jul/09.

O que observamos é que o Brasil aprendeu a combinar política social com política econômica. A opção estratégica inicial foi atuar pelo lado da renda, e não tanto no lado da produção. Contribuiu para isso a Constituição brasileira ter transferido a previdência para o meio rural. No caso da região Nordeste esta questão foi muito importante,

porque 40% da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola nacional está naquela região. Com a instituição da previdência rural, esta região passou a ser beneficiada com a renda da aposentadoria. Assim, quando o bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) dizimou o algodão no Nordeste, sua população sobreviveu em função dos recursos oriundos da previdência.

Outra fonte de renda que passou a dinamizar esta região foram os recursos oriundos dos programas sociais. O Governo Lula expandiu a política de transferência de renda, o que melhorou as condições de vida de muitas famílias no Brasil. Conforme os dados governamentais, a região que mais recebe recursos do Programa Bolsa Família (PBF) é a região do Nordeste, cerca de 75% dos investimentos do PBF. A segunda região mais beneficiada com o Programa é a região Sudeste, cerca de 25% dos recursos.

Nestas regiões a transferência de renda gerou impacto social, mas com especificidades. No Nordeste, o PBF teve um impacto diferente, além dos aspectos sociais, gerou dinâmicas econômicas importantes em locais que não tinham nenhum tipo de base produtiva, e isso se observa a partir da criação de feiras locais e dinamização de outros circuitos econômicos. As mudanças e melhorias que ocorreram nas feiras, resultaram em mudanças nas vidas das famílias.

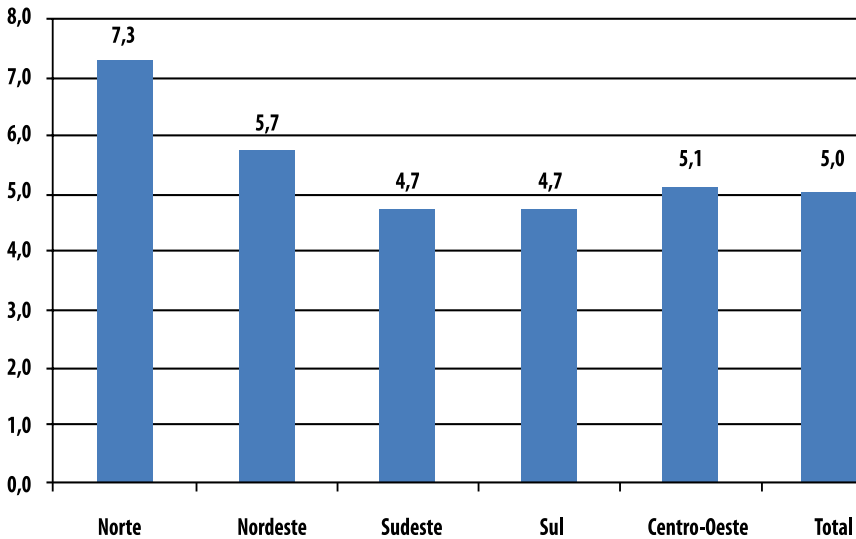
O Governo Lula também aumentou o salário mínimo, o que dinamizou ainda mais o consumo entre as famílias beneficiadas. Os programas de crédito também se reverteram em novos processos de consumo das famílias consideradas mais pobres, contribuindo para trazer mais famílias brasileiras para o consumo (que passaram a comprar televisão de plasma, geladeiras, motos, máquinas de lavar etc.). Por sua vez, o consumo gerou investimentos, que incentivou pequenas, médias e grandes indústrias a crescerem para atenderem à demanda, resultando na sobrevivência razoável que o País teve durante as crises de 2008, 2009 e a atual.

O governo também expandiu a política de crédito. Perguntava-se como poderia existir crédito com política de juros alta? No entanto, o povo brasileiro não faz cálculo de juros, mas de número de prestações. Assim, o crédito foi adaptado ao Brasil. A transferência de renda, associada às facilidades de crédito rodou a “maquininha” de comercialização. O resultado foi o estímulo à modernização da indústria. Com isso, o comércio acionou a economia do Brasil, que consegue resistir razoavelmente às crises mundiais. O que se observa é que o equilíbrio econômico brasileiro tem se mantido em função deste modelo de economia.

O crescimento econômico brasileiro se deu por meio de políticas públicas e não por meio do mercado. Quando se observa o que está por traz da dinamização econômica do país, identificamos a transferência de renda, o aumento do salário mínimo e a facilitação

do crédito. Como reflexo, o dinamismo do mercado brasileiro resultou no aumento do número de empregos formais. Houve um crescimento econômico, alicerçado em bases socioproductivas, onde as taxas de crescimento anual são lideradas pelas regiões do Nordeste e do Norte.

Gráfico 1 – Brasil e Grandes Regiões: taxa anual de crescimento do emprego formal (% a.a), 2002-2009



Fonte: RAIS/CAGED

Assim, o Brasil desmoralizou os economistas conservadores, pois dinamizou sua economia através da desconcentração e distribuição de renda. O País aprendeu a fazer boas políticas sociais e como resultado os indicadores sociais brasileiros têm melhorado.

No entanto, observamos a emergência de novos paradigmas, entre eles a mudança no conceito de desenvolvimento. Antes, desenvolvimento era sinônimo de crescimento. Um país com valores de Produto Interno Bruto (PIB) alto e desenvolvimento industrial era considerado desenvolvido. Entretanto, cada vez mais se exige que o conceito de desenvolvimento promova a inclusão socioproductiva da população e cuide da natureza. Este debate está ganhando espaço no século XXI, principalmente em função do crescimento global e do modelo de consumo praticado atualmente no mundo. As reflexões indicam que a população mundial tem que ser feliz com outro padrão de consumo, que promova menos impacto ambiental.

Vivemos uma mudança de paradigmas técnicos, como a passagem da indústria eletromecânica para eletrônica; do mundo da computação e dos empregos flexíveis. Essa mudança também se observa na agricultura, que apresenta uma disputa entre novos padrões técnicos, por exemplo, os transgênicos *versus* o biológico. No entanto, ambos não respondem à química e sim à genética e à biologia.

Vivemos a mudança no padrão energético e a estruturação de uma nova geografia geopolítica mundial. A hegemonia norte-americana cede lugar a uma multipolítica internacional. Novas potências internacionais estão emergindo, resultando num mundo multipolar. Nesta crise, por exemplo, o G7 tem menos relevância que o G20. Ao mesmo tempo, existe uma crise da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Banco Mundial e de outras instituições internacionais. Observamos a quebra da hegemonia da “onda liberal”. O liberalismo perdeu força mundialmente e no Brasil também. Há uma retomada das ações do Estado, por via das políticas públicas no País.

Existe uma mudança na direção da sociedade do conhecimento e da inovação do século XXI, e isto apresenta duas janelas de oportunidades para o Brasil, que tem um mercado interno amplo e integrado. Contribui o fato de o País ter uma base industrial grande, moderna, diversificada e consolidada. No entanto, ainda há problemas com a importação de bens de alto valor agregado e exportação de *commodities*.

Um dos destaques é a mudança na matriz energética, na direção das energias renováveis, que tem na agricultura um potencial a ser explorado. O Brasil tem potencial para grandes energias renováveis (solar e eólica), tendo em vista que o País tem terra, água e tecnologia.

Ao mesmo tempo, observamos que as próximas décadas serão de pressão no mercado de alimentos, porque a demanda alimentar está crescendo e a oferta não consegue acompanhar essa demanda. A China, a Índia e a América Latina estão pressionando o mercado mundial de alimentos, o que é altamente favorável para o Brasil, que é mundialmente competitivo na produção de proteínas e na produção de frutas.

Esta agenda é importante para discutir a inclusão socioprodutiva no Brasil, apostar na agricultura familiar, e abandonar a visão estreita de que o Brasil deve privilegiar exclusivamente o agronegócio, as monoculturas e os cultivos de exportação. Essa nova concepção, de fortalecimento da agricultura familiar, se deve à luta dos movimentos sociais por políticas públicas, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que a cada safra tem realizado maiores investimentos no meio rural brasileiro (passou de 2 bilhões de reais para 16 bilhões de reais na última safra).

Sou de uma geração de economistas para os quais falar de agricultura familiar era falar de pobres. Esses economistas entendiam que era necessário reproduzir o modelo do agronegócio norte-americano para promover o desenvolvimento. Mas, a realidade brasileira mostra que essa não é uma verdade absoluta.

Durante a redemocratização, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelo PRONAF. O Governo Lula elevou os investimentos do PRONAF. Este governo também passou a discutir o que se deseja para a agricultura familiar brasileira.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o agronegócio não cria empregos, mas a agricultura familiar sim. Se o governo optar por um Brasil do agronegócio, haverá problemas, já que a população economicamente ativa que este modelo mobiliza é muito pequena. Neste modelo, a população que não tiver acesso ao emprego no meio rural vai passar a demandá-lo no meio urbano. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que a agricultura familiar é rentável, além de produzir 70% dos produtos que compõem a base alimentar nacional. A agricultura familiar e o agronegócio representam dois “Brasis” diferentes. O que se quer é um Brasil Rural com Gente, e os movimentos sociais ainda acrescentam, “com gente feliz”.

Há, no entanto, inúmeros problemas na opção por um ou outro modelo. Destacaremos seis. O primeiro problema é a educação. Esta é fundamental no processo de inclusão. Existe uma baixa escolaridade da maioria da população brasileira. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi de 4,2 em 2008, considerado muito baixo. A educação básica no Brasil não é para iguais, ela não é cidadã nem republicana. A educação média, ao contrário, tem melhorado. Hoje 700 mil jovens têm acesso ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), e este Programa em poucos anos dobrou a demanda para o acesso ao terceiro grau.

O segundo problema que encontramos, é os gargalos na infraestrutura econômica nacional, que mais recentemente tem sido foco das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com seus inúmeros problemas.

O terceiro problema é da estrutura fundiária, que continua extremamente concentrada no País. A reforma agrária é uma dívida social e política enorme no Brasil. A questão agrária não está resolvida em nosso País.

O quarto problema é o sistema tributário, que penaliza a produção e gera desigualdade. Um exemplo é o incentivo à educação e à saúde privadas *versus* o financiamento da educação e saúde públicas. Na atual situação, quem recebe mais paga menos, quem recebe menos paga mais. Quem tem patrimônio não paga e quem recebe

salário paga. A sociedade não faz o debate sobre a composição da carga tributária, mas este é um debate importante a ser realizado no País.

O quinto problema é o sistema de ciência, tecnologia e inovação, ainda em formação em nosso país, com avanços importantes, mas com baixo crescimento do investimento, principalmente se este for comparado ao que ocorre em países como a China e a Índia, por exemplo.

O sexto problema que encontramos no Brasil até surpreende: é a insuficiência na consciência ambiental. Temos um enorme patrimônio ambiental, mas são necessários conhecimentos e tecnologias para tratarmos deste patrimônio. Há que se desenvolver estes conhecimentos e estas tecnologias o quanto antes.

Por fim, para ampliar a inclusão socioproductiva há que se potencializar os investimentos nas políticas sociais; apoiar a economia solidária e a economia popular através da criação de frentes de dinamismo local, da ampliação da oferta de serviços públicos (como água, luz etc.) e da criação de políticas de gênero, etnia etc.

PAINEL 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

■ **Coordenador do painel: Sérgio Leite**

Professor do OPPA/CPDA

■ 26 de outubro de 2011 (quarta-feira)



Entre as políticas públicas que patrocinam o movimento de inserção socioprodutiva – de filiação social, de reconstrução do tecido social no meio rural – está a política de Previdência Rural. No caso brasileiro, essa política efetivamente toma corpo, tanto em termos de números de benefícios quanto em termos de volumes de recursos pagos, através dos benefícios continuados da previdência, em particular a aposentadoria, a partir do início da década de 1990. Há um excelente trabalho sobre a previdência social brasileira realizado pelos economistas do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Guilherme Delgado e José Celso Cardoso Júnior, que mostraram a partir de um levantamento realizado com seis mil famílias, sendo três mil delas no Nordeste e três mil no Sul do Brasil, a importância do benefício da previdência social rural para a composição da renda familiar e para as estratégias de reprodução social dessas famílias no campo.

O estudo do IPEA mostrava que entre as famílias ainda residentes no meio rural, metade do dinheiro recebido da previdência (a qual a partir do início dos anos 1990 passou a oferecer um piso de um salário mínimo, cerca de R\$ 545,00 hoje) era aplicado em custeio agrícola, ou seja, os pesquisadores mostraram como os recursos da previdência – destinados às pessoas que por direito constitucional têm acesso a esse mecanismo de transferência de renda – eram gastos, boa parte, na manutenção das atividades de custeio agrícola, funcionando dessa forma como uma espécie de seguro agrícola.

Portanto, não é possível olharmos para o programa da previdência social exclusivamente a partir de um ponto de vista fiscal. A imprensa, particularmente a grande imprensa, insiste em dizer que a previdência é um problema, é deficitária, é custosa, entre outras questões. É necessário reconhecer, e o livro de Guilherme Delgado mostra claramente isso, sobre o peso que a previdência possui nesse mecanismo de reprodução, inclusive, das atividades econômicas das famílias rurais, especialmente na região Nordeste. Nesta região, os benefícios pagos para a previdência toda, entre o que é destinado ao urbano e ao rural, cerca de 40% a 45% vão para o meio rural. Enquanto no Brasil essa cifra gira em torno de 25% e 29%, nas regiões Norte e Nordeste, o peso de dispêndio com gastos com a previdência social é significativamente mais alto.

A previdência é, antes de qualquer coisa, o reconhecimento de um direito social garantido constitucionalmente. Nesse processo, se olharmos a quantidade de agricultores familiares, considerando as diversas pesquisas que têm sido realizadas, sobretudo de agricultores familiares desfavorecidos, ou localizados em regiões mais vulneráveis, a previdência tem um peso de 20% a 30% da renda familiar. Não é um peso desprezível.

Ao longo do ano na safra agrícola, como todos sabem, há uma instabilidade de rendimento em função da comercialização dos produtos agropecuários. A previdência, além de ter uma participação significativa na composição da renda, tem um peso estratégico na estabilização da renda familiar ao longo do ciclo agrícola. Isto fez com que, a partir da metade dos anos de 1990, os idosos começassem a ser disputados nas famílias. As pesquisas indicaram situações em que os filhos “puxavam”, cada um para si, o pai ou a mãe, porque isso era garantia de uma renda mensal importante.

Esse reconhecimento da previdência social rural representa o peso que as políticas de transferências de renda, de reconhecimento de um direito, possuem na composição de um mix de políticas. Neste sentido, quando se vai hoje para o meio rural (cito o exemplo de uma visita que fiz a Irecê/BA), nós observamos que os agricultores familiares acionam um conjunto diversificado de políticas públicas que passam pela eletricidade, por exemplo, pelo Programa Luz para Todos (LpT), pelo Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA), pelo PRONAF, pelo Programa de Previdência Social Rural, pelo PBF, pelo Programa Minha Casa Minha Vida etc., enfim, há um conjunto de instrumento de políticas que hoje são acionados de diferentes formas, em diferentes situações e intensidade, por um conjunto de agricultores que altera substancialmente as suas condições de vida e de reprodução econômica e produtiva.

Portanto, há que se destacar a importância do Programa de Previdência Social Rural, antes de dar início aos debates do dia.



TEMA 1: AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E APOIO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA

■ **Expositor: Valter Bianchini**
Especialista da EMATER/PR

As políticas públicas são fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável e a inserção socioeconômica. É possível quantificar um conjunto de itens para observar o quanto a família está em condição de inclusão socioproductiva. As

condições de formalidade do trabalho servem de exemplo. Para tanto, é necessário entender o significado do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar.

O desenvolvimento sustentável amplia o papel reservado à agricultura, em especial à agricultura familiar, nos processos de desenvolvimento rural sustentável e nas respectivas políticas públicas. Em primeiro lugar, esta noção tende a valorizar a agricultura realizada em base familiar. Em segundo lugar, parte da crítica do modelo produtivista e incorpora para além dos aspectos restritos à produção agrícola, as potencialidades locais-regionais em termos materiais (produção agrícola e serviços ligados à agricultura) e os aspectos sociais culturais, ambientais e territoriais. Em terceiro lugar, ela potencializa os termos do contrato social que une os agricultores ao conjunto da sociedade.

A avaliação da sustentabilidade dos sistemas de produção (agroecossistemas) pode estar baseada numa avaliação quantitativa de práticas julgadas favoráveis ao meio biofísico e social. Os itinerários técnicos (alternâncias, rotações, fertilizações etc.), as práticas sociais de qualidade de vida (habitação, água, saneamento, energia elétrica, bens de consumo duráveis, segurança alimentar, educação, lazer etc.) e territoriais da produção e ou da pluriatividade, podem ser quantificados por “unidades de sustentabilidade”, positivas ou negativas, e proporcionais aos impactos sobre as diferentes características ambientais e sociais do meio.

Aliás, este tem sido um dos desafios do PRONAF. Esta política apresenta uma dualidade: a de ser um instrumento de política agrícola, uma modalidade diferenciada de crédito rural com objetivos de atender uma demanda de produção de alimentos (PRONAF Mais Alimentos), fibras e energia (PRONAF Biocombustíveis), de potencializar diferentes cadeias agroindustriais (PRONAF Agroindústria) e/ou a pluriatividade; ao mesmo tempo em que deve proporcionar crédito aos agricultores marginalizados, levando a política em regiões do Brasil onde ela nunca esteve presente.

O PRONAF é um programa de inclusão produtiva. Como programa da agricultura familiar ele tem responsabilidade de inclusão social, mas também de garantir condições para as famílias que já estão inseridas no mercado.

No mapa da inclusão produtiva temos um conjunto de instrumentos de políticas, como o microcrédito B, o PRONAF A e linhas do PRONAF para oferecer oportunidade de crédito para mulheres, jovens, comunidades especiais, pescadores artesanais e toda a diversidade de agricultores familiares de diferentes biomas e formas de agricultura (dimensão social), bem como adequar o programa para a implantação e/ou consolidação das agriculturas ecológicas (dimensão ambiental). Enfim, o PRONAF apresenta-se com um conjunto de instrumentos de políticas, entre elas o crédito rural, voltado às diferentes dimensões da sustentabilidade da agricultura.

Para avaliar o alcance da multifuncionalidade da agricultura nas dimensões sociais, econômicas e ambientais das políticas públicas como o PRONAF, pode-se selecionar um conjunto de indicadores e quantificar em uma escala os diferentes níveis de sustentabilidade na respectiva dimensão, no conjunto da unidade familiar e no agroecossistema definido.

Para a dimensão social da sustentabilidade, apontam-se cinco importantes indicadores: Indicador das Condições de Vida, Indicador do Capital Humano, Indicador do Capital Social, Indicador do Projeto de Vida e Indicador da Disponibilidade de Terra.

Estes indicadores têm uma correlação com o PRONAF na medida em que o acesso ao crédito tem um impacto na renda e, conseqüentemente, nas melhores condições de vida. O acesso à educação e à assistência técnica pode impactar na adoção de novas tecnologias e no aumento da produtividade e da renda. O nível de associativismo e de arranjo institucional amplia e qualifica o acesso ao PRONAF, assim como as políticas de comercialização e de agregação de renda. A disponibilidade de terra pode facilitar no melhor redesenho de diferentes sistemas de produção. O acesso a políticas públicas como o PRONAF contribui na viabilização do projeto futuro de reprodução da unidade de produção familiar.

Para avaliar a sustentabilidade econômica das unidades de produção familiar, considerando as características da agricultura familiar, foram selecionados cinco indicadores: Níveis de Renda e/ou de Reprodução Social (renda familiar agrícola, não agrícola e transferências sociais); Produtividade da Unidade de Trabalho Familiar; Produtividade Econômica da Terra; Diversidade de Mercados e Autonomia Estrutural de Terra e Mãos de Obra.

Para a função de sustentabilidade ambiental, podemos quantificar cinco indicadores que permitem identificar a unidade de produção no sentido de uma escala de sustentabilidade em direção a uma agricultura agroecológica: o Indicador de Diversificação da Unidade Produtiva, o das Práticas Conservacionistas, o de Uso Reduzido de Insumos e Serviços Terceirizados Externos, o de Conservação da Unidade de Produção e o do Balanço de Nutrientes da Unidade de Produção.

Neste contexto, identificam-se tipologias da agricultura familiar, tendo em vista que a agricultura familiar é a própria diversidade em si. O Brasil tem um universo de agricultores que diferem conforme as diferentes regiões e/ou biomas, entre diferentes formas de agricultura, e entre tipologias. As diferenças entre uma agricultura familiar com níveis elevados de produtividade e de capitalização, que compõe a classe média rural e a agricultura familiar situada abaixo da linha de pobreza com uma complexidade de limitações em todos os seus fatores de produção, requerem políticas diferenciadas para a sua sustentabilidade.

Essa diversidade é relatada pela professora Maria Nazareth Wanderley, no texto “Raízes Históricas do Campesinato”, em que discorre sobre a diversidade da agricultura familiar e menciona que o meio rural brasileiro apresenta famílias de pequenos e médios agricultores, responsáveis pela produção de uma enorme gama de produtos, em distintos sistemas de produção, envolvendo desde agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros e caiçaras, além de outros povos da floresta, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e os assentados. É necessário entender essas dimensões para promover a inclusão social.

A partir desta compreensão, a definição da linha de pobreza rural pelo critério da renda familiar aponta diferentes universos de famílias rurais pobres. Por exemplo, a inscrição de famílias vulneráveis no cadastro social limita esta linha de pobreza a famílias com até três salários mínimos (SM). No IBGE/PNAD temos uma linha de pobreza com renda familiar até dois SM (0,5 SM *per capita*) e uma linha de extrema pobreza até um SM (0,25 SM *per capita*). No Programa Bolsa Família temos uma renda familiar de até um SM para famílias com filhos na escola (atualmente cerca de R\$ 120,00 *per capita*) e renda familiar até meio SM para famílias sem filhos na escola (R\$70,00 *per capita*). No PRONAF, com o critério da Renda Bruta Familiar, o limite de renda para a pobreza rural é de R\$ 6.000,00. Portanto, há alguns problemas de caracterização de pobres no Brasil.

Qual o universo da pobreza rural no Brasil? De acordo com as informações da PNAD/IBGE 2009 de uma população rural total de 30,7 milhões de pessoas, 16,5 milhões foram classificadas como pobres (renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo). Isto significa que no ano de 2009 aproximadamente 54% da população rural era enquadrada como pobre. Desta, 8,1 milhões de pessoas foram classificadas como extremamente pobres (renda familiar *per capita* mensal de até ¼ salário mínimo). A região Nordeste respondia por 53% dos domicílios rurais classificados como pobres e por 70% do total de pessoas extremamente pobres. Nas regiões Nordeste e Norte se concentravam 66% do total de pessoas pobres domiciliadas no meio rural brasileiro e 81% do total da população rural extremamente pobre. Esta população apresenta uma tendência de concentração em regiões, territórios e/ou comunidades, de forma que as políticas de inserção socioeconômica podem ser territoriais e não necessariamente individuais.

Existem limitações no uso da renda como indicador de pobreza rural, por exemplo, ao se utilizar uma linha de pobreza homogênea para todo o país, para o rural e o urbano. Nas unidades de produção da agricultura familiar existe a produção para o autoconsumo, que é muito mal mensurada em termos monetários, afetando para baixo cálculo da renda das famílias rurais. O dimensionamento da pobreza rural deve considerar a relação casa-trabalho, onde o custo do aluguel praticamente não existe no rural para o agricultor familiar e o custo de outras despesas, como o imposto predial, a água, a energia rural e o deslocamento para o trabalho, apresenta custos menores.

No meio rural há uma diversificação das fontes de renda. Isso porque na agricultura familiar a renda familiar é dada pela soma da renda agrícola monetária, incluindo a renda da produção de autoconsumo, somando também a renda não agrícola e, ainda, a renda da previdência social e dos programas de transferências governamentais. O microcrédito entra neste orçamento familiar e também o sistema de produção de autoconsumo, o mais comum é caracterizado como sistema policultura-pecuária. Conhecer melhor este sistema e outros sistemas de produção de autoconsumo é de fundamental importância para a ação extensionista nos programas de combate à pobreza, que tem como objetivo incrementar a qualidade de vida familiar. Para algumas famílias, parte da renda da previdência acaba servindo para pagar o PRONAF. É necessário entender como se administra essa renda.

Nesse contexto, existem algumas ações para a inclusão produtiva, como a diversificação produtiva, o PRONAF Crédito, alguns instrumentos de proteção à atividade produtiva, a pluriatividade, as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e as ações de geração de renda e de agregação de valor. Para os agricultores familiares situados abaixo da linha de pobreza tem-se a oferta do PRONAF B, hoje concentrado na região do semiárido, e em menor intensidade na região Norte. Nas outras regiões, a pobreza rural, embora em menor densidade, não acessa esta linha de crédito. No semiárido, onde predomina o universo das aproximadamente 600 mil famílias que acessam este microcrédito, a metodologia do Crediamigo Rural do BNB, com seus agentes de crédito, tem potencializado este alcance do PRONAF B, com um complemento parcial do trabalho de algumas Organizações não Governamentais (ONGs) e ou das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs).

O Seguro Garantia Safra tem uma intersecção com o PRONAF B e tem como meta atingir 900 mil famílias neste Plano Safra. Uma transição para outras linhas de crédito do PRONAF, com o acesso a linhas de proteção, como o Programa de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar (PGPMF) e o Seguro da Agricultura Familiar, tem pouco alcance junto a este universo dos agricultores.

Neste Plano Safra foi anunciada a possibilidade de complementar o PRONAF B com um PRONAF normal, desde que o agricultor tivesse acesso a uma das linhas do mercado institucional, como o PAA. Como estes agricultores têm pouca atuação junto aos Bancos e/ou Cooperativas de Crédito e um cadastro bancário de poucas garantias reais, o acesso a linhas de financiamento com risco bancário é limitado. Falta um fundo de aval governamental que possa garantir estas operações para recursos de crédito cuja origem não seja o Tesouro Nacional, onde o risco do crédito é da União.

É necessário retirar os limites de renda não agrícolas, de 30%, para agricultores pluriativos que estejam fora do PRONAF B. Uma unidade de produção familiar com

renda familiar anual de até R\$ 21.800,00, com um integrante da família com renda não agrícola de um SM (R\$ 545,00), renda anual de (R\$ 6.540,00) estaria impedido de operar com as linhas do PRONAF. O limite das rendas não agrícolas para o PRONAF é de 30%.

O PAA, hoje em torno de 1 bilhão de reais, é um mecanismo importante, mas em termos de alcance é limitado, cerca de 200 mil famílias, ampliando para 400 mil. O PRONAF movimenta 16 bilhões e o Bolsa Família 12 bilhões.

Existe ainda muita dificuldade de organização dos agricultores, e se avançou muito pouco no cooperativismo familiar. No caso do PGPMAF, incluído e aprovado no orçamento do MDA, indica a aplicação de mais 300 milhões no PPA 2012-2015. O Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) passa por uma adequação. O PAA Leite avança mais para o Nordeste. Apenas 1.227 prefeituras afirmaram que já estão cumprindo com as novas normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de adquirir, no mínimo, 30% de produtos oriundos da agricultura familiar. O novo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional vem contribuir para o círculo virtuoso dos benefícios das políticas públicas.

É importante identificar atividades e/ou setores âncoras (atributos territoriais) em atividades agrícolas e não agrícolas para a inserção produtiva destas pessoas. No território, uma análise da evolução do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária na última década, bem como dos diferentes setores da indústria e dos serviços, pode contribuir para identificar estas atividades âncoras de geração de emprego e renda.

A cesta de produtos de autoconsumo pode oferecer excedentes que podem ser potencializados para o mercado e contribuir para ampliar a renda monetária. Mercados Institucionais como o PAA e o PNAE podem oferecer excelente oportunidade de renda e de aprendizado para o acesso aos canais de mercado para estes agricultores. Os entraves são o baixo capital social deste grupo de agricultores.

O fortalecimento dos mercados institucionais como o PAA, o PNAE e Biodiesel, a PGPM da Agricultura Familiar, ainda não está em lei, mas tem uma rubrica esse ano. O incentivo ao associativismo e/ou cooperativismo pode contribuir com a geração de renda para esses agricultores.

As feiras, o incentivo aos circuitos curtos de comercialização, os convênios com redes de supermercado para produtos da agricultura familiar, com selo social ou orgânico, contribuem para a abertura de canais de comercialização junto a este público.

A assistência técnica é fundamental ao processo de inclusão socioproductiva. Um importante passo foi dado com a criação da Lei de ATER e as chamadas públicas, mas há inúmeros desafios na criação de um novo Sistema Brasileiro Descentralizado de

Assistência Técnica – SIBRATER. Ao mesmo tempo, há que se trabalhar em conjunto com a pesquisa. Há que se estabelecer uma convivência entre a ATER do Estado e a ATER das ONGs.

TEMA 2: AS POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO PARA A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA

■ Expositor: Otavio Balsadi

Doutor em Economia e Pesquisador da Embrapa



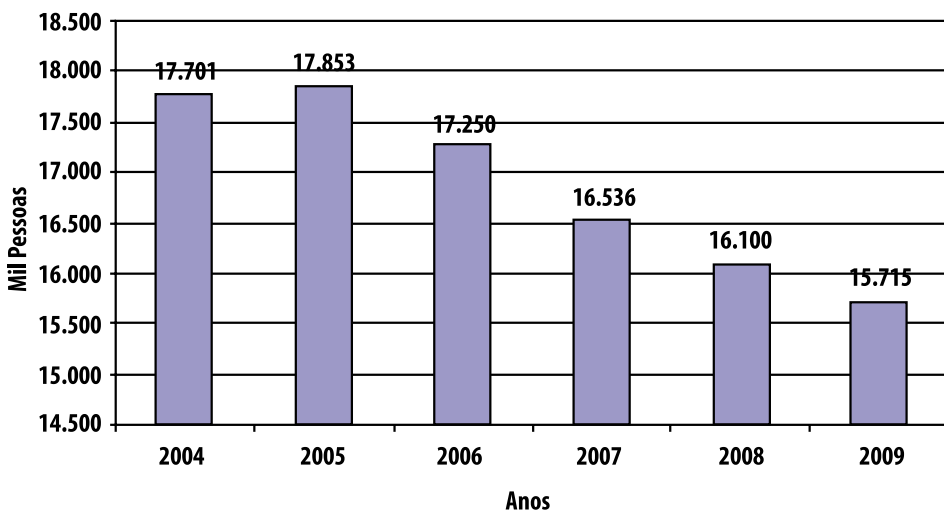
Conforme os dados do PNAD (2009), em uma população de 180 milhões de brasileiros, 90 milhões de pessoas estavam ocupadas formalmente no trabalho. Destes, cerca de 53 milhões eram homens e 39 milhões eram mulheres. O que indica uma maior participação masculina no mercado formal de trabalho. Os dados também indicavam que dos 90 milhões de pessoas ocupadas, cerca de 76 milhões se localizavam no meio urbano e 16 milhões no meio rural.

Conforme os dados da PNAD (2009), a população residente no meio rural era de 30 milhões de pessoas, das quais 16 milhões eram ocupadas formalmente com trabalho (população economicamente ativa) e 8 milhões não ocupadas com trabalho formal (população economicamente não ativa). Da população residente no meio rural, cerca de 25 milhões tinham mais de 10 anos de idade. Entre estes, cerca de 10 milhões tinham até três anos de estudo, sendo que quase a metade era analfabeta.

Das 16 milhões de pessoas ocupadas formalmente no meio rural, cerca de 10 milhões eram homens e 6 milhões eram mulheres. Os dados repetem a lógica nacional, que indica maior proporção da população masculina ocupada formalmente no trabalho. Outro aspecto a salientar é que dos 16 milhões, 11 milhões estavam ocupados com atividades agrícolas, enquanto que cerca de 5 milhões viviam no meio rural, mas não se ocupavam das atividades rurais. Na área rural a presença masculina era maior.

É importante guardar o número de 18 milhões de assalariados na agricultura. Encontramos este valor no ano de 2004 e, conforme o gráfico seguinte, observamos que ao longo dos anos este valor caiu, foi recuperado, e depois caiu novamente. Constatamos que este número reduziu em momentos de crise econômica, mas também em momentos de não crise.

Gráfico 1 – Evolução da PEA ocupada agrícola no Brasil, no período de 2004-2009 (com o Norte Rural)



Fonte: PNAD, 2009.

A cada três pessoas que trabalham no Brasil, duas estão no grupo dos assalariados. Observamos que o critério do que é empregado não mudou para a PNAD, e num horizonte de vinte anos, a queda é muito mais significativa no mercado assalariado geral do que no mercado assalariado da agricultura brasileira.

Dados da População Economicamente Ativa – PEA mostram a evolução dos empregados na agricultura brasileira, no período de 1992-2009, em que se observa que houve aumento da formalização desses empregados. Houve uma evolução em empregos rurais não agrícolas entre 2001 e 2009, que de 2.369/ano, em 2001, subiu para 3.333/ano em 2009.

No mercado de trabalho assalariado destaca-se a importância dos empregados na PEA agrícola e na PEA rural não agrícola. De modo geral, estas categorias são pouco abordadas e estudadas. Há um “ressurgimento” do tema, pois os movimentos sociais voltaram a priorizar os assalariados; as certificações e as cláusulas sociais; as políticas de combate à pobreza e pobreza extrema.

Embora ocorrerem avanços no mercado de trabalho assalariado, permanecem alguns dilemas, como a questão da elevação da escolaridade. Os dados indicam que em 2001 havia 9% de empregados agrícolas com oito anos ou mais de estudos e, em 2009, esse valor chegou a 18,4%. Uma evolução pequena diante as possibilidades de qualificação profissional na atualidade. Ao mesmo tempo, observamos um aumento no nível de formalidade dos empregos que de 43,3%, em 2001, chegou a 52%, em 2009, considerando os empregados rurais não agrícolas com contribuição previdenciária (sem o Norte rural).

Observamos que houve uma redução dos índices de trabalho infantil, embora pequena, mas muito importante. Os dados sobre a evolução dos empregados agrícolas com 16 anos ou mais de idade no período de 2001 a 2009 (sem Norte rural) indicaram que em 2001 havia 96% de empregados com 16 anos ou mais de idade e, em 2009, este valor chegou a 98%.

É importante destacar que entre os anos de 2001 e 2009 houve um aumento real no salário, que refletiu nas dinâmicas econômicas regionais. Este aumento foi maior entre os empregados rurais não agrícolas do que entre os empregados agrícolas.

Os dados indicam que, pelo critério de renda familiar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, havia no Brasil cerca de dois milhões de empregados agrícolas e um milhão de empregados rurais não agrícolas vivendo em famílias pobres em 2008. Diante deste quadro, há que se pensar em políticas públicas mais robustas e muito mais integradas, tendo em vista que os dados também mostram que os trabalhadores na agricultura ganham pouco e possuem baixa escolaridade.

O que se observa é que os pobres assalariados estão ocupados em todas as etapas das cadeias produtivas, no entanto, são aqueles com índices menores de carteira assinada. Ao mesmo tempo, como se pode observar na tabela seguinte, a maioria dos pobres empregados recebe menos de um salário mínimo.

Tabela 1 - Assalariados segundo a condição de pobreza, ramo de atividade e vínculo com trabalho e grupos de rendimento do trabalho principal. Brasil, 2008

(milhares de pessoas)

Condições, atividade e vínculo	menos de 1 s.m.	1 s.m. a menos de 2 s.m.	2 s.m. a menos de 5 s.m.	5 s.m. ou mais	sem declaração	total
Pobres	1.730	1.345	36	0	1	3.112
Agrícolas	1.243	838	22	0	0	2.103
permanentes	365	645	20	0	0	1.030
temporários	877	193	2	0	0	1.072
não agrícolas rurais	487	507	14	0	1	1.009

Fonte: PNAD, 2009

Conforme os dados encontrados, a maioria dos assalariados pobres agrícolas e com pouca escolaridade, no Brasil, estão no Nordeste. Estes, de um modo geral, recebem baixos salários, executam grandes jornadas de trabalho e apresentam baixa escolaridade. Assim, podemos dizer que as pessoas que vivem no Nordeste estão em piores condições, em comparação com as demais regiões do Brasil.

Tabela 2 - Assalariados segundo a condição de pobreza, ramo de atividade e vínculo com trabalho e anos médio de estudo Brasil e regiões, 2008

(anos médios de estudos)

Atividade	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Pobres						
Agrícolas	3,3	3,3	2,9	3,8	4,3	4,0
permanentes	3,4	3,4	2,9	3,9	4,6	4,0
temporários	3,1	3,1	2,9	3,6	3,7	4,0
Não agrícolas rurais	5,6	5,6	5,5	5,8	6,1	5,5
Não pobres						
Agrícolas	4,8	4,2	3,7	5,1	5,4	5,1
permanentes	5,1	4,4	4,1	5,3	5,8	5,3
temporários	4,1	3,7	3,4	4,6	4,5	4,3
Não agrícolas rurais	8,2	8,3	8,0	8,3	8,3	8,0

Fonte: PNAD, 2009

Os dados do PNAD (2009) também mostraram que a qualidade do emprego é melhor para aqueles que trabalham com culturas de *commodities*, como soja, arroz e cana-de-açúcar. Em menor intensidade, isso também se observa para as culturas da mandioca e milho.

Algumas sugestões de ações integradas podem melhorar a inserção socioproductiva dos empregados. A primeira é garantir os deveres elementares do Estado brasileiro, como a erradicação do trabalho infantil e a erradicação do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. A segunda é promover políticas pró-ativas de emprego; promover o aumento do grau de formalidade do emprego; criar políticas de gênero (inserção e melhores condições de trabalho para as mulheres); promover o fomento às atividades não agrícolas de qualidade para os residentes rurais; dar atenção especial aos domicílios pobres com membros da família não ocupados; fortalecer acordos coletivos e novos arranjos tripartites nas cadeias produtivas que mais empregam; promover o aumento do número de ocupados nos domicílios pobres via capacitação e geração de oportunidades para a juventude e; gerar políticas de emprego em municípios rurais/agrícolas fornecedores de migrantes. A terceira é dar atenção a ações de caráter transversal das questões sociais, como a elevação do nível de escolaridade e erradicação do analfabetismo entre os trabalhadores.

Por último, é necessário assegurar os direitos de cidadania, como o acesso aos serviços sociais, infraestrutura e direitos de cidadania (alimentação, moradia, documentação, previdência, saúde); e a redução das disparidades regionais (foco no Norte e Nordeste) em termos de qualidade do trabalho e condições de vida.

TEMA 3: AS POLÍTICAS DE FOMENTO À INOVAÇÃO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- **Expositor: John Wilkinson**
OPPA/CPDA



A inovação tem um papel importante nas nossas vidas. É importante para lidar com o cotidiano e as mudanças que vem ocorrendo em nossa sociedade. Há que se trabalhar a inovação. Quatro questões devem ser focalizadas:

1. Qual o papel de inovação na economia brasileira hoje?
2. Qual o significado de inovação para os movimentos sociais?
3. Que modelo de inovação? Tem inovação que passa pela ideia de patentes, a propriedade privada. Outra passa pela ideia de bens coletivos.

4. Inovação para qual finalidade? Muitas vezes a inovação tem sido associada à melhoria na produtividade. Mas é uma questão que tem conteúdo, é uma opção produtiva que se tem que fazer.

A ciência e a tecnologia têm uma relação direta com produção e desenvolvimento no Brasil. Em um breve histórico, na era Vargas criou-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento e inúmeras instituições de pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, os centros de pesquisa. Na década de 1980, os SCT e depois MCT – informática e tecnologias de ponta (biotecnologia). Na década de 1990, a Organização Mundial do Comércio – OMC, Lei de Propriedade Industrial e Lei de Cultivares. Ocorreram privatizações e houve a criação de Fundos Setoriais. Também foi um momento em que a ciência e a tecnologia, associadas à inovação, contribuíram para a elaboração dos livros Verde e Branco.

Nos anos 2000 quando se ampliou as relações entre Universidade – Empresa (Lei de Inovação e Lei do Bem), houve a criação dos parques tecnológicos e das incubadoras. A inovação passou a ser compreendida como parte integrante de política industrial. Generalizou-se o modelo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e houve a descentralização da Ciência e Tecnologia (C & T + Inovação Estadual) e resultou na criação das Fundações de Apoio à Pesquisa. A ciência e tecnologia, mais a inovação contribuem para a inclusão social. Naquele momento, os indicadores de ciência e tecnologia tradicionais ainda predominavam.

Como interpretar a dinâmica dessa evolução da ciência e tecnologia da inovação?

Há que se considerar que existe um modelo linear e visão neoclássica para perspectiva sistêmica, institucional e de rede. É necessário entender a inovação também pela demanda e negociação com a sociedade civil (movimentos sociais). Os transgênicos são exemplo disso. Paralelamente, noções de crescimento econômico e competitividade cedem lugar para objetivos de desenvolvimento. Inovação não é apenas um mecanismo para desenvolvimento. Há um movimento na direção da inovação como uma propriedade coletiva. De certo modo há um reforço à propriedade intelectual e aos mecanismos de apropriação.

Na evolução da ciência e da tecnologia da inovação há uma redução na fronteira entre público – privado e mercado – sociedade. Estas foram afrouxadas. A inovação é encarada como processo social (tanto organizacional quanto tecnológico). A inovação localizada (conhecimento tácito e leigo, proximidade) não é uma coisa que passa em livros, é uma interação e proximidade entre os atores. Tem a ver com a localização, uma coletividade ancorada em torno de recursos específicos, ligados a sistemas

locais, *clusters*, arranjos produtivos locais. A relação entre desenvolvimentismo *versus* sustentabilidade (ambiental e social) implica uma inovação enquanto uma opção na definição pelo desenvolvimento.

A sociedade passou a discutir inovação como forma de inclusão social. Como exemplo, existe a inclusão digital para educação. Inovação para transformar as condições sociais de populações marginalizadas e afetadas pela economia e, ainda, a formação de redes para compartilhar inovação. A inclusão social já presente no Livro Branco – “Papel e inserção do terceiro setor”. A inclusão digital aparece como preocupação global em outras iniciativas, como educação a distância, microcrédito e fica em evidência a inovação e/ou tecnologia social – redes, institutos, bancos de dados, centros de referência, prêmios etc. Outro aspecto central também ao desenvolvimento local são os arranjos produtivos locais, políticas territoriais.

Algumas definições de tecnologia/inovação social indicam que inovação é “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. Outra definição indica que inovação é um “produto, método, processo ou técnica criada para solucionar algum tipo de problema social, levando em consideração também a simplicidade, o baixo custo, a facilidade de aplicação e a comprovação de impacto social”.

No momento, um conceito muito diferente de inovação começa a ser fomentado no conjunto dos movimentos sociais que passam a influenciar de forma diferenciada as políticas públicas. No entanto, é necessário desenvolver uma visão mais ampla de inovação social.

A inovação surge como tema central para os movimentos sociais e às políticas associadas. O novo paradigma tecnológico é a sustentabilidade, das novas categorias está a agricultura familiar, o território. As estratégias de reconhecimento de alternativas, como a certificação participativa (exemplo da rede Ecovida). A inovação nas formas organizacionais – redes/associações. As inovações institucionais – conselhos como nova articulação Estado/sociedade civil. Relação pública e privada, através da internalização das relações com a sociedade civil. Inovações na política – no conteúdo e na forma.

Foram criadas instituições para tratar de questões mais complexas. No entanto, existem algumas ameaças em torno de inovação, como o peso de políticas implícitas para inovação (políticas macroeconômicas e sociais), a inovação e desemprego em setores tradicionais, as restrições de ser membro da Organização Mundial do Comércio (compras públicas, incentivos). Ocorre a inovação *versus* guerra fiscal no desenvolvimento local, a barreira de conhecimento e centralidade de educação (exclusão digital).

Que emprego e renda se almejam? Entende-se que a inovação é uma questão social, não deveria ser vista apenas como uma questão da ciência e tecnologia. Os dados apresentados na palestra anterior sobre a educação indicam uma dificuldade de trabalhar a inovação no Brasil.

Entre as considerações finais, destaca-se a inovação como processo social e não apenas como ciência e tecnologia (produção e desenvolvimento). É importante o acesso ao conhecimento como base para inovação. A inovação é substantiva e subordinada à negociação de objetivos (muitas vezes em conflito) das políticas públicas.

TEMA 4: JUVENTUDE RURAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INSERÇÃO PRODUTIVA

■ **Expositora: Elisa Guaraná**

Antropóloga – CPDA/UFRRJ e Assessora da
Secretaria Nacional de Juventude



A migração no campo coloca “o desejo de permanência e o desejo da saída da juventude rural”, que se questiona entre ficar e sair. Associada a esta questão se colocam os desafios da formação profissional e da inserção produtiva que o campo permite. Dois enfoques são muito presentes na análise sobre juventude rural: i) uma minoria quer permanecer no setor da produção rural; ii) o tema da migração – população que migra para as cidades.

Na perspectiva de inovação social e do cenário de discussão que colocaram a juventude em diversos fóruns de debate sobre a juventude brasileira, surgem questões importantes, entre elas: como pensar estratégias para o desenvolvimento da sociedade brasileira, especialmente daquela que vive no campo.

Fala-se da migração como se a juventude olhasse para o meio urbano e tivesse um desinteresse pelo meio rural. A juventude é vista como aquela que não quer ficar. Há que complexificar o tema da migração, tendo em vista que inúmeros outros motivos levam os jovens a migrarem para os centros urbanos.

Essa migração está inserida numa questão mais ampla da reprodução social das famílias no meio rural. A questão da juventude envolve migração (permanente e sazonal), êxodo e circulação. Os números do Censo não apresentam dados específicos sobre a juventude brasileira. Não temos um estudo demográfico consistente sobre juventude. O Censo Agropecuário não mediu idade ou indicadores que possam nos informar sobre os jovens.

Segundo dados do IBGE houve uma redução de 3% da população rural, enquanto a população urbana aumentou entre 2000-2010. Na região Sul a redução foi de 2,5%. Nesse período, a redução atingiu a faixa de 0-29 anos. No entanto, na faixa de 60 anos ou mais, houve um aumento de 7,2%. O que indica que houve um processo de envelhecimento da população rural.

Ocorre também um processo de masculinização no campo, que afeta a juventude. Os dados, no Brasil, mostram que na população de 15-29 anos, 49,1% é composto de homens e 50,9% composto de mulheres. No meio urbano 49,2% homens e 50,8% mulheres. Já no meio rural a população de homens nessa faixa etária é de 53,2%, enquanto a população de mulheres é de 46,8%. Na população entre 15-17 anos, no meio rural, 55 % é composto de homens, enquanto 45% composto de mulheres. Diferença de 10% da população. Isso indica uma perspectiva geracional e de não sucessão a curto prazo. Estes dados se repetem em todas as regiões.

No âmbito da migração, o que torna a questão foco do debate atual é o contexto da política de reforma agrária que vem sendo implementada no Brasil desde 1985. Alguns estudos mencionam uma possível reversão no quadro de migração do campo para a cidade, provocada pelo assentamento em massa de famílias no meio rural. Tal reversão estaria comprometida pelo êxodo dos jovens, agravada pela tendência de migração maior entre “as” jovens, provocando a masculinização do campo.

Que jovem é este que migra? É a juventude da agricultura familiar, pequenos proprietários, juventude assentada, juventude trabalhadora sazonal (estima-se que

representa a maior parte da mão de obra ocupada), juventude ribeirinha, quilombola e extrativista.

Há certo consenso nas pesquisas sobre o tema, quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola, ao trabalho e à renda. Observa-se que 84,9% dos jovens de 15-29 anos que vivem em áreas urbanas, 1/3 vive em regiões metropolitanas e 2/3 em áreas não metropolitanas. Dos quais, 15,1% vivem em áreas rurais.

Há uma fronteira entre o rural e o urbano a se pensar. No caso dos jovens, apesar de os jovens rurais serem em menor quantidade absoluta, 29,5% dos jovens pobres do País vivem em áreas rurais. O índice de pobreza entre os jovens rurais é muito maior do que o índice de pobreza de jovens urbanos. As jovens mulheres continuam acumulando o trabalho doméstico da casa com outras atividades, como estudo e trabalho.

O nível escolar do jovem rural é 50% inferior ao do jovem urbano. Cerca de 9% dos jovens rurais são analfabetos. Essa é uma realidade para apenas 2% dos jovens urbanos. Efetivamente avançamos muito na escolaridade, mas reproduzimos o analfabetismo, o que afeta muito ainda o meio rural. Cerca de 20% da população rural do Nordeste é analfabeta. Apenas 8% dos jovens estão no ensino médio e/ou profissionalizante. Mais de 70% dos jovens extremamente pobres estão no Nordeste. Nota-se uma melhoria, mas quase 20% dos jovens no Nordeste rural são extremamente pobres. Os dados são do IPEA.

O mundo rural e urbano mostra-se ainda separado pela reprodução da hierarquia entre “ser do campo” e “ser da cidade”, marcado por diferenças de condições de vida. Marcado pela reprodução da hierarquia rural/urbano por meio da estigmatização da população rural pela população urbana; onde morar no campo é desvalorizado culturalmente devido às reais condições de vida, bem diferente dos centros urbanos da região.

Segundo os jovens, é nas escolas públicas e no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS que os jovens rurais ainda sofrem muitos preconceitos. O jovem rural é visto como roceiro, poeira ou mora mal. O estigma, que marca quem mora nessas áreas, está presente em situações cotidianas nos centros urbanos próximos por onde circulam, e é manifestado pela classificação de “morar mal”, para quem é morador de áreas associadas ao meio rural; em oposição a “morar bem”, para quem reside nos centros urbanos. Vários jovens contaram como sofriam com as piadinhas dos colegas na escola. A maioria dos jovens que afirmaram querer mudar, afirmaram querer viver em um lugar melhor. Principalmente aqueles cujas famílias já viviam na mesma região há muitos anos.

Pode-se afirmar que essa construção é fruto da percepção do tempo vivido em uma área rural desvalorizada socialmente e nos espaços urbanos que frequentam, tanto nas referências estigmatizadoras sobre a sua população, quanto pela “exclusão” ao acesso aos serviços públicos e privados.

As pesquisas mostram forte índice de desejo de permanência, de 65%. Ao serem questionados se querem ficar (no meio rural), o índice cai para 30%. Há uma leitura de que a mudança é lenta, e que os jovens não percebem a saída como algo real de futuro. Há o desejo de ficar, e se ficar é uma questão que aparece bem madura, porque se vive um dilema muito duro, de querer ficar, mas é uma condição difícil para ter acesso aos inúmeros direitos civis.

Há necessidade de pensar questões estruturais. Se as dificuldades enfrentadas por aqueles que hoje são classificados como jovens do campo são evidentes, não se deve tratar a questão como paralela às dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores familiares. Os problemas enfrentados pelos jovens são, antes de tudo, problemas enfrentados pelos produtores familiares no campo, como as difíceis condições de vida e produção. A lógica aplicada ao jovem do campo é “está trabalhando, não tem problema de ser explorado, trabalhe muito e ganhe pouco”. Mas não deve ser assim. A permanência dos idosos no campo mostra que a política de previdência está permitindo esse processo. A população brasileira também tem uma expectativa maior de vida.

A “cobrança” da permanência e continuidade dos jovens no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural – recorrente em algumas pesquisas recentes sobre o tema e no âmbito das políticas públicas – deve problematizar esse olhar que percebe no jovem o ator heroico da transformação social. A mudança dessa realidade demanda ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira. Não se tem muito tempo para pensar essa situação geracional no campo.

O peso da autoridade paterna ainda é muito forte e o espaço de submissão decorrente dessa relação. A mulher não tem espaço na gestão da propriedade, mesmo quando desenvolve formação técnica para a área, ela tem mais dificuldades de acesso a terra. Há um problema na reprodução da divisão sexual do trabalho. A mulher não está incluída no projeto de inserção produtiva no campo. Há que se pensar a inserção das jovens, das mulheres. Elas não são visíveis nas estatísticas, nas pesquisas que analisam o contexto atual da questão agrária brasileira e que mapeiam os futuros cenários.

A “saída” é diferenciada e varia de acordo com processos de socialização no meio rural, gerando os mais diversos arranjos dos filhos com o lote da família. “Ficar e sair” do meio rural se mostrou mais complexo que a simples leitura da atração pela cidade,

e nos remete à análise de “jovem rural” como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo. Ser jovem no campo implica enfrentar “antigos” problemas, como o peso da autoridade paterna. “Ficar” significa buscar novas estratégias de acesso e permanência no meio rural.

Pensar a inserção do jovem no meio rural hoje, implica analisar e atuar em uma realidade onde jovem ainda não é percebido como um ator central. Só se trata da inserção produtiva, só do trabalho, da produção. As demandas dos jovens são muitas e passam pela melhoria das condições de vida no meio rural. Existem inúmeros desafios.

A agenda de políticas públicas e o debate sobre o desenvolvimento rural devem levar em consideração as perspectivas hoje apontadas pela própria juventude sobre o significado do “novo rural”. Ficar no campo significa viver melhor do que se vive na cidade. Exige-se um desenho de políticas públicas estruturantes que garantam condições de vida que vão além da produção/trabalho.

A resposta dos jovens passa pela organização social, associativa e política. A juventude rural confronta com preconceitos das imagens urbanas sobre o campo, pois se apresenta longe do isolamento e dialoga com o mundo globalizado, reconstruindo e revalorizando sua identidade rural. Entre as demandas estão questões consideradas específicas, como o acesso à educação e ao trabalho.

Os desafios da formação profissional e da inserção produtiva dependem de integrar “antigos” e novos anseios, como o desejo de permanência, um diagnóstico vivido de campo de probabilidade *versus* campo de possibilidades; reconhecer o desejo de circulação, estabelecer conteúdos que dialoguem com uma juventude em movimento que se reinventa e se reproduz; indicar novas perspectivas de desenvolvimento sustentável em uma perspectiva efetiva de inclusão participativa da juventude.

PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS

Território Chapada Diamantina: a Bahia tem hoje 50 comarcas, onde se encontram os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDHs. As pessoas saem do meio rural porque não têm acesso a uma série de serviços. Quem arrecada é o Estado, mas quem tem que administrar são os municípios. Enquanto não houver capacidade técnica e compromissos isso não será possível.

Território Piemonte Norte de Itapicuru – Bahia: o Estado desenvolvimentista e a participação real da sociedade civil possuem uma nova forma de governar. Talvez por isso o Estado não se comprometa, por temor e ameaça. Quanto aos jovens, os

professores nas escolas têm um discurso preconceituoso, que acaba incentivando os jovens e suas famílias a abandonarem o meio rural, mesmo que eles não tenham o desejo de sair da roça.

Território Médio Rio das Contas – Bahia: interessante a abordagem quanto ao conceito de inovação, toyotismo e cibernética, qualidade total como novas metodologias de trabalho nas indústrias capitalistas. Sucessão nas famílias rurais, abandono do campo, atraídas pelas supostas facilidades da vida urbana. A mulher é vítima dessa falta de políticas e ações que contribuem para a permanência das famílias e das mulheres no campo. Como abordar com maiores dados e conteúdos essa problemática?

Via do Trabalho – Bahia: interessante a fala de que o “Estado tem medo da sociedade civil”. Há que se refletir sobre a ideologia que perpassa esse medo e que passa por trás da grande mídia, das políticas públicas. Não se pode acreditar numa economia globalizada, quando as informações cotidianas influenciam hábitos de consumo que não dizem respeito aos hábitos culturais locais.

Rede Nacional de Colegiados Territoriais (PE) e MST: comenta sobre o trabalho escravo ou trabalho degradante. Com o nível de debate, de conhecimento e de reflexão que se tem acumulado, como é possível que ainda exista trabalho escravo no Brasil, na cultura da cana, da laranja, nas carvoarias com crianças e adolescentes sendo exploradas? Há uma tentativa de acesso a terra, mas quantos acessaram a terra e qual o número daqueles que saíram da terra, que arrendaram ou deixaram de arrendar? A questão da terra, da Reforma Agrária continua sem aparecer. Porque não se toca nesse ponto? O trabalho infantil diminuiu, mas não se chega ao ponto. O cortador de cana tem vergonha de admitir seu trabalho, por exemplo. Ainda existe isso no Brasil. O modelo econômico do nosso País é falido é incoerente com o que estamos propondo no Fórum como proposta de País.

Rede de Colegiados Territoriais de Pernambuco (poder público): há necessidade de maior reflexão sobre o associativismo e cooperativismo como instrumentos que potencializam a inclusão produtiva. Contenção do uso do trabalho infantil: em 2004 houve um decréscimo e em 2009 aumentou significativamente. Como se deu a generalização do sistema Embrapa/Sibraterre a questão do Livro Branco?

Território Sisal (sociedade civil – cooperativismo): o preconceito nasce da própria família rural que incentiva os jovens a abandonarem o campo e irem para a cidade, assim como os professores que também contribuem com essa visão pejorativa do meio rural. O PRONAF também exclui os jovens do acesso ao crédito porque não reconhece os jovens estudantes de magistério como candidatos ao crédito, somente reconhece os

jovens formados nas “Casas Família Rural”. A inovação passa pelos movimentos sociais e não somente pelas atividades agropecuárias. Faltam representantes e secretários no governo do Estado da Bahia.

Técnico da EBDA: discutir desenvolvimento territorial é discutir desenvolvimento. A hegemonia social reflete uma hegemonia econômica alicerçada no agronegócio. Reflete uma hegemonia política. Há necessidade de construção de uma proposta contra hegemonia. Democratização dos meios de comunicação de massa e formulação de um novo projeto de sociedade.

Questões encaminhadas escritas para a mesa

Membro da Diretoria de Planejamento Territorial da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia e pesquisadora para John Wilkinson: em que direção pode ser entendida a prática de *fairtrade* ou comércio justo como estratégia de sustentabilidade para o pequeno produtor rural?

NEAD/MDA para John Wilkinson: você falou da inovação local, então, como o Estado/Governo pode estimular e canalizar esse processo no sentido do desenvolvimento rural?

Desconhecido para John Wilkinson: vejo, de forma geral, uma visão pessimista nas apresentações e os dados confirmam isso. Contudo, existem algumas experiências exitosas – protagonismo juvenil, pedagogia da alternância – principalmente no Baixo Sul da Bahia. Esses modelos não poderiam ser replicados?

IDAC-COOTRAF para professora Elisa: visualizamos alguns contextos, situações onde identificamos processos migratórios inversos, mas caracterizados geralmente por uma demanda pela busca por qualidade de vida. Parece que a população ao fazer este movimento inverso já alcançou alguma estabilidade em termos de formação, situação social econômica. Nós estamos muito distantes de um processo migratório inverso. Mas será que não podemos fazer esse outro percurso de desenvolvimento? As nossas políticas não terão que tocar a fundo neste modelo de desenvolvimento, tomando o espaço rural “desenvolvido” com condições dignas de vida? Temos um modelo de desenvolvimento fracassado, mas o que estamos propondo está ausente em nosso paradigma, que inclusive trate de forma diferente esta relação campo *versus* cidade?

Fundação Banco do Brasil: para além das políticas públicas citadas, gostaria que fossem pontuados os principais avanços nas políticas públicas de educação e cultura para o meio rural, centrais na discussão sobre a inclusão produtiva.

Respostas

John Wilkinson: em relação aos meios de comunicação, há que pensar na sua fragilização atual. Hoje nota-se o fim desses grandes meios de comunicação, os jovens se organizam muito mais em redes de comunicação do que por meio da televisão, o que pode indicar um cenário mais positivo. Quanto à inovação, a simultaneidade e o conhecimento disponíveis para a sociedade rompem fronteiras entre países e coletividades. Há complexificação do movimento disponível hoje, criando uma inteligência criativa, que mina os cursos de privatização do avanço da tecnologia.

O Livro Branco foi criado nos anos 1990 para que a academia se manifestasse sobre a ciência e tecnologia, princípios neoliberais. A Embrapa era vista como sucesso para o agronegócio e de ampliação de fronteiras. Agora se trata de aproveitar esse modelo para fomentar outras cadeias da agricultura familiar e para produção de conhecimentos e de processos de trocas. A questão dos arranjos produtivos locais tem apresentado avanços de criação de desenvolvimento local.

O comércio justo está associado aos valores mínimos que devem prevalecer em todos os processos de mercados e de atividade econômicas.

Valter Bianchini: na sua criação, em 2004, o PRONAF Jovem estava ligado a um processo de formação para que a partir daí desenhasse seu projeto de desenvolvimento custeado pelo Tesouro Nacional. Nos últimos anos, por falta de pressão política dos jovens e dos movimentos, além de dificuldades burocráticas, nenhum recurso foi repassado para essa linha.

No PNAE há por volta de três bilhões de reais para esse programa. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA indicam que apenas 1.200 municípios, ou seja 1/3, implantaram o PNAE. Mas o problema é que em muitos municípios não há organização da produção por associativismo ou cooperativismo para participarem dos processos de licitação no intuito de fornecer alimentos para a merenda escolar. Pelo contrário, há organização de grandes cooperativas que estão incorporando agricultores familiares para obterem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) jurídica e condições de participar das licitações.

A revolução é dada pelas crianças que estão nas escolas, que hoje muitas vezes têm mais estudo do que os pais. Há uma mudança no perfil do capital humano por causa das crianças que estão inseridas na educação formal, que já estão dobrando os anos de estudo dos pais. Educação profissional que detém recursos importantes para serem investidos em processos de capacitação.

Os sindicatos também são atores importantes nessas políticas públicas. O cooperativismo da agricultura familiar ainda carece de políticas públicas de ATER, dentre outras, que possam fortalecer e criar novos arranjos institucionais em processos de cogestão, se revertendo em resultados favoráveis em termos de aumento de renda para os agricultores familiares. Há o componente das capacitações. No capital social temos toda a formação a partir do capital não formal como a igreja, os sindicatos. A política pública depois que é criada depende das condições locais para chegar a um ou outro lugar. Depende do capital social local, dos arranjos etc.

Existe hoje uma briga em torno dos processos de certificação, selos e convênios com redes sociais. Tem-se criado alternativas que tragam a marca de outro modo de fazer agricultura, selo da terra. Como exemplo a Rede Ecovida, Selo da Agricultura Familiar, iniciativas do Movimento de Trabalhadores Sem Terra– MST e outras organizações que avançam na relação com o meio urbano para viabilizar a comercialização de produtos da agricultura familiar em feiras e grandes supermercados.

Otavio Balsadi: concordância absoluta quanto à erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, seguindo com as orientações e as recomendações de instituições internacionais na reafirmação dos pactos para sua eliminação. São duas grandes metas para garantir efetivamente a cidadania. Os dados variam de 10 mil a 15 mil, dependendo da fonte. Existem relatos do Ministério do Trabalho, mas temos que caminhar para a eliminação. Como exemplo, pode-se citar o Estado do Mato Grosso, onde recentemente se identificou locais que apresentavam a escravidão da mão de obra indígena.

Quanto à juventude: é importante a interiorização das universidades para promoverem o desenvolvimento local, assim como a expansão da pedagogia da alternância e das escolas familiares agrícolas. Ainda é insuficiente a qualidade da educação fundamental, no quantitativo é importante, mas é necessário uma educação contextualizada às reais demandas dos sujeitos do meio rural. O analfabetismo continua sendo um gargalo que conspira contra a cidadania e a matriz republicana no campo. Valorização do rural associado à discussão do modelo de desenvolvimento: o Brasil tem uma infinidade de municípios pequenos que não tem a mínima capacidade de implementarem verdadeiras políticas de transformação e desenvolvimento do meio rural. Isso porque ainda o rural é visto como residual. Como a sociedade urbana valoriza o meio rural, o que valoriza e reconhece desse meio rural? A capacitação continuada é extremamente necessária, fazendo com que os processos sociais sejam enraizados.

No Brasil existem cerca de seis mil municípios, a maioria pequenos, com muita importância do rural, mas o rural ganha poucos recursos, mantendo-se como resíduo do que ainda não se urbanizou. Não temos um pacto de valorização do rural. É importante enfrentar esse debate ou ficaremos pulverizando o debate.

Elisa Guaraná: há que se pensar os temas de maneira mais integrada. De quais direitos nós estamos falando, quais direitos têm sido acessados pela população rural em comparação com o meio urbano? No caso das escolas, é necessário pensar que temos uma trajetória que concentra equipamentos públicos e privados educacionais em grandes centros, metrópole. No caso do campo, nos últimos 10 anos, foram fechadas cerca de 25 mil escolas. Esta decisão foi unívoca do Estado, que argumenta que tais escolas são ineficientes ou que não cumprem as metas de número de alunos. Não há debate a respeito, não se consegue provocar uma leitura política para o campo que chegue aos municípios para que constanja a implementação dessas decisões. Nada impede hoje que o Estado feche uma escola. É interessante a percepção de que uma política pública é uma interação entre o poder público e a sociedade civil. Isso ainda não tem avançado; deve-se insistir na compreensão das políticas públicas como espaços compartilhados de formulação, gestão e execução.

É complicado evitar que escolas sejam fechadas porque tem que alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A sociedade civil tem feito um esforço, mas ainda existe uma complicação entre as políticas públicas e a relação entre governos e sociedade civil.

Há que se construir um sistema de controle social, que a sociedade civil participe e possa monitorar. A participação da sociedade no Brasil é um processo que avançou, mas a qualquer momento pode haver um retrocesso.

É imprescindível um sistema de gestão e de financiamento de políticas públicas, no qual exista a participação da sociedade civil. Essa disputa tem que ser realizada pelos movimentos sociais, enfrentando inclusive a mídia hegemônica, que demoniza e criminaliza as organizações da sociedade civil.

Em relação aos direitos, de que direitos se está falando? Quais os direitos para a população rural além do direito ao trabalho e legislação trabalhista? Existe ainda uma concentração de equipamentos públicos e privados de educação nas cidades.

PAINEL 2 – EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA

- **Coordenadora do painel: Tania Lopez**
Vice-Ministra de Agricultura do Ministério de Agricultura de Costa Rica
- 26 de outubro de 2011 (quarta-feira)



**TEMA 1: AS ESTRATÉGIAS DE
INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVAS
NO MARCO DAS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
DA UNIÃO EUROPEIA– UE E EM
PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA NAS ÁREAS RURAIS: A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA UE

- **Expositor: Edelmiro Lopez Iglesias**
Professor da Universidade de Santiago
de Compostela, Galícia, Espanha



O ponto de partida da reflexão é o papel central que a diversificação da base econômica das áreas rurais significa para a inserção socioprodutiva da população rural dos países da União Europeia – UE, especialmente o desenvolvimento de atividades não agrárias.

A exposição examinou em que medida e por meio de que tipos de ações a política de desenvolvimento rural da UE contribui para a diversificação da economia rural e a inserção produtiva em atividades não agrárias; concretamente, qual é o nível de priorização que se concedeu a estas ações nos programas de desenvolvimento rural que vêm se aplicando neste período 2007-2013. A apresentação abordará os seguintes itens:

1. A diversificação econômica dos espaços rurais.
2. A situação das áreas rurais na UE: os problemas de pobreza e exclusão social.
3. O impacto da política de desenvolvimento rural da UE: uma necessária relativização do seu papel.
4. As estratégias de inserção socioproductiva no marco das políticas de desenvolvimento rural: algumas questões para o debate a partir da experiência europeia.

1. A diversificação econômica dos espaços rurais

1.1. A diversificação econômica das áreas rurais: uma necessidade

As transformações que acompanham o processo de desenvolvimento econômico levam, inevitavelmente, a um contínuo declínio relativo do setor agrário e a uma redução do seu peso no conjunto da economia. Em consequência: se quer evitar que esse declínio relativo do setor agrário provoque um declínio paralelo dos territórios rurais, é imprescindível uma diversificação da base econômica destes territórios, isto é, se o intuito for evitar que a redução do emprego agrário dê origem a um processo paralelo de despovoamento (ou um aumento do desemprego) nos territórios rurais, é necessário que se gerem nestes territórios, em quantidade suficiente, postos de trabalho em atividades não agrárias.

Contudo, não pode se esquecer o papel central que continuam tendo as atividades agrárias para o futuro de muitas áreas rurais, inclusive na UE.

- a) Em muitas áreas rurais da UE a agricultura continua tendo hoje um peso importante, tanto no emprego como no PIB.
- b) Além do seu papel produtivo, as atividades agrárias e florestais são essenciais para a gestão do território e a conservação do meio natural.
- c) Uma via importante de diversificação da base econômica dos territórios rurais está constituída pelo desenvolvimento das atividades que integram a cadeia agroalimentar (comercialização e transformação de produtos agrários, empresas que subministram insumos à agricultura).
- d) Uma base agroalimentar sólida, uma agricultura viva é, em muitos casos, condição indispensável para o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo e as atividades de lazer.

1.2 A enorme heterogeneidade do fenômeno da “diversificação”: tipologia das atividades não agrárias nas áreas rurais

- Diversificação econômica do espaço rural ou das atividades da população residente no meio rural; as diferenças entre a localização dos empregos e a residência – a expansão da função residencial das áreas rurais.
- Atividades ou empregos públicos ligados ao desenvolvimento dos serviços públicos e à extensão do Estado do bem-estar no meio rural *versus* atividades privadas dependentes da dinâmica dos mercados e da lógica da rentabilidade privada. Em muitas áreas rurais da União Europeia, sobretudo as menos desenvolvidas, percebe-se um grande incremento de empregos públicos.
- Destino da produção: atividades dirigidas ao mercado local *versus* atividades que produzem para mercados externos (regional, nacional, internacional).
- Vínculo com os agentes e recursos locais: atividades baseadas em valorizar monetariamente recursos do território *versus* atividades nas quais o espaço rural seja só um suporte físico, caso de empresas que se instalam por causa de boas infraestruturas ou porque o valor da terra é acessível.

2. A situação das áreas rurais na União Europeia: os problemas de pobreza e da exclusão social

2.1 Peso demográfico e territorial das áreas rurais

As áreas rurais conservam um importante peso nos Estados da UE:

Áreas rurais em sentido amplo (regiões predominantemente rurais e intermédias): 90,9% do território, 59,1% da população, 56,1% do emprego.

Áreas predominantemente rurais: 56,6% da superfície, 23,6% da população, 21,6% do emprego.

Porém, existem importantes diferenças entre os 27 países que compõem hoje a UE, sobretudo entre os Estados mais desenvolvidos do centro e norte e os da Europa meridional e oriental, onde as áreas rurais têm, em geral, um peso maior.

2.2 Estrutura econômica das áreas rurais: o peso da agricultura

Conforme o peso diferente relativo das zonas rurais, observamos contrastes mais marcados na estrutura econômica dessas áreas, opondo de forma nítida os países mais desenvolvidos em face daqueles com menor nível de desenvolvimento.

No meio rural da UE o setor agrário tem em conjunto uma importância limitada, mesmo nas regiões predominantemente rurais. Dados de 2008 informam que nestas áreas o setor agrário aporta apenas o 4% do Valor Agregado Bruto – VAB e o 14% do emprego; nas regiões intermédias as porcentagens baixam para 2% e 6%, respectivamente.

Mas esses dados escondem fortes disparidades entre as áreas rurais do centro e norte da Europa e as dos países meridionais e os novos Estados-membros da Europa Oriental: o percentual de emprego agrário varia desde cifras por baixo de 2% até valores superiores a 20%, até aproximar-se a 40% nas áreas rurais da Romênia. Isso torna a problemática dos territórios rurais nos países muito diferente de uns a outros e que também sejam muito distintos os termos em que se coloca a questão da inserção socioproductiva da população rural.

Nas áreas rurais dos países mais desenvolvidos a agricultura (moderna e tecnificada, com altos níveis de produtividade do trabalho) tem um peso muito pequeno e não existe um excedente laboral no setor. Ademais, a proximidade e fortes ligações dos territórios rurais com regiões urbano-industriais dinâmicas facilitam a geração de oportunidades de emprego não agrário.

Pelo contrário, em muitas áreas rurais do sul de Europa, e de modo mais marcado na maioria dos países da Europa Oriental, o desenvolvimento de outras atividades aparece como algo absolutamente necessário para evitar que o ajuste do emprego agrário (que ainda não foi feito) se traduza numa regressão demográfica dessas áreas e/ou em desemprego e exclusão social de importantes segmentos da população. Mas, ao mesmo tempo, a distância de grandes centros urbano-industriais dificulta a geração de oportunidades de emprego alternativo para os seus habitantes.

2.3 Nível de desenvolvimento e desigualdades nas áreas rurais: os problemas de pobreza e exclusão social nas áreas rurais

Uma distinção importante, tanto para efeitos do diagnóstico como das políticas:

- Pobreza das áreas rurais (ante as urbanas).
- Pobreza nas áreas rurais de certos segmentos da população rural condicionada pelas desigualdades no nível de renda, no acesso a serviços básicos etc.

A definição de pobreza econômica relativa adotada na UE é “pessoas em lares com renda inferior a 60% da média do país”. Tomando essa definição, os dados de 2009 mostram:

- Na UE, 21,2% da população rural está em risco de pobreza, enquanto que nas áreas urbanas é de 14,8%.
- Constata-se maior incidência da pobreza rural nos países da Europa Oriental e em parte das regiões do sul de Europa.

3. O impacto da política de desenvolvimento rural da UE: a relativização do seu papel

Partindo das considerações anteriores, a questão é em que medida e por meio de que ações a política de desenvolvimento rural da UE contribui à inserção socioprodutiva em atividades não agrária se à geração de emprego em atividades não agrárias. Para isso, há que começar delimitando o alcance desta política.

3.1 O papel das políticas de desenvolvimento rural na dinâmica das áreas rurais

Dando a expressão “políticas de desenvolvimento rural” o seu significado habitual na UE, e ainda mais se a identificamos com a política cofinanciada com fundos europeus (o chamado “segundo pilar” da Política Agrária Comum – PAC) é necessário reconhecer que a sua incidência na dinâmica das áreas rurais é limitada.

O crescimento de atividades não agrárias no meio rural aparece condicionado, principalmente, por outros fatores: i) a “dinâmica econômica real” dos diversos setores da economia (evolução dos mercados, mudanças na tecnologia e nas pautas de localização, estratégias das grandes empresas); ii) o impacto nos territórios rurais das diversas políticas setoriais (energética, industrial, de infraestrutura).

Em consequência, não se deve esperar das políticas de desenvolvimento rural mais do que estas, razoavelmente, podem aportar. Para obter resultados relevantes em qualquer âmbito do desenvolvimento rural é necessário pensar a dinamização do meio rural como um objetivo transversal das diversas políticas. As ações não podem limitar-se a uma Secretaria ou Coordenação (habitualmente do Ministério de Agricultura ou semelhante), mas têm que ser um objetivo transversal das diversas Secretarias. Nesse sentido, mais importante do que a “política de desenvolvimento rural” é introduzir a perspectiva territorial nas diferentes políticas públicas, estabelecendo uma coordenação horizontal das políticas que incidem nas áreas rurais.

Para maximizar os efeitos da política de desenvolvimento rural na geração de novas atividades é imprescindível partir de diagnósticos realistas sobre as tendências econômicas do entorno e a viabilidade das iniciativas empresariais. Em outras palavras: há que evitar as “modas” e a ideia de que toda iniciativa não agrária no meio rural é por definição boa e viável.

3.2 A importância da política de desenvolvimento rural da UE: dos discursos às realidades

Nos países da UE as políticas de desenvolvimento rural são decididas em três níveis institucionais: europeu, nacional e regional (nos Estados descentralizados).

Contrariamente à política agrária de preços e mercados, que é uma política centralizada na UE, a política de desenvolvimento rural continua sendo competência de cada Estado, existindo somente certos programas comuns em nível europeu cofinanciados pelo orçamento comunitário. Portanto, além da política europeia, cada Estado tem a capacidade de estabelecer políticas próprias de desenvolvimento rural.

No entanto, o que efetivamente acontece é que parte dos Estados-membros (em geral os mais desenvolvidos) têm mantido políticas nacionais de desenvolvimento rural efetivas, porém, muitos países têm-se limitado, desde a sua integração à UE, a aplicar somente os programas europeus. Daí a relevância do que vem a seguir.

- a. Os três grandes períodos na evolução da política de desenvolvimento rural da UE:

Período 1964-1984: política de estruturas agrárias como elemento secundário da PAC; uma política estrutural setorial.

Período 1985-1999: transição de uma política de estruturas agrárias a uma política de desenvolvimento rural: integrando novos objetivos: conservação do ambiente, diversificação de atividades, melhoria dos serviços e da qualidade de vida; peso crescente da perspectiva territorial perante a setorial.

Período 2000-2013: consolidação da política de desenvolvimento rural como “segundo pilar” da PAC, uma política unificada e autônoma.

Isso culmina no período 2007-2013 quando todas essas medidas de desenvolvimento rural se aplicam por meio de um único programa para todos os Estados/regiões, financiado por um fundo específico: Fundo Europeu Agrário de Desenvolvimento Rural– FEADER.

- b. Evolução dos fundos no orçamento europeu:

A UE conta com um orçamento comum que financia as políticas supranacionais. Este orçamento limita-se hoje a 1% do PIB dos Estados-membros e desse total a PAC recebe em torno de 40% (chegou a superar 75%).

A questão é: quanto se destina à política de desenvolvimento rural?

Período 1964-1984: os fundos destinados à política de desenvolvimento rural (na realidade uma política de estruturas agrárias) limitavam-se a 5% do orçamento global da PAC e 95% se destinavam à política de preços e mercados.

Período 1985-1999: a diversificação dos seus objetivos e medidas (transição de uma política de estruturas agrárias a uma política de desenvolvimento rural) acompanhou-se de um notável incremento dos fundos: de 5% a 20% do total da PAC, num contexto de expansão do orçamento europeu.

Período 2000-2013: a consolidação formal da política de desenvolvimento rural como “segundo pilar” da PAC foi associada, de modo chamativo, a um estancamento e posterior diminuição em termos orçamentários.

c. Conclusões:

As declarações oficiais, no sentido de que a partir de 2000 começou a configurar-se na UE uma verdadeira política de desenvolvimento rural, têm-se limitado em boa medida a uma declaração de intenções. Resulta um paradoxo que o orçamento destinado ao desenvolvimento rural na UE crescesse de 1985 a 1999 quando esta política foi diversificando os seus objetivos e medidas de um modo relativamente desordenado. A partir de 2000, quando supostamente se consolida como segundo pilar da PAC, os fundos tendem a estancar ou mesmo a diminuir, limitando e muito o possível impacto desta política.

Leitura política (lições que podem servir para outros contextos) – três fatores-chave para entender o devir recente da política de desenvolvimento rural europeia:

- A reorientação liberal do processo de integração europeia a partir de finais dos anos 1990 significou um freio às políticas redistributivas e de coesão. Esta é uma lição geral válida para todos os países: a relevância do contexto político e económico geral para o futuro das políticas de desenvolvimento rural, pois estas não são uma “ilha”.
- A contradição entre o fundamento político e jurídico da política de desenvolvimento rural, que não está na política agrária, mas na política de coesão, e a procedência dos seus fundos que a ligam à PAC. Lição: o problema de onde situar a política de desenvolvimento rural (entre a política agrária e a política regional) e o risco de ficar “em terra de ninguém”.
- A ausência de um sujeito social organizado e forte para a defesa da política de desenvolvimento rural, sobretudo dos seus componentes territoriais e não agrários. Lição: para consolidar-se, toda política necessita contar com um sujeito social organizado e com força de mobilização.

4. As estratégias de inserção socioprodutiva no marco das políticas de desenvolvimento rural: algumas questões para o debate a partir da experiência europeia

- O conflito entre o crescimento econômico e a distribuição dos resultados do crescimento

Aqui aparece um dilema: o objetivo prioritário das políticas deve ser maximizar o crescimento econômico nos espaços rurais, aproveitando ao máximo os seus recursos, independentemente de que isto seja protagonizado por agentes locais ou externos e de como seja a apropriação social dos rendimentos, ou esse objetivo deve ser principalmente a melhoria do emprego e o nível de vida dos habitantes das áreas rurais? Em termos mais simples: o objetivo prioritário deve ser o desenvolvimento do espaço rural ou da população rural?

Ainda que relacionados, os dois objetivos não sempre coincidem, por exemplo: aproveitamento das energias renováveis, exploração dos recursos agrários e florestais de cada área.

- Complementaridades e conflitos entre distintas atividades e usos do solo: a questão do ordenamento do território.

À medida que tendem a multiplicar as demandas do conjunto da sociedade sobre os territórios rurais, faz com que surjam novos mercados e novas funções para esses territórios (turismo, serviços ambientais, espaço residencial).

Em alguns casos existem complementaridades evidentes entre distintas funções ou atividades e o desafio das políticas consiste em fomentar essas complementaridades, por exemplo, entre a produção alimentar de qualidade ou as atividades de conservação da paisagem e o turismo rural.

Mas em muitos outros casos há um conflito entre distintas atividades e usos do solo, o que faz que adquiram especial relevância as políticas de ordenamento do território, quais as atividades podem se apoiar. É necessário estabelecer critérios que devem prevalecer nestes ordenamentos: interesses da população local face os interesses dos agentes e empresas externas, nível institucional no qual deve se decidir o ordenamento (local, regional, nacional).

- Localização das atividades e serviços no meio rural: concentração em núcleos ou dispersão por todo o território?

Este é um debate de especial relevância para as áreas rurais que têm um hábitat muito disperso e que afrontam problemas de despovoamento quando se relaciona com o tema da inserção socioprodutiva:

- i. Qual a viabilidade de uma estrutura de hábitat muito dispersa. Não seria então o caso de proceder a distintos tipos de ocupação dos povos e aldeias, muitas delas somente residências de fim de semana, objetos de ocupação turística estacional ou mesmo abandonadas?
- ii. A localização das novas atividades econômicas nas áreas rurais: concentração nas vilas *versus* dispersão. Seria realista aspirar a gerar empregos e facilitar a inserção laboral em cada povo ou aldeia? Ou é preferível orientar as estratégias para a consolidação de núcleos intermédios que possam agir como fonte de emprego e suporte econômico para o território rural circundante?

Isso se conecta com uma questão mais geral, sobretudo nas áreas de baixa densidade demográfica: qual é a escala territorial pertinente para articular as iniciativas e políticas públicas, se o objetivo é assegurar um modelo rural “possível”?

- iii. Finalmente, no que se refere ao planejamento e ao acesso aos serviços públicos essenciais (saúde, educação e outros): até onde os serviços podem ser próximos da população? O papel-chave dos serviços de transporte público como uma forma de aproximar a população aos serviços. Quais as possibilidades oferecidas pelas novas Tecnologias da Informação e a Comunicação – TICs, e também quais as suas limitações?

- Como administrar a crescente separação entre população rural e o espaço rural?

Historicamente houve sempre uma vinculação estreita entre a população rural e o espaço rural: os habitantes de cada área, na sua imensa maioria agricultores, tinham a sua base econômica no aproveitamento do espaço agrário circundante. Nas últimas décadas, porém, assistimos em muitas regiões europeias a uma separação crescente entre a população rural e o espaço rural. A melhor forma de ilustrá-lo é com casos extremos:

Hoje é possível ver espaços rurais bem aproveitados para usos agrários e florestais ou outras atividades, coexistindo com um completo esvaziamento demográfico. O aproveitamento dos recursos é realizado por empresas ou pessoas que não residem de modo permanente no território.

No extremo oposto, existem áreas rurais altamente povoada sem um contexto de completo abandono do espaço agroflorestal; os habitantes só residem na área e têm seus empregos fora ou nem trabalham nela, mas em outras atividades.

Dessa realidade derivam muitas questões para o futuro e a temática deste Fórum. Vejamos:

Em algumas áreas rurais mais acentuadamente despovoadas não será inevitável aceitar que a gestão do espaço rural deverá ser realizada no futuro por pessoas ou empresas não residentes na zona? Se não aceitarmos isso, quem vai administrar essas terras?

Em termos de grupos sociais, como conciliar os interesses de três coletivos que cada vez possam coincidir menos: proprietários das terras, residentes na área, pessoas ou empresas interessadas no aproveitamento dessas terras.

Até que ponto segue existindo hoje uma ligação estreita entre os problemas de inserção produtiva da população rural e a situação do espaço rural no qual esta população reside?

Na hora de definir as ações para melhorar essa inserção, não seriam necessárias estratégias diferenciadas segundo as relações do binômio população rural/ espaço rural?

AS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA NO MARCO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA UNIÃO EUROPEIA

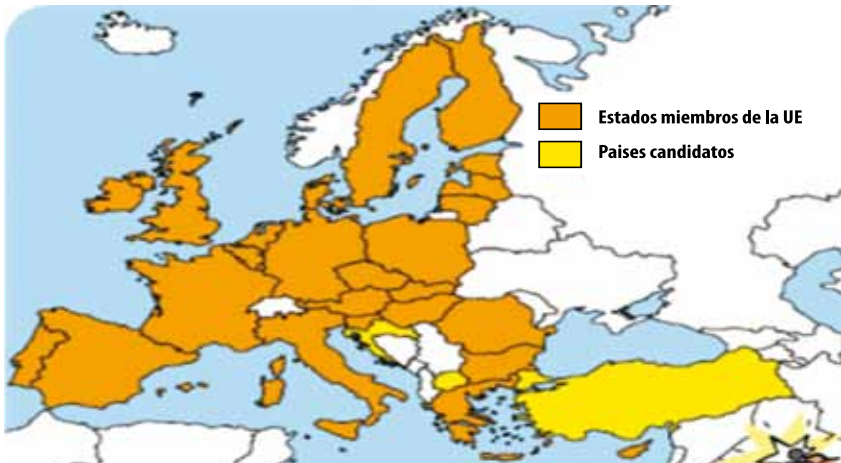
- **Expositor: José Emilio Guerrero**
ETSIAM, Universidade de Córdoba,
Espanha



A apresentação contemplou os seguintes itens:

1. Algumas ideias consolidadas em relação à inclusão desde a perspectiva da UE;
2. Europa 2020 – uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo;
3. Plataforma europeia contra a pobreza e a exclusão social;
4. Políticas de desenvolvimento rural da UE;
5. Construir o futuro: contratos territoriais.

Figura 1 – Países-membros da União Europeia e países candidatos



A UE é um “clube” de 27 países que ocupa uma superfície de 4.324.782 km² e tem uma população de 499.747.211 de habitantes¹. Os países que pertencem à UE continuam sendo soberanos e independentes, porém, se associam em algumas questões para ganharem peso e influência política que não poderiam ter individualmente.

As áreas rurais da Europa são caracterizadas por uma variedade de territórios com diversidade de funções exercidas. Esta diversidade inclui desde características físicas, geomorfológicas, de biodiversidade e paisagens até associadas, de usos do solo, cultura, tradições, símbolos etc.

¹ A UE tem menos da metade do tamanho dos Estados Unidos, mas sua população é 50% maior. A população da UE é a terceira maior do mundo, superada somente pela China e a Índia.

1. Algumas ideias consolidadas em relação à inclusão desde a perspectiva da UE

Há uma estratégia europeia de inclusão social e os Estados-membros têm planos de ação que incluem três níveis de inclusão i) nível de renda suficiente; ii) mercados de trabalho inclusivos; e iii) acesso a serviços de qualidade.

Nota-se a dificuldade de implementá-los, pelo que se destaca a importância da capacitação local. Necessita-se uma visão conjunta de integração econômica e social das pessoas desfavorecidas e suas possíveis interações.

As ações devem ser executadas nas diversas áreas da inclusão ativa, abordando as diferentes dimensões da pobreza e da exclusão social. A exclusão é produto de mecanismos muito complexos e articulados. Assim, deve existir uma eficiente coordenação política ao nível dos Estados-membros (continental, regional e local) para reforçar a participação ativa de todas as partes interessadas, incluindo as pessoas afetadas pela pobreza. Muitos dos componentes da exclusão estão ligados à questão do emprego, daí a importância da perspectiva de longo prazo da política social e de emprego. A prestação de serviços sociais só é obrigatória em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Percebe-se a necessidade de promover a cooperação, o intercâmbio e o trabalho em redes, assim como prestar a devida atenção à importância das circunstâncias locais e regionais para melhorar a coesão territorial.

A crise econômica e financeira tem aumentado dramaticamente o desemprego e a precariedade nas relações e na legislação laboral, especialmente na dimensão local e territorial.

O desenho de planos de inclusão não pode ser concebido e implementado sem a participação, a experiência e as expectativas das pessoas em risco de exclusão, sendo, então, necessário o suporte de mecanismos interativos com essas pessoas.

É importante o acesso a condições de espaços de produção de mercadorias, mercado de trabalho e consumo, processos de recuperação da autoestima, laços sociais, cidadania e participação política, promovendo a articulação e disseminação de práticas bem-sucedidas de inclusão.

O nível local é importante para a compreensão da realidade: a proximidade da ação e a possibilidade de estabelecer redes interativas de agentes econômicos e de mercado, de autoridades públicas, ONGs e especialistas, universidades, educadores etc. Da mesma forma, é fundamental realizarem bons diagnósticos, implementar sistemas

de monitoramento baseados nas TIC se uma forte vontade política para mobilizar os obstáculos conscientes e inconscientes.

Reconhecimento do direito das pessoas a viverem com dignidade e a desempenharem um papel ativo na sociedade com responsabilidades compartilhadas tanto individual quanto coletivamente;

Fortalecimento do compromisso do governo com ações concretas e efetivas e implementação de estratégias de sensibilização e comunicação interna e externa.

2. Estratégia Europa 2020 – uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

“Os últimos dois anos deixaram milhões de desempregados. Criaram uma dívida que vai durar muitos anos e colocaram novas pressões sobre a nossa coesão social... A resposta da Europa irá determinar o nosso futuro. A Europa precisa reencontrar o caminho e mantê-lo. Esse é o propósito da Europa 2020. É sobre a criação de mais empregos e uma vida melhor. Ele mostra que a Europa é capaz de alcançar o crescimento inclusivo, sustentável e inteligente para encontrar formas de criar novos empregos e fornecer orientações para as nossas sociedades”. José Manuel Barroso (Presidente da UE).

Europa 2020 propõe três prioridades que se reforçam mutuamente: i) Crescimento inteligente: desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação; ii) Crescimento sustentável: promover uma economia que faz um uso mais racional dos recursos, que é mais “verde” e mais competitiva e iii) Crescimento inclusivo: construir uma economia com elevado nível de emprego e que tenha coesão social e territorial.

Quais as metas da Estratégia Europa 2020:

- 75% da população entre 20 e 64 anos empregados;
- 3% do PIB da UE devem ser investidos em pesquisa e desenvolvimento;
- Redução em 30% das emissões de carbono;
- A percentagem de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve ter ensino superior;
- O risco de pobreza deve ameaçar 20 milhões de pessoas menos do que atualmente.

3. Plataforma europeia contra a pobreza e a exclusão social

Garantir a coesão social e territorial de forma tal que os benefícios do crescimento e do emprego sejam amplamente compartilhados e que as pessoas não sofram pobreza e exclusão, podendo viver digna e ativamente na sociedade.

Na UE, mais de 80 milhões de pessoas (uma em cada seis) encontram-se em risco de pobreza, incluindo 20 milhões de crianças e 8% da PEA. Os grupos mais vulneráveis foram fortemente afetados pela recente crise financeira. Uma situação como esta é inaceitável numa das regiões mais ricas do mundo.

Para mudar essa situação, serão tomadas medidas para melhorar o acesso ao mercado de trabalho, à proteção social, a serviços essenciais (saúde, habitação e educação). As verbas da UE serão utilizadas mais eficazmente para apoiar a inclusão social e combater a discriminação. Serão fortalecidos novos processos de inovação social e serão testadas e avaliadas as reformas de política social, assim como apoiado o estabelecimento de novas parcerias entre o setor público e o privado e valorizado o potencial da economia social.

Os países da UE coordenarão de forma mais ativa as suas políticas e uma convenção anual permitirá aos interessados fazer um balanço dos progressos obtidos na consecução da meta fixada.

Espera-se beneficiar as pessoas que vivem em situação de pobreza, em especial aquelas cujas condições de vida se encontram em maior risco: mulheres, migrantes, ciganos e outras minorias étnicas e pessoas com deficiência. A expectativa maior é de que todos os europeus sejam beneficiados por viverem em sociedades com maior coesão e com um crescimento econômico inteligente, sustentável e inclusivo.

A plataforma contra a pobreza e a exclusão social é um elemento fundamental da Estratégia Europa 2020. Embora a luta contra a pobreza seja essencialmente uma responsabilidade dos governos nacionais, a UE pode desempenhar um papel de coordenação e ajudar a desenvolver e divulgar métodos e instrumentos mais eficazes e inovadores, uma vez que todos os países-membros têm que enfrentar desafios idênticos.

A plataforma apoiará a coordenação política voluntária e a aprendizagem mútua, além de proporcionar regras e financiamentos ao nível da UE.

No seu nível respectivo, os Estados-membros deverão promover a responsabilidade coletiva e individual na luta contra a pobreza e a exclusão social; definir e executar medidas adaptadas às circunstâncias específicas dos grupos que apresentam riscos

específicos (famílias idosas, monoparentais, pessoas com deficiências e pessoas desabrigadas); aplicar e ampliar os sistemas de previdência social e pensões para garantir o acesso aos cuidados de saúde e segurança social.

4. Política de desenvolvimento rural da UE

Existe um amplo acordo entre os interessados quanto à necessidade de uma PAC forte, baseada numa estrutura com dois pilares para enfrentar os desafios da segurança alimentar, da gestão sustentável dos recursos naturais, ações climáticas e do desenvolvimento territorial equilibrado. A PAC tem um importante papel a desempenhar na estabilização dos mercados e dos preços.

Os países e coletivos interessados têm opiniões diversas quanto ao direcionamento do apoio, sobretudo em relação à redistribuição das ajudas diretas e à fixação de um limite máximo para os pagamentos. Há um consenso sobre o importante papel que ambos os pilares podem desempenhar no reforço das ações climáticas e no aumento do desempenho ambiental para benefício da sociedade da UE.

O FEADER contribui para a realização da Estratégia Europa 2020 por meio da promoção do desenvolvimento rural sustentável, complementando com outros instrumentos da PAC, da política de coesão e da política comum de pesca, buscando o equilíbrio do agrícola sob o ponto de vista territorial e ambiental, com ação mais resistente às alterações climáticas e mais inovadoras.

Política de desenvolvimento rural. Prioridades 2014-2020:

- Fomentar a “transferência” de conhecimentos e inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
- Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das unidades agrícolas;
- Promover a organização de cadeias alimentares e a gestão de riscos na agricultura;
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas;
- Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a passagem para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento econômico das zonas rurais, buscando viabilizar: a) a dinamização, a

diversificação e a criação de pequenas empresas e empregos; b) o fomento ao desenvolvimento local nas zonas rurais; e c) a facilidade na acessibilidade, utilização e qualidade das TICs em zonas rurais;

- Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, especialmente quanto: a) à melhoria da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola; b) à melhoria da eficiência na utilização da energia no setor agrícola e na indústria alimentar; c) ao fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos e outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia; d) à redução das emissões de óxido nitroso e de metano provenientes da agricultura; e e) à promoção do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura.

5. Construir o futuro: contratos territoriais

É necessário pensar como o território pode funcionar como um sistema, melhorando a articulação e as sinergias entre as suas partes, a coerência interna e estimulando a relação de pertencimento e compromisso dos diferentes atores. Um mecanismo possível para avançar nessa direção são os “contratos territoriais”: oportunidade para refletir, definir metas, unir forças, incentivar compromissos públicos e privados com enfoque territorial, desenvolver mecanismos de cooperação interinstitucional e transversal, criar uma nova institucionalidade e promover o desenvolvimento sustentável, em termos sociais, inclusivos, culturais, econômicos, ambientais e de governança.

Os contratos territoriais implicam:

- Novo conceito de institucionalidade e participação ativa;
- Coesão interna e conexão externa;
- Governança multinível;
- Trabalho em rede de geometria variável e complementaridade;
- Compromisso público e privado e adaptação às necessidades e potenciais locais;
- Convicção de progresso coletivo e compromisso;
- Nova geração de políticas para a gestão territorial.

Territórios que possuem multiplicidade de atores com diferentes estratégias e interesses:

Nesse contexto se estabelecem os contratos territoriais partindo de cartas de compromisso de baixa escala, produzindo valor agregado a partir de projetos e sinergias e ações proativas. Desenhar os ecossistemas de acompanhamento no qual participam o poder público, mercados externos, agentes sociais externos aos territórios, todos com seus respectivos compromissos e habilidades.

Pistas para a construção de contratos territoriais:

- Corrigir os desequilíbrios;
- Estabelecer metas mensuráveis, realizáveis, visando produzir valor agregado;
- Encontrar o equilíbrio entre a lógica da conservação e do uso do ambiente e dos recursos;
- Responsabilidade social;
- Seletividade das ações públicas e compromissos relacionados;
- Modelos focados no território, participativos e ascendentes para a melhora das habilidades das comunidades locais e redução das assimetrias;
- Assumir o longo período de maturação e o enorme esforço associado às políticas de coesão.

Reflexão final

A agricultura, silvicultura, indústria alimentar e desenvolvimento rural como um sistema são aliados importantes para construir territórios de coesão para melhorar seu monitoramento, eficiência, competitividade, criação de emprego, sustentabilidade social, ambiental, cultural e desenvolvimento econômico, inclusão e a governança dos territórios.

DESENVOLVIMENTO RURAL NA ESPANHA

■ **Expositor: Jesus Casagrande**

Ministério da Agricultura, Pesca e Meio
Ambiente, Espanha



Esquema da apresentação:

1. Contexto geral
2. Meio rural espanhol
3. A Política Agrária Comum – PAC
4. Aplicação na Espanha do 2º pilar da PAC
5. A Nova Política Rural – antecedentes
6. O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS
7. A Rede Rural Nacional – RRN
8. Conclusões

1. Contexto geral

A Espanha é um país altamente descentralizado. Conforme o art. 148 da Constituição de 1978, as Comunidades Autônomas (CCAA) podem assumir diversas competências sobre a agricultura e a pecuária, sobre os montes e aproveitamento das florestas e fazer a gestão dos recursos para proteção do meio ambiente.

A lógica da busca e da formulação de políticas de desenvolvimento territorial orientou, em 2008, a fusão de dois Ministérios: o da Agricultura, Pesca e Alimentação (criado em 1931) e o do Meio Ambiente (de 1996).

Essa fusão deu origem ao Ministério do Meio Ambiente, Meio Rural e Marinho (MARM) (Real Decreto nº 432/2008, de 12 de abril de 2008), composto pelas Secretarias de Estado de Meio Rural e Água, de Mudança Climática, Subsecretariade Meio Ambiente e Meio Rural e Marinho e a Secretaria-Geral do Mar.

2. O meio rural espanhol

O espaço geográfico rural é formado por municípios ou pequenas localidades que possuem uma população de menos de 30 mil habitantes e uma densidade populacional de menos de 100 habitantes/km². O meio rural representa 80% dos municípios da Espanha, 85% da sua superfície total e possui 18% da população.

A Espanha é um país marcadamente rural. Fazer política territorial implica necessariamente levar em conta o desenvolvimento rural, que está submetido a um processo de profundas transformações.

Figura 1 – Mapa de municípios rurais na Espanha



Em relação ao setor primário, observam-se as seguintes características:

- Abandono gradual da atividade agrícola: 20% da população que trabalhava na agropecuária em 1975 caiu para 7% em 2001. Paradoxalmente, houve aumento da produção, na ordem de 20%, entre 1990 e 2004, devido às novas tecnologias, otimização de recursos, profissionalização, mecanização, aumento da superfície irrigada;
- Importante relação com a indústria agroalimentar, no entanto, a contribuição atual do setor primário não alcança mais do que 9,1% do total VAB nas zonas predominantemente rurais;
- Necessidade de grandes esforços para reter a população rural a partir de novos empregos e trabalhos modernos e de serviços.

Quanto ao setor secundário, na última década, o emprego rural na indústria cresceu 30% devido basicamente à indústria agroalimentar em zonas como Valle del Jerte, eje Vinalopó, bodegas en La Rioja o Castilla-La Mancha.

O setor terciário é majoritário no meio rural e inclui atividades como o comércio, transportes, turismo rural de todo tipo, recursos do patrimônio natural e histórico, cultura e lazer, interesse por novas TICs, assim como serviços públicos de saúde e educação. Todas essas atividades estão tendo protagonismo crescente no mundo rural, embora ainda existam fortes desequilíbrios em comparação ao meio urbano.

3. A Política Agrária Comum (PAC)

Nos anos de 1950, a PAC buscava fomentar a melhora da produtividade agrícola assegurando a disponibilidade regular de alimentos a preços relativamente baratos e garantindo a viabilidade do setor agrícola.

Nos anos de 1980, o objetivo era de que todos os países da UE alcançassem a autossuficiência em matéria alimentar e, depois da Rio-92, pela primeira vez se manifestou preocupação por uma agricultura respeitosa do meio ambiente.

Já nos anos 2000, percebe-se uma mudança de orientação na PAC ao se agregar um novo e essencial elemento: uma política de desenvolvimento rural que fomentava muitas iniciativas rurais e ajudava os agricultores na reestruturação das suas propriedades e investimentos, diversificando a produção e melhorando a comercialização dos seus produtos.

4. Aplicação na Espanha do 2º pilar da PAC

O Plano Estratégico Nacional está alicerçado nas Diretrizes Estratégicas Comunitária se no Regulamento nº 1.698/2005; determina os objetivos de atuação do FEADER na Espanha. No contexto nacional de cada país, os Estados-membros da UE com programas regionais também poderão apresentar uma proposta nacional que contemple elementos comuns e ações horizontais para esses programas.

Programas de desenvolvimento rural: 17 programas de desenvolvimento rural das CCAA e 1 programa para a Rede Rural Nacional (RRN) (cada Estado-membro estabelecerá uma RRN integrando as organizações e administrações que participam nos processos de desenvolvimento rural).

5. A Nova Política Rural: antecedentes

Inicialmente, as políticas de desenvolvimento rural se vinculavam a um cenário predominantemente agrícola, com a aplicação de fundos provenientes da PAC, tais como o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), que intervém no apoio aos mercados públicos, e o FEADER, que financia os programas de desenvolvimento rural. A aplicação de outros fundos comunitários ou nacionais (Fundo Coesão, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER e Fundo Social Europeu – FSE) se dirigia a políticas setoriais específicas e buscava discriminar positivamente as zonas urbanas.

A nova Política Rural (Lei nº45/2007, de 13.12.2007) busca estabelecer uma política nacional de desenvolvimento do meio rural sustentável tanto no âmbito ambiental quanto no econômico e social, de caráter multissetorial, que busca a governança e a concertação organizada em diferentes níveis, estimuladora da coesão territorial, da participação de todos os coletivos sociais e complementarão conjunto das grandes políticas que incidem no meio rural.

Nos anos de 2008 e 2009, foram realizados convênios piloto com as CCAA para o desenvolvimento sustentável de áreas rurais, para o apoio à coordenação em reservas da biosfera e para a aplicação definitiva da lei no território rural por meio do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) e os Planos de Zona Rurais (PZR).

6. O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS)

É um instrumento de planejamento da Lei nº 45/2007 – Nova Política Rural. Foi aprovado pelo Real Decreto nº752/2010, de 4 de junho, pelo qual se estabelece o 1ºPDRS para o período 2010-2014. Seus princípios são a sustentabilidade econômica, social e ambiental, junto com a variável da governança (flexibilidade baseada em compromissos, presença da sociedade civil e agentes privados com participação em

decisões que afetam a vida pública) e da coesão territorial (soluções para cada território segundo suas peculiaridades, cooperação entre territórios vizinhos ou entre territórios com características comuns).

Adota o enfoque multissetorial e se aplica territorialmente em zonas rurais delimitadas e definidas pelas CCAA conforme o PDRS. O PDRS foi elaborado com a participação ativa de:

- 17 CCAA;
- 16 Ministérios (9 com atuação concreta);
- Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP);
- agentes econômicos, sociais e ambientais de âmbito nacional; importante participação das redes de desenvolvimento rural;
- população em geral e poder público afetado.

O PDRS já fez uma avaliação ambiental estratégica e seu marco geral tem um amplo e positivo consenso entre as administrações e coletivos participantes, tais como a Comissão Interministerial de 16 Ministérios, o Conselho para o Meio Rural e a Mesa de Associações de Desenvolvimento Rural com a Sociedade Civil.

O PDRS está composto por: i) situação e diagnóstico do meio rural espanhol; ii) estratégia de desenvolvimento rural sustentável adotada; iii) ações do programa; iv) zonas rurais de aplicação do programa; v) características dos PZR; vi) pactuação entre as administrações gerais e as CCAA para execução dos PZR; vii) marco orçamentário e financeiro; e viii) monitoramento e avaliação.

Componentes estratégicos do PDRS:

Multissetorial – Ação multinível – Intervenção territorial em zonas rurais priorizadas – Atuações específicas para cada zona – Objetivos comuns para alcançar um denominador mínimo comum em todas as zonas rurais sobre aspectos básicos do desenvolvimento – Sustentabilidade – Complementaridade – Intervenções estratégicas de caráter estrutural – Participação da sociedade na tomada de decisões – Compromisso dos agentes territoriais pelo desenvolvimento.

Ações do PDRS:

O PDRS deverá incluir medidas destinadas a satisfazer às necessidades e demandas de grupos da população que requeiram atenção prioritária, em particular mulheres,

jovens, idosos e pessoas com deficiência, assim como respeitar o princípio de igualdade e oportunidades entre mulheres e homens no meio rural e a implementação de medidas de afirmação positiva em favor das mulheres do meio rural.

O PDRS se estrutura a partir de **5** eixos estratégicos de ação divididos em territoriais (4) e não territoriais (2).

Eixos territoriais (elegíveis nos planos de zona): **1.** Atividades econômicas e geradoras de emprego; **2.** Infraestruturas e equipamentos básicos; **3.** Serviços e bem-estar social; **4.** Meio ambiente.

Eixos não territoriais: **1.** Assistência técnica; **2.** Políticas horizontais de igualdade e cultura. Total de **102** ações incluídas no PDRS, das quais **49** de competência estatal (uma de obra de interesse geral); **53** de competência autônoma (cofinanciamento, administração geral/CCAA).

1. Atividades econômicas e geradoras de emprego – **35** ações para fomento da atividade econômica diversificada, formação e manutenção do emprego, segurança alimentar, comércio no meio rural, fomento do turismo rural, criação de empresas, cooperação interterritorial.
2. Infraestruturas e equipamentos básicos – **22** ações para melhora da oferta e da prestação de serviços de transporte público, construção de novas e manutenção de infraestruturas viárias, abastecimento energético e energias renováveis, saneamento básico, colheita seletiva e gestão ambiental de resíduos, serviços públicos obrigatórios, melhora no acesso e uso das TICs.
3. Serviços e bem-estar social – **24** ações para a segurança cidadã e proteção social, acesso a serviços públicos de qualidade, educação, cultura, desportos, lazer, construção de moradias.
4. Meio ambiente – **12** ações para conservação da natureza e gestão dos recursos naturais, Rede Natura 2000 e paisagem.
5. Ações não territoriais – **9** ações para promoção da igualdade de gênero e cultura.

As zonas de aplicação do PDRS:

- Zonas a revitalizar: escassa densidade, características agrárias predominantes, baixo nível de renda, isolamento geográfico e dificuldades de organização territorial;
- Zonas intermédias: baixa e média densidade, emprego diversificado, nível de renda médio/baixo, distantes de grandes núcleos urbanos;

- Zonas periurbanas: população crescente, emprego no setor terciário, nível de renda médio/alto em torno de áreas urbanas;
- Zonas prioritárias: a) Zonas rurais a revitalizar; b) Áreas de zonas rurais integradas na Rede Natura 2000; e c) municípios rurais de pequeno porte de zonas rurais intermédias e periurbanas.

Tabela 1 – Regiões prioritárias, população e superfícies, Espanha

Tipo de Zonas	Nº de Zonas	População	Superfície (km ²)
Rurais a revitalizar	105	3.001.840	253.828
Intermédias	84	5.411.589	136.883
Periurbanas	30	2.165.852	35.360
TOTAL	219	10.579.281	426.071

O PDRS se aplica em 219 zonas rurais que ocupam 426.071 km² (85% da superfície total espanhola) e agregam uma população de 10.579.281 de habitantes (22,92% da população total da Espanha).

A contribuição financeira do MARM e das CCAA é a mesma: 905 milhões de euros num período de cinco anos, totalizando mais de 1.800 milhão de euros para o desenvolvimento sustentável do meio rural, sendo que mais de 10 milhões de pessoas serão favorecidas por essa nova política rural.

Resumo geral

A política de desenvolvimento rural e o PDRS constituem o maior esforço de planeamento estratégico já realizado na Espanha na busca e consolidação da coesão territorial, tendo alcançado o consenso e o apoio da totalidade das administrações regionais e diversos setores implicados.

O modelo do PDRS, que tem se tornado um referente mundial para a UNESCO e a FAO, fortalece o paradigma territorial e o planeamento territorial ascendente baseado na governança participativa: não se trata somente de um programa para fazer mais coisas; é um programa para fazer coisas distintas e para fazê-las de forma diferente.

7. A Rede Rural Nacional (RRN)

Objetivos: i) melhorar a aplicação dos PDR 2007-2013; ii) aumentar a capacidade endógena de desenvolvimento dos territórios; iii) promover o conhecimento sobre o mundo rural; e iv) criar um marco de relacionamento estável e duradouro entre todos os atores e agentes envolvidos.

A RRN pretende se constituir em uma plataforma aberta, em encontro e de formulação de propostas sinérgicas para o desenvolvimento rural moderno e viável. A RRN é um espaço de encontro e intercâmbio ativo para o fortalecimento de alianças, a divulgação de experiências construtivas, a cooperação e colaboração, assim como para a execução de ações que permitam melhorar a capacidade de cada um dos agentes implicados, contribuindo para um desenvolvimento mais harmônico, equilibrado e sustentável.

As ações e atividades da RRN visam: 1) a fortalecer a capacidade de programação e execução; 2) a qualificar os processos de governança; 3) a melhorar a capacidade de cooperação dos territórios rurais; 4) à identificação, análise e divulgação de boas práticas; 5) à gestão da própria RRN; e 6) à divulgação, para as sociedades rural e urbana de maneira diferenciada, dos valores, experiências e conhecimentos sobre o desenvolvimento rural.

Conclusões

- A PAC supõe decisões políticas e financeiras de apoio ao desenvolvimento rural que devem se manter;
- É impossível fazer desenvolvimento rural territorial sustentável somente com políticas setoriais, em particular com a política agrária/agrícola exclusivamente;
- O desenvolvimento rural deve fazer parte do *mix* de políticas territoriais como um elemento singular da estruturação territorial;
- É preciso estabelecer alianças entre os atores territoriais rurais (a RRN). O território é uma construção;
- Necessidade de adequar as escalas de planejamento, articulando o planejamento geral de um país e a orientação ascendente das políticas territoriais;
- Responsabilidade, empoderamento e protagonismo dos atores territoriais;
- Superação do confronto e chegar a novas sínteses entre desenvolvimento e conservação.

ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA

■ Expositor: Byron Miranda

Diretor de Agricultura, Território e Bem-Estar Rural, IICA, Costa Rica



A reflexão se realiza desde a perspectiva de um pequeno país da região central da América, problematizando suas dinâmicas, oportunidades e desafios. Pretende-se refletir sobre o que está se fazendo na região quanto ao tema da inserção em geral e sobre as alternativas de melhora da inserção socioeconômica da agricultura de pequena escala (a chamada agricultura familiar no Brasil).

Há duas dimensões importantes na problemática do mundo rural nessa região que devem ser levadas em consideração. Uma é o acúmulo histórico de enormes desequilíbrios sociais, econômicos, políticos, ambientais, espaciais e setoriais. A isso deve se somar a chamada “tormenta perfeita”, constituída pela crise do petróleo, a dos preços dos alimentos e, mais recentemente, a financeira. O conjunto dessas crises influencia a disponibilidade alimentar dos países, ameaça a governabilidade democrática, a qualidade dos meios de vida da população urbana e rural e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Os últimos anos trouxeram dificuldades para o continente americano. Os processos de integração regional e comercial ocultavam as diferenças estruturais entre os países e propunham a abertura dos países da América em uma suposta igualdade de condições. Não há soluções individuais para os países pequenos em uma era de globalização. A solução passa pela integração desde as bases, por dentro da sociedade e pela participação nos processos democráticos. O Estado, o setor privado e a sociedade civil têm que se adequar a este contexto de globalização, democratização e integração, que não é somente dos mercados, mas também das sociedades.

Observa-se um profundo déficit de institucionalidade. Esse déficit de institucionalidade é a principal causa geradora de iniquidades e desequilíbrios: superá-lo significa vencer os desequilíbrios nos campos tecnológico, financeiro, comercial e social.

O déficit se manifesta numa crise de execução e de resultados, na fragmentação da forma em que se concebe e se implementa o rural e na necessidade de se produzirem mudanças profundas e aceleradas.

O termo “déficit” é entendido aqui como a distância entre os atributos que caracterizam um desempenho institucional bem-sucedido e outro inferior ao esperado porque não consegue satisfazer as expectativas depositadas nele.

A maturidade de uma nação se manifesta na qualidade das suas instituições, elas é que conformam o tecido social, econômico e político de um país, e a cultura também nasce desse tecido social. A causa principal do *déficit* institucional é a fragilidade do capital humano e do capital social.

1. Estratégia de inserção socioeconômica

1. Implantação de sistemas ou mecanismos de compensação social em função das ameaças advindas das crises de alimentos: transferências de renda condicionadas à continuidade das crianças na educação e a melhoras nos níveis de saúde (merenda escolar, bolsas), melhora dos ingressos.
2. Esforços para melhorar o acesso a serviços básicos: educação e saúde.
3. Articulação da segurança alimentar e inserção econômica: cultura alimentar e mudanças nos processos tecnológicos que buscam quebrar o círculo pobreza=baixa produtividade=mais pobreza, com doação ou subvenção por parte do Estado de sementes e fertilizantes, mobilizando as pessoas para a produção.

Estes são programas que contam com coberturas muito grandes em Salvador e Honduras. Embora possam ser questionadas por se tratarem de medidas compensatórias

ou assistencialistas, permitem transferir responsabilidades ao âmbito local, favorecendo a utilização de uma abordagem multissetorial.

Certamente, o recorte local pode implicar práticas de clientelismo e corrupção, assim como maior dependência em função dos recursos escassos. Entretanto, esses riscos podem ser minimizados com controle social e avaliações críticas da gestão, execução e resultados obtidos.

O DTR serve para:

- Desenvolver e fortalecer as capacidades organizativas, técnicas e políticas da sociedade, das comunidades e das pessoas, fazendo com que se tornem protagonistas na solução dos problemas que as afetam; e
- Para transformar a economia, as institucionalidades e a sociedade.

Figura 1 - Matriz de DTR

Concepción Sistémica	Territorios rurales	Cadenas de Valor	Entorno nacional e internacional	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Enfoque desarrollo Sostenible				
Económico	1. Fomentando empresas rurales competitivas	2. Integrando las cadenas y fortaleciendo su competitividad	3. Promoviendo un entorno favorable para una agricultura competitiva	→ Competitividad
Ecológico-ambiental	4. Asumiendo la responsabilidad ambiental en el campo	5. De la finca a la mesa: impulsando una gestión ambiental integral	6. Participando en la construcción de la institucionalidad ambiental	→ Sustentabilidad
Socio-cultural-humana	7. Calidad de vida en las comunidades rurales: creando capacidades y oportunidades	8. Fortaleciendo el aprendizaje y el conocimiento en la cadena	9. Promoviendo políticas para la creación de capacidades y oportunidades para las comunidades rurales	→ Equidad
Político-institucional	10. Fortaleciendo la participación y la acción coordinada públicoprivada en los territorios	11. Fortaleciendo el diálogo y los compromisos entre actores de la cadena	12. Promoviendo políticas de Estado para la agricultura y la vida rural y cooperación regional y hemisférica	→ Gobernabilidad
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Prosperidad Rural + Seguridad Alimentaria + Posicionamiento Internacional			DESARROLLO SOSTENIBLE MEDIO RURAL

A nova concepção do desenvolvimento territorial rural considera como princípios fundamentais o enfoque sistêmico e as dimensões da sustentabilidade econômica, ecológica e ambiental, sociocultural e humana e político-institucional para alcançar os seus objetivos estratégicos: a melhora na qualidade de vida das populações rurais, a segurança alimentar e a inserção internacional competitiva.

As dimensões do desenvolvimento sustentável se viabilizam nos territórios rurais, nas cadeias produtivas e no contexto nacional e internacional, por meio de várias estratégias e ações.

Na dimensão econômica, fomentando empresas rurais, integrando as cadeias e promovendo suas capacidades e criando um entorno favorável para uma agricultura competitiva.

Na dimensão ambiental, assumindo o compromisso ambiental no meio rural, promovendo a gestão ambiental integrada (dos produtores aos consumidores) e colaborando na construção da institucionalidade ambiental.

Na dimensão sociocultural e humana, criando capacidades e oportunidades nas comunidades, fortalecendo processos de aprendizado nos diversos elos da cadeia e promovendo políticas de criação de oportunidades para as comunidades rurais; fortalecendo diálogos e pactos entre os atores delas.

Na dimensão político-institucional, fortalecendo a participação e parcerias público-privadas nos territórios, fortalecendo o diálogo e os compromissos entre os diversos atores da cadeia e promovendo políticas de Estado e a cooperação regional para a agricultura e o desenvolvimento rural.

2. Eixos para a inserção socioeconômica da agricultura de pequena e média escala

1. O mundo rural e a pequena e média empresa rural – PYME RURAL são assuntos estratégicos para a economia e a sociedade, pois o incremento de rentabilidade leva à acumulação e à sustentabilidade dos mercados.
2. A PYMER é a base do desenvolvimento empresarial do território. Este compreende um espaço socialmente ocupado, marcado por ambiente, cultura, atividades e fluxos econômicos, por relações humanas e institucionalidade política, social e organizativa. Visão sistêmica, multissetorial e integradora:
 - Gerando encadeamentos e vínculos de complementaridade internamente e com as grandes empresas nacionais, regionais ou internacionais;

- Inserindo-se em condições favoráveis em cadeias de valor;
 - Desenvolvimento da PYMER a partir da estratégia de empresas em rede: concentrar oferta do que produzem e a demanda do que necessitam.
3. Representatividade da PYMER para incidência nas definições políticas e presenciamento da política em diversos âmbitos:
- Concentração da representatividade para ter capacidade de influência em esferas do poder político e institucional e em políticas públicas que favoreçam cadeias produtivas com ampla competitividade;
 - Acesso a serviços e insumos;
 - Correlações positivas entre as dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas.

O fator solidariedade e a economia solidária são fundamentais. É um fator que mobiliza, leva à ação coletiva e é capaz de suprir outros fatores. As empresas solidárias utilizam o capital como instrumentos de cooperação coletiva.

As organizações intensivas em solidariedade trabalham com outra racionalidade, estimulam a adesão à causa de outros, incentivam a ação coletiva e substituem possíveis limitações de outros fatores.

Da mesma forma, os processos de inovação social no DTR são muito importantes. A inovação social se alimenta do capital humano, do social, institucional, cognitivo, cultural, cívico, simbólico, mediático, psicossocial (altitudes, crenças, valores). A cooperação e a competição entre empresas não são excludentes, observam-se cada vez menos esforços associativos entre parecidos ou iguais e, nas cadeias de valor, se agregam atores diferentes entre si (associativismo estendido) que interatuam e colaboram em múltiplas redes.

Os desafios para gerar novos e inovadores processos de inserção socioeconômica não são poucos. Incluem os de caráter político, que têm a ver com a afirmação e consolidação de Estados democráticos e cidadãos; os de tipo institucional e administrativo, que respondem à criação de modelos institucionais complexos e novos nos âmbitos nacional, territorial e até supranacional; os de ordem técnica, que alertam para não “fazer o de sempre” no desenvolvimento rural sustentável, mesmo com o enfoque territorial e a aplicação de novas metodologias de aprendizagem, vivências e intercâmbios.

Para dar conta desses e outros desafios, deve-se investir no surgimento de líderes com novas capacidades e competências, capazes de fazer a gestão social das paisagens, ecossistemas e territórios, institucionalizando novas práticas de governabilidade e governança, mais dialógicas e menos hierárquicas e autoritárias, facilitando o diálogo, a negociação e a utilização de ferramentas pedagógicas para construir o desenvolvimento humano e organizacional, assim como a cooperação público-público e público-privado.

3. Conclusões

- Favorecer espaços e processos de ação simultânea nos âmbitos local, nacional e regional, a exemplo da Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT¹);
- Focar e definir ambientes favoráveis à ação local;
- Impulsionar processos políticos protagonizados por atores sociais representativos e agentes de mercado e do poder público;
- Potenciar o espírito inovador e a capacidade de aprendizagem e de adaptabilidade;
- Preocupar com os detalhes que são importantes para as populações mais frágeis.

1 A ECADERT é uma estratégia regional aprovada pela Cumbre de Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centroamericana – SICA, em 19 de junho de 2010, que busca gerar oportunidades e fortalecer as capacidades da população dos territórios rurais de Belice, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, para que possam melhorar a sua qualidade de vida e construir uma institucionalidade social que promova e facilite um desenvolvimento solidário, incluyente e sustentável.

CONSIDERAÇÕES DA COORDENADORA DA MESA

■ **Tania Lopez**

Vice-Ministra de Agricultura do
Ministério da Agricultura e Pecuária de
Costa Rica



A coordenadora do painel, Vice-Ministra de Agricultura do Ministério da Agricultura de Costa Rica, declarou-se amplamente satisfeita por ter a oportunidade de participar do Fórum no Brasil, país que está na vanguarda no debate em relação à política de desenvolvimento territorial e inclusão socioprodutiva, assim como também poder aprender sobre as experiências internacionais da Espanha e da União Europeia, e dos casos de América Latina, especialmente da Costa Rica.

A revolução de 1948 em Costa Rica nacionalizou os bancos para democratizar o crédito, investiu maciçamente na educação, saúde, moradia, e não em armamentos. Instituiu a separação de poderes com autonomia do Judiciário e dissolveu o seu próprio Exército. Houve uma reforma agrária pacífica coordenada por órgãos públicos que implementaram políticas de distribuição fundiária e outras políticas transversais que incidiram no desenvolvimento urbano e rural do país.

A educação é o melhor instrumento para tirar a população da miséria, pobreza e gerar melhores oportunidades de inserção socioeconômica.

A Costa Rica tem 4,8 milhões de habitantes e ocupa uma pequena franja de terra em centro-América. O país se caracteriza por ser exportador de alimentos: milho, trigo, arroz e por suas características físicas, geográficas e econômicas. É dependente de outros países mais desenvolvidos, tanto no que importa, quanto no que exporta.

Os problemas de iniquidade e de governabilidade também existem. Há necessidade de melhor articular políticas que alavanquem o desenvolvimento rural. Criação de diferentes Conselhos, tais como o Conselho Presidencial de Desenvolvimento Rural com 18 regiões. A maioria são regiões de natureza rural.

A agricultura familiar era chamada de pequena agricultura ou agricultura camponesa. E, agora, tem sido revalorizada e estimulada nestes tempos de crises de alimentos e de preços elevados. Os mercados internos se constituem em oportunidades e o meio rural tem sido menos vulnerável às crises que o setor de serviços e a indústria.

O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), que substituiu o antigo Instituto de Terra e Colonização (ITCO), é o encarregado de coordenar toda a política de desenvolvimento rural do país, implementando programas nacionais que influenciam na abordagem territorial do desenvolvimento rural junto a outros países em centro-América. A Costa Rica tem um compromisso importante em matéria ambiental na agenda urbana e produtiva, promovendo o desenvolvimento sustentável, a redução das emissões de carbono e revertendo processos de desmatamento nos anos de 1980. Grande parte das florestas do país é de área de proteção permanente.

As políticas de saúde e de segurança alimentar estão articuladas, o que permite novas escalas de redução de doenças como anemia e outras crônicas.

O turismo rural de caráter sustentável revaloriza o que se tem no mundo rural, estreitando as brechas entre o mundo rural e o urbano.

Cita a União Europeia como uma das experiências mais interessantes de integração, a quem lhe segue o que desde há 50 anos vem se destacando em centro-América.

Referências ao contágio e alastramento da crise financeira que se estende por toda Europa e nos EUA e como isso afeta a Estratégia Europa 2020.

Fusão de Ministérios na Espanha, o que significa uma inovação de caráter institucional destacável, pois se tratavam de instituições emblemáticas.

PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS

Técnica da FBB: quais os problemas de caráter fundiário enfrentados pela Espanha e como têm acontecido os processos de migração da população rural para o meio urbano? Provavelmente, as famílias perderam terras, gostaria de saber para quem e por quê. Isso pode servir como oportunidade de aprendizagem para o Brasil.

Representante do Território Centro-Oeste – AP: relação entre o Estado brasileiro e a Europa. O Brasil, país de amplitude continental, tem uma diversidade regional enorme, mas enfrenta uma dificuldade de implementação de políticas agrárias e agrícolas em áreas de reserva legal, implicando dificuldades de acesso às políticas. Existe um conflito entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Como a Espanha conseguiu resolver essa contradição?

Técnico do INCRA – PE: preocupação com a questão ambiental; no Brasil está se discutindo o Código Florestal, resignificando discussões de caráter político e técnico. Como a Espanha está pensando a questão ambiental perante o cenário de crise sistêmica? Nesse marco de crise, como se pensam os subsídios aos agricultores familiares?

Resposta dos palestrantes

Emílio: no caso espanhol, o tema fundiário é bastante diverso, ainda há regiões muito agrícolas nas quais a agricultura é muito importante. Uma agricultura de precisão, calcada em inovações tecnológicas para a gestão e otimização do uso da água. Há uma relação amigável entre a agricultura e o meio ambiente em função de se tratar de uma agricultura de exportação. Avanços importantes no estabelecimento das cadeias de valor, de segurança alimentar e de preservação ambiental. Déficit estrutural: quantidades de capital social muito pequenas, falta de cooperação, colaboração, trabalho em redes, alianças e parcerias. Agricultura moderna e competitiva, mas submetida às alterações dos mercados.

Quanto à questão fundiária, em algumas regiões, não tem acontecido abandono da terra por parte das famílias. Em outras regiões, com minifúndios, tem sim acontecido migrações, perdas de atividade e abandono de propriedades. A estrutura fundiária é extremamente heterogênea, com regiões de latifúndios, minifúndios e propriedades médias. Agora, o que se tem percebido é a diminuição do emprego agrícola e a redução da pressão fundiária. Dificuldades na mobilização e exploração produtiva das terras que foram abandonadas. É fundamental a evolução macroeconômica onde a terra deixa de ser o principal fator de produção no contexto capitalista.

Jesus: Espanha é um país antigo. Portanto não há grandes mudanças no uso dos territórios que já estão bastante consolidados. O que tem acontecido é que em todos os territórios o componente ambiental processualmente tem ganhado destaque. A proposta é a conservação deles aliando também as atividades agrícolas. As políticas ambientais formam parte do substrato coletivo que regulamenta outras atividades, sejam agrícolas ou industriais. Controle do uso da água, dos fertilizantes, de áreas para proteção da fauna e da flora. A má situação competitiva que eventualmente a sociedade europeia teve que enfrentar em função das restrições ambientais tem se transformado em oportunidades de valor para recursos florestais e outros que compõem o meio ambiente. O mundo agrário é consubstancial à diversidade ambiental. Não há problema de ocupação de terras naturais. A sociedade exige ser alimentada, mas com respeito aos ordenamentos ambientais.

Os agricultores vertebram o território, protegem o meio ambiente em processos sustentáveis e permitem regular o acesso e os mercados de alimentos. No modelo agrário atual, 40% dos subsídios que recebem os agricultores têm um componente ambiental, com exigências de gerarem ambientes limpos e sustentáveis.

PAINEL 3 – EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA E ESPECIFICIDADES REGIONAIS

- **Coordenador do painel : Zezéu Ribeiro**
Secretário do Planejamento da Bahia
- 27 de outubro de 2011 (quinta-feira)



TEMA 1: INICIATIVAS DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DE FOMENTO PARA A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA

Anuncia o quanto é bom estar no evento, trocando experiências, contribuindo com o protagonismo da população rural, agrícola, camponês. Lembra a presença de representações oriundas de 16 outros países para o evento. O painel do dia apresenta a participação do Estado no incremento das políticas públicas de inserção produtiva. Comenta os casos brasileiros a serem apresentados e retratados que se trabalhavam sempre num modelo neoliberal, dizendo que se ia crescer, acumular e investir onde já se tinha infraestrutur, porque mais rápido se faria a reprodução do capital, e que

só depois era possível distribuir. Aquela história de que o bolo tem que crescer para depois dividir. Nós entendemos que era necessário dividir para poder crescer, fazer desenvolvimento a partir da divisão da riqueza, que não pode ser acumulada, senão é apropriada por poucos. O governo brasileiro tem uma proposta de caráter universal, que será apresentada pelo representante do MDA, e outras de intervenção mais pontual.

Comenta que as pessoas solicitavam que o Programa Luz para Todos chegasse em suas comunidades, sem refletir muito sobre os custos do programa. Lembra que a sociedade é quem paga os programas públicos. Ao elevar a produção, a sociedade torna a energia elétrica um fator de produção importante que vai permitir a acumulação por parte da população, vai facilitar que novas tecnologias sejam incorporadas, o que contribui para que a sociedade se desenvolva e pague os serviços realizados pelo governo. O mesmo ocorre com o Programa Bolsa Família, que é a terceira fonte de renda presente em mais de três mil municípios brasileiros. As outras duas fontes de renda também são estatais, uma é previdência e a outra o salário dos servidores municipais. Essa renda gerou um comércio local, modificou a paisagem dessas cidades e suas vidas. Essas experiências serão apresentadas a seguir.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA DA INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS ATORES

- **Expositor: Jerônimo Souza**
Secretário de Desenvolvimento
Territorial, SDT/MDA



A apresentação tem como recorte o olhar de governo. A apresentação será em três partes. A primeira é a introdução ao desenvolvimento territorial. A segunda é a apresentação dos instrumentos de inclusão socioprodutiva. E a terceira é a apresentação de perspectivas para ampliação da inclusão socioprodutiva.

Os pressupostos da inclusão socioprodutiva, como indicou a professora Tânia Bacelar, vão além do âmbito econômico. Envolvem os direitos básicos (documentação, saúde, educação etc.) e o acesso a serviços públicos.

Algumas diretrizes são fundamentais para a inclusão socioproductiva, e indicamos oito com abordagem territorial:

1. Abordagem territorial: o território como espaço socialmente construído.
2. Multidimensionalidade do desenvolvimento (institucional, cultural etc.), que abrange a América Latina.
3. Diversidade de sujeitos principalmente os excluídos: populações e segmentos tradicionais aliados das políticas públicas (gênero, geração, etnia).
4. Metodologias participativas, planejamento ascendente que vem das comunidades e territórios. Esse movimento ascendente revela quais são as demandas dos territórios. E o que tem que pactuar com o que o governo tem para ofertar. É claro que nos governos populares há ofertas qualificadas, mas ainda é necessário criar uma relação dialógica.
5. Articulação entre demandas sociais e ofertas de políticas públicas; e o que deve ser pactuado com as propostas de políticas ofertadas pelo governo.
6. Sinergia entre os níveis de governo: pacto federativo; políticas públicas de terceira geração (Governo Dilma) – momento de diálogo entre as diversas esferas governamentais, incluindo também o recorte da sociedade civil. O Ministro Afonso Florence tem pautado a relação entre os Ministérios. No Governo Lula, essa situação era menos evidente, porque foi o momento de criação de algumas políticas públicas, mas agora, no Governo Dilma, como as políticas já estão implantadas, vive-se a necessidade de articulação dessas políticas.
7. Erradicação das desigualdades econômicas regionais e sociais.
8. Dinamização econômica – ênfase na agricultura familiar e economia solidária, na estratégia de fortalecimento do associativismo e cooperativismo.

Partiu-se de cinco aspectos com os quais se consegue gerar a inclusão socioproductiva: a) reconhecimento da representação das entidades sociais/instituições; b) fortalecimento da organização das institucionalidades territoriais (250 colegiados), o papel dessa institucionalidade. No caso da Bahia, a SDT tem 13 territórios apoiados pelo MDA e 13 pelo Estado, mas o cenário é de 26 territórios; c) formação e capacitação de instituições territoriais; a preocupação de que o aspecto econômico seja valorizado, a partir da economia solidária, para interpretar o que chamamos de economia, de qual economia queremos; d) fortalecimento do pacto federativo (articulação de políticas

públicas). A inclusão se dá pelo planejamento, onde se inserem os excluídos; e) Plano territorial de desenvolvimento (cadeias, arranjos produtivos locais etc.). A necessidade do planejamento como ferramenta central do desenvolvimento e da inclusão socioeconômica; e f) fortalecimento de redes sociais afins ao enfrentamento da pobreza extrema. Destaca que esse último tem conexão com o programa de erradicação da miséria, lançado pela Presidenta.

A inclusão socioprodutiva deve ser combinada com:

- a) criação e fortalecimento de formas diretas de comercialização de produtos (feiras, eventos, centrais de comercialização, sistemas de informações). Existem ainda gargalos significativos nos instrumentos e canais de comercialização. É necessário qualificar os espaços para transformá-los em verdadeiros eventos de negócio. Destaque para o papel do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), que está sendo criado;
- b) adequação de instrumentos de planejamento territorial (planos territoriais, de cadeia, de negócios). Necessidade de qualificar os planos, articulando as demandas que estes apresentam. Em alguns territórios, os planos acabam sendo uma lista de solicitação;
- c) implementação dos projetos estratégicos territoriais priorizados nos planos territoriais via projetos de infraestrutura/PROINF. Ao mesmo tempo, fazer com que grandes projetos e obras de infraestrutura, que modificam paisagens territoriais, dialoguem com os PTDRS e com os atores locais representados nos colegiados territoriais. Devem-se evitar as superposições e as ações paralelas;
- d) acesso a mercados (bases de serviços). Um exemplo concreto é que 70% da alimentação nacional vem da agricultura familiar, por isso é necessário implementar projetos que valorizem a agricultura familiar. É importante que os projetos territoriais envolvam todo o território;
- e) fortalecimento de redes de cooperativismo, comércio justo e economia solidária;
- f) qualificação e gestão de empreendimentos.

Instrumentos de inclusão socioprodutiva são aqueles que a SDT vem trabalhando (os projetos de uma mesorregião não serão tratados aqui, porque extrapolam a dimensão territorial):

- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Projetos de Infraestrutura e Serviços Territoriais;

- Plano Territorial de Cadeias Produtivas;
- Plano de Negócios de Empreendimentos;
- Plano Territorial de Formação;
- Base de Serviços de Comercialização.

Destaca a relação entre o rural e o urbano, numa perspectiva articulada. O mercado está no meio urbano, tem-se que dialogar. O Ministério abre o edital para a região, com enfoques estratégicos na região, pessoas qualificadas para assessorar, planejar e aplicar os projetos, mas é necessário estabelecer diálogo com o SEBRAE e Fundação Banco do Brasil.

As bases de serviços de comercialização (BSCs) são institucionalidades que prestam um ou mais tipos de serviços de apoio aos processos organizativos, produtivos e comerciais para empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária na política territorial.

De quais serviços estamos falando? Organização de projetos para PNAE e PAA; organização de feiras e espaços locais de comercialização; qualificação de processos, produtos e serviços; apoio na gestão e planejamento dos empreendimentos e grupos familiares; abertura de espaços de comercialização em níveis territorial, estadual, nacional; formalização de grupos e empreendimentos; organização das demandas territoriais de infraestrutura produtiva, pontos de comercialização, feiras etc.; oferta de serviços especializados de *marketing*, logística, legislação e capacitação técnica; fomento ao comércio justo e organização de redes solidária de comercialização.

Tabela 1 – Dados Sistematizados – 127 BSC de 200 (levantamento parcial)

Resultados BSC	Brasil	N	NE	CO	SE	S
Nº BSC (com resultados sistematizados)	127 (200)	20	56	10	20	21
Nº de técnicos envolvidos	256	65	65	12	21	93
Nº médio de agricultores familiares atendidos por CADA BSC	350	288	287	193	118	735
Total de agricultores familiares atendidos	44.413	5.751	18.949	1.931	2.351	15.431

Há pouco tempo, houve uma chamada pública SDT 01/2011 para acesso ao mercado do público Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Além de recursos para 200 previstas, há recursos destinados para a contratação de 88 bases de serviços. Priorização das Regiões

Norte e Nordeste (3 BSCs para cada um dos 13 territórios prioritários). Cerca de R\$ 6,7 milhões para contratação das BSCs e R\$ 75 a R\$ 100 mil por BSCs ano.

Vale Território - UF	UF	Nº Municípios	Nº famílias beneficiárias
1ª Etapa			
Irecê	BA	19	4.480
Velho Chico	BA	15	3.920
Serra Geral	MG	13	1.600
Subtotal 1ª Etapa	2	47	10.000
2ª Etapa			
Sertão do Araripe	PE	10	2.160
Baixo Parnaíba	MA	11	2.080
Cocais	MA	12	1.840
Vale do Guaribas	PE	22	1.840
Cariri	CE	20	1.680
Inhamuns Crateús	CE	16	1.520
Borborema	PB	12	1.200
Agreste	AL	11	1.120
Alto Oeste	RN	11	880
Alto Sertão	SE	6	720
Subtotal 2ª Etapa	8	131	15.040
TOTAL 2011	10	178	25.040

Fonte: Dados dos municípios que estão no Brasil Sem Miséria. Dados apresentados no CAD Único.

Entre as grandes perspectivas para ampliação da inclusão socioproductiva está o PBSM, que tem por objetivo promover a inclusão social e productiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da extrema pobreza. Entre os objetivos específicos estão elevar a renda familiar *per capita*, ampliar o acesso aos serviços públicos, ações de cidadania e bem-estar social e ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de inclusão productiva nos meios urbano e rural.

Na linha de extrema pobreza (renda familiar *per capita* de até R\$ 70), existe um público de 16,2 milhões de pessoas em todo o país, distribuído da seguinte forma:

Tabela 2 – Pessoas na linha da pobreza, Brasil

	Total de pessoas	%	Urbano		Rural	
			Pessoas	%	Pessoas	%
Brasil	16.267.197	100%	8.673.845	53%	7.593.352	47%
Norte	2.658.452	17%	1.158.501	44%	1.499.951	56%
Nordeste	9.609.803	59%	4.560.486	48%	5.049.317	52%
Sudeste	2.725.532	17%	2.144.624	79%	580.908	21%
Sul	715.961	4%	437.346	61%	278.615	39%
Centro-Oeste	557.449	3%	372.888	67%	184.561	33%

Fonte: Censo IBGE 2010.

O cenário indica que 52% da população é “pobre rural” no Brasil. O perfil dos pobres indica que:

- 25% da população rural está em condição de extrema pobreza;
- 51% têm até 19 anos de idade;
- 40% têm até 14 anos de idade;
- 71% são negros (pretos e pardos);
- 26% são analfabetos (15 anos ou mais).

Entre os desafios para a inclusão socioprodutiva estão: i) a ampliação do apoio ao cooperativismo de crédito e produção como forma de inclusão; ii) a aproximação com universidades, fundações, entidades de extensão e pesquisa e governamentais, identificando possibilidades de trabalhos conjuntos; iii) a articulação das diversas ofertas de políticas públicas existentes no âmbito do governo federal para fomento à inclusão socioprodutiva; iv) a articulação com Estados e municípios para pacto para erradicação da pobreza por meio de uma proposta nacional de inclusão socioprodutiva; v) avançar na legislação sanitária e qualidade de produtos (diálogo com o Poder Legislativo); vi) promover a aproximação com projetos de grande porte; vii) gerar capacidade de gestão; e viii) estimular uma matriz tecnológica com apropriação dos sujeitos.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS PARA A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA

- **Expositor: Júlio Cesar Chompanidis**
SEBRAE



O SEBRAE é uma empresa sem fins lucrativos que trabalha com consultorias na área de capacitação, de geração de oportunidades de negócios, de implantação de pequenos empreendimentos que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

A função é trazer os funcionários das empresas para participarem dos processos de tomadas de decisões estratégicas. Revalorização do ser humano, da suas capacidades subjetivas de produzir conhecimentos.

Não se pode continuar a ter um pé na tecnologia do século XXI e outro nas relações de produção do século XIX. Tem-se hoje cerca de 35 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no País, e 27% deles estão fora da escola e excluídos do emprego. Avanços tecnológicos gerando concentração de renda, desemprego e gente estressada? Isso é um problema. A tecnologia está evoluindo muito rápido, o mundo gira em torno do desenvolvimento, mas as relações continuam muito antigas.

O desemprego é o maior gargalo sociopolítico-econômico do mundo ocidental desde a década de 70. Os custos sociais têm-se revelado maiores do que se podia prever. Classe social *versus* desemprego, relação inversamente proporcional (quanto mais baixa a inserção na escala social, maiores são as chances de o trabalhador ficar desempregado).

O cenário atual apresenta a necessidade de qualificação profissional como fator de seleção natural (quanto menos qualificado o cidadão, maior a taxa de desemprego). As crises econômicas também são fatores de geração de desemprego. A informalidade se apresenta para muitos como alternativa para a geração de ocupação e renda. O resultado é o surgimento de diversas doenças associadas ao desemprego: baixa autoestima, de pressão, alcoolismo, dificuldades de relacionamento etc.

Alguns estudiosos se voltam para a questão do trabalho e desenvolvem teorias: o trabalho intelectual e a terceira onda (Alvin Toffler), ócio criativo (Domenico DeMasi), a importância do trabalho em rede (Manuel Castells), universo coletivo de inteligência compartilhada (Pierre Lévy), menos trabalho (Guy Aznar), fim do trabalho (Jeremy Rifkin), o desemprego como consequência do crescimento – apoiado pela ONU (Jobless Growth), organizações enxutas e modernas (Downsizing) e o desemprego gerado pela falta de *management* (reengenharia). Todas se voltam para a mesma questão: a tecnologia como motor de transformação.

Nesse contexto, a revolução atual não é mais por infraestruturas, como ferrovia ou telégrafo, ou de máquinas como o automóvel e o torno, mas de sistemas de organização do conhecimento. A máquina de inventar e de renovar tecnologias está sendo revolucionada, mudando o conceito de trabalho. *A priori*, fazer mais coisas com menos esforço não parece um problema, e sim uma solução. No entanto, na ausência das mudanças institucionais correspondentes, a tecnologia termina por privilegiar minorias e gerar exclusão e angústia na maioria.

Há que se abandonar uma visão meramente produtiva para se chegar a uma visão social. A inserção desigual nos processos modernizados e globalizados de produção gerou o maior drama social que o planeta já enfrentou na sua história. Conforme dados do Banco Mundial, enquanto se fala da crise financeira, em todo o mundo:

- 1,3 bilhão de pessoas subsistem com menos de um dólar por dia;
- 3 bilhões vivem com menos de dois dólares por dia;
- 1,3 bilhão não têm água potável;
- 3 bilhões carecem de serviços de saneamento;

- 2 bilhões não têm eletricidade.

As atividades produtivas mostram-se como oportunidades de inclusão. Primeiro, identificar as oportunidades a partir da caracterização do território. Para isso, é preciso conhecer as realidades das comunidades, fazer diagnósticos corretos. Segundo, traçar objetivos e metas (caracterização produtiva). Terceiro, pensar na coletividade e formas de inserção na sociedade e mercado. Quarto, promover a capacitação, melhoria de infraestrutura, busca de informações, planejamento e investimentos. A ação exige persistência e proatividade. Destacam-se algumas atividades possíveis para a inclusão produtiva: i) ser empreendedor individual; ii) vincular-se a associações; iii) associar-se a cooperativas; iv) criar uma microempresa; ou ainda v) viver na informalidade.

Há que se perguntar, das coisas que fariam diferença, quais são as que eu sou capaz de realizar? O conhecimento é inútil para as pessoas até ser convertido em ações. Mas, antes de entrar em ação, as pessoas precisam planejar a forma de ação. Elas precisam pensar sobre resultados desejados, prováveis restrições, futuras revisões, pontos de verificação e implicações da forma como elas utilizarão o próprio tempo. Elaborar um plano de ação é apenas uma declaração de intenções, e não um comprometimento. É fundamental para se inserir no mercado produtivo. Um destes meios é a partir de uma organização.

Organizações são um conjunto de pessoas que compartilham crenças, valores e pressupostos que as encorajam a fazer interpretações mutuamente reforçadas dos seus próprios atos e dos atos de outras. O ser humano faz parte de organizações e ele tem que participar das decisões. Ao se organizar, há que se prevenir contra a escolha equivocada de colaboradores:

- Analisar se os objetivos são os mesmos, tendo em vista o grau de ambição de cada um e a dimensão que desejam para a atividade;
- Dividir as tarefas antes de montar a empresa. Definir o campo de atuação e horários de trabalho;
- Definir, com antecedência, o valor da retirada de cada uma (remuneração dos proprietários), como será feita a distribuição dos lucros e o quanto será reinvestido na empresa;
- Estabelecer o grau de autonomia de cada um e até que ponto um dos envolvidos pode, sozinho, tomar decisões;
- Determinar se os familiares poderão ser contratados por parte de cada sócio;

- Sempre escolher funcionários e parceiros em conjunto com os sócios;
- Definir o que acontecerá com a sociedade quando um dos sócios falecer ou não puder mais trabalhar. Determinar um sistema de sucessão;
- Escrever todos os pontos que possam gerar atritos futuros em um contrato assinado pelos sócios;
- Ter claro que o que vai contribuir para a permanência da sociedade é algo tão “simples” como o que mantém um casamento: diálogo e clareza. Conflitos são inevitáveis, o que importa é a maneira de resolvê-los;
- Verificar se existem restrições cadastrais ou pendências junto a órgãos como a Receita Federal, Secretaria de Estado da Fazenda e INSS. Situações como essas podem dificultar o acesso a crédito junto a fornecedores e bancos, além de impedir o registro do negócio.

Há que se definir os negócios e setores da empresa. Eles podem se concentrar no setor da agropecuária, da indústria, do comércio ou da prestação de serviço. Nesse contexto, o nível de exigência que você impõe sobre si mesmo é fundamental. A exigência deve ser alta, pois essa é a forma de você se desenvolver. Seu crescimento dependerá das exigências que você faz a si mesmo em termos de resultados.

Um bom exemplo de organização são os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs são agrupamento em um mesmo território, de agentes econômicos, políticos e sociais, que tenham o mesmo foco econômico, apresentam vínculos e interdependência. No Estado da Bahia, existe o Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial (PROGREDIR), voltado a estimular os APLs.

O PROGREDIR tem por objetivo articular a cooperação empresarial e institucional para a difusão de práticas competitivas e sustentáveis nos APLs beneficiados pelo programa. Também busca promover a competitividade e sustentabilidade dos APLs do Estado da Bahia. Ele apresenta vários parceiros.

O propósito do programa é fortalecer 11 segmentos do setor empresarial baiano, para que eles atuem de forma cooperada e no modelo de redes, investindo na gestão, tecnologia e no acesso aos mercados, tendo assim mais eficiência para competir nos mercados nacional e internacional.

Os recursos envolvidos estão na ordem de US\$ 16,67 milhões (financiamento do BID de US\$ 10 milhões e contrapartida do SEBRAE de R\$ 6,67 milhões).

O programa beneficia inúmeros setores, tais como: a) transformação do plástico; b) confecções; c) tecnologia da informação; d) rochas ornamentais; e) turismo na Costa do Cacao; f) caprinovinocultura; g) fruticultura do Vale do São Francisco; h) piscicultura; i) derivados da cana-de-açúcar; j) sisal; e l) automotivo.

O programa apoia desde a capacitação, acesso à consultoria especializada, promoção de inovação tecnológica, acesso à informação técnica e de mercado, implantação de sistemas virtuais de comunicação (portais e infocentros), desenvolvimento de planos de melhoria da competitividade do APL e das empresas que o compõem, missões técnicas empresariais, participação em feiras/seminários, rodadas de negócios, visitas a experiências que sejam referências nacionais e internacionais, até eventos de interesse para o setor.

O programa apresenta fases que, aos poucos, são vencidas: 1) mobilização de empresários e cadastramento de empresas; 2) formação da governança do APL; 3) formação e fortalecimento das redes empresariais; 4) realização do plano de melhoria individual e plano de melhoria da competitividade do APL; 5) capacitação das redes empresariais para elaboração do plano de negócio; 6) execução dos planos de negócio; 7) *benchmarking* internacional; e 8) implantação do projeto estruturante.

Ao fim, o PROGREDIR vem se mostrando um bom exemplo de como melhorar as atividades empresariais via APLs.

A ENERGIA ELÉTRICA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIA PARA A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA

- **Expositor: Marcelo Zonta Melani**
MME/LpT



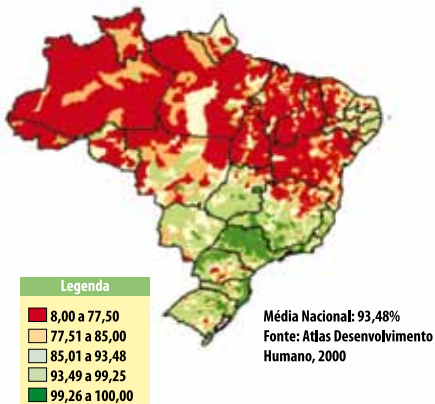
O objetivo principal é a universalização do acesso e uso da energia. No entanto, alguns desafios nortearam o programa, antes mesmo de este ser criado, por exemplo: programas de eletrificação rural do passado não foram suficientes/elevado passivo por eletrificação rural; havia alto impacto tarifário/subvenção de recursos; não existia participação e controle social em comitês estaduais; era necessário agilidade operacional para conquistar a inclusão social e produtiva das famílias beneficiadas com a eletrificação, proporcionando melhor qualidade de vida no campo.

Em 2003, nasceu o Programa Luz para Todos (LpT). Uma política de governo para redução da pobreza e da fome utilizando a energia como vetor de desenvolvimento. Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011 (período 2011, e agora, até 2014).

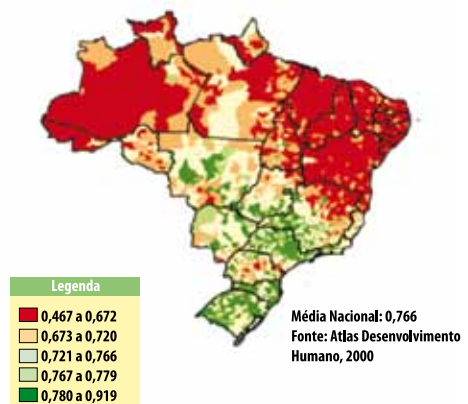
Antes do programa, estimava-se que 10 milhões de pessoas viviam sem energia elétrica no meio rural. Mais de dois milhões de famílias. 90% delas possuíam renda familiar inferior a três salários mínimos e viviam em localidades de baixo IDH.

O programa teve início em Novo Santo Antônio (Piauí), onde apenas 8% dos domicílios tinham acesso à energia elétrica. Era o município com menor índice de atendimento no País. A população relatava que demorava quatro horas para ter acesso à água. Hoje a realidade é bem diferente no município, pois as famílias melhoraram significativamente sua qualidade de vida.

Mapa 1 – Percentual das pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000



Mapa 2 – Índice de Desenvolvimento Humano, 2000



Os mapas mostram que há uma estreita relação entre os municípios com baixo atendimento por energia elétrica e os baixos IDHs.

Os índices de atendimento mostram que houve evolução na população atendida pelo acesso à energia elétrica. O índice geral brasileiro, que era 94,5%, está em 98,7%. No Norte, o índice era de 81,5% e passou para 93,7%. No Nordeste, 87,7 para 97,7%.

Tabela 1 – Índice de atendimento com o LpT - evolução

Grandes Regiões	IA (%) – Censo 2010	IA (%) Censo 2000
Brasil	98,73	94,54
Norte	93,68	81,55
Nordeste	97,73	87,70
Sudeste	99,74	98,77
Sul	99,64	98,00
Centro-Oeste	99,08	95,79

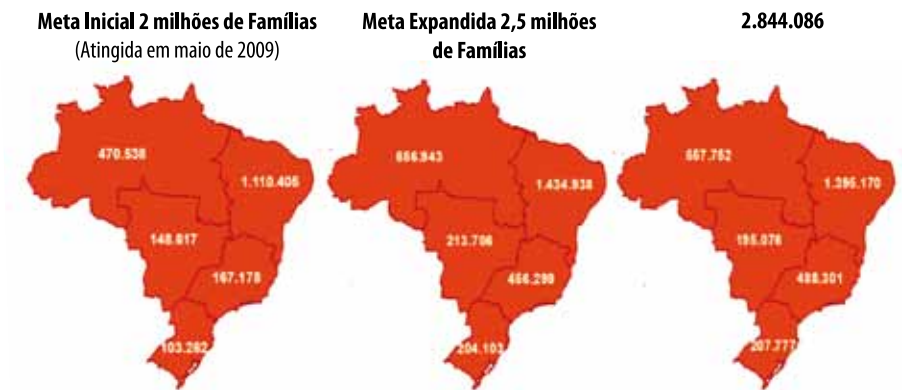
Fonte: IBGE

Há um custo médio de R\$ 7 mil por família. Em alguns lugares, no Pantanal, por exemplo, o custo de investimento por família chega a R\$ 90 mil.

O programa visa a garantir acesso para o uso da energia elétrica, a baixo custo de instalação e de tarifa de energia.

Antes da energia elétrica, as famílias gastavam com pilha, velas etc.. Eram cerca de R\$ 10 ao mês. Hoje, com a energia elétrica, tem-se um custo médio de R\$ 9 ao mês.

Mapa 3 – Metas de atendimento do LpT, Brasil



O programa já custeou até o momento 7 milhões de postes, 1 milhão de transformadores e 1,35 milhão de quilômetros de cabos (34 voltas na Terra).

Com o programa, em 2011, temos 3 milhões de famílias atendidas, o que representa cerca de 14 milhões de brasileiros que hoje têm acesso à energia elétrica.

A pesquisa do programa indicou que 134 mil famílias disseram terem voltado para o meio rural. O programa já gerou 420 mil empregos. Cerca de 2,8 milhões de famílias melhoram a qualidade de vida, 2,4 milhões melhoraram as condições de moradia e 998 mil aumentaram a renda familiar. O reflexo foi o aumento do uso de eletrodoméstico.

Tabela 2 – Aquisição de eletrodomésticos após o acesso ao LpT, Brasil

Aquisição de eletrodomésticos	
Televisor	2,2 milhões
Geladeira	2 milhões
Equipamento de som	1,2 milhão
Liquidificador	1 milhão

O diretor da Coca-Cola procurou a coordenação do programa para agradecer-nos, porque o terceiro item que entra na geladeira é a Coca-Cola. Há que pensar na estratégia de colocar um suco nessa geladeira, para gerar a inclusão social.

Uma comparação entre o Censo Agropecuário de 2000 e o de 2006 indica que a população do meio rural está aumentando. O que pode ser decorrente do acesso à energia elétrica nesses locais, que antes não se tinha.

No Estado da Bahia, a meta era atender 357 mil pessoas, no entanto, já se chegou a 455 mil, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3 – Evolução do acesso ao LpT, Bahia, Brasil

Período	Meta original	Realizado
2003 a 2011	357.970	455.759
2011 a 2014	128.012	

A preocupação do Estado da Bahia era relacionar as áreas a serem beneficiadas pelo programa com as áreas de baixo IDH. Regiões indicadas pelo Censo 2010 – IBGE com baixo IDH e concentração famílias na extrema pobreza.

Outro desafio para o LpT é atender a Amazônia Legal, que sozinha envolve uma área maior do que inúmeros países europeus.

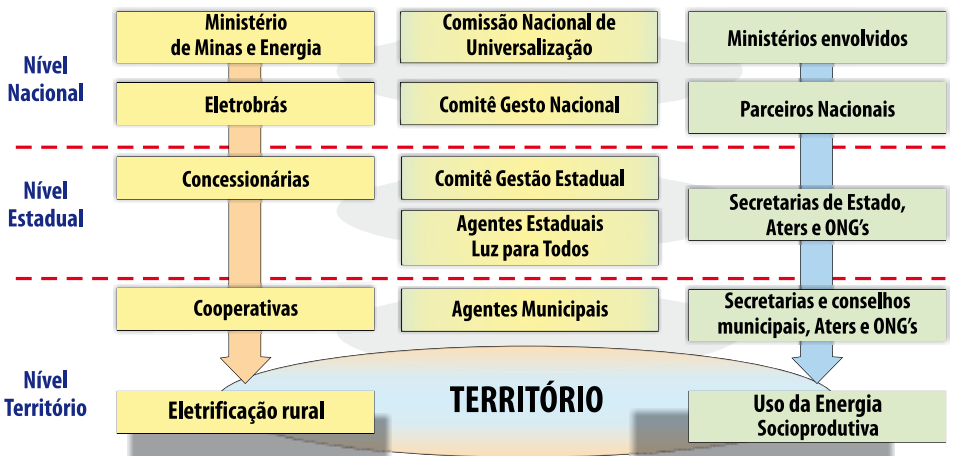
Mapa 4 – Área da Amazônia Legal



Para dar conta dessa demanda, é importante ter uma estratégia local, um modelo local, para estabelecer um sistema intermitente, que atenda a população 24 horas.

O programa procura promover o uso da energia elétrica, associado à inclusão socioproductiva.

Figura 1 – Organograma da estruturação do LpT, Brasil



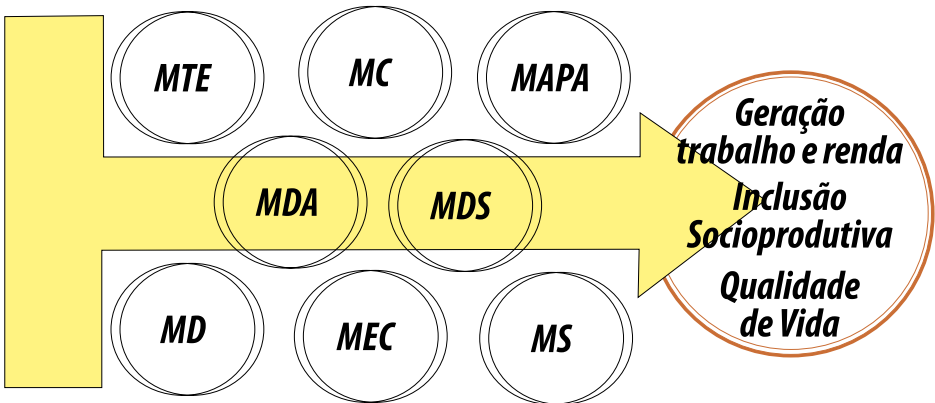
Era uma estratégia de o programa gerar inserção produtiva, tendo em vista que o custo da energia seria repassado para as famílias após a instalação de energia elétrica. A estratégia era integrar energia + produção. A proposta era promover a articulação institucional visando integrar programas, projetos e recursos, para viabilizar o uso produtivo da energia elétrica como vetor de desenvolvimento sustentável. Os dados de hoje indicam:

- 681 centros comunitários de produção;
- Investimento: R\$ 19.148.610,00;
- Famílias beneficiadas: 30.279;
- Investimento médio por família: R\$ 632,40;
- Previsão de receita/família: R\$ 460,00/mês.

Efeito colateral do programa é o caso do município de Santa Quitéria do Maranhão, onde muitas pessoas não tinham registro civil. Depois do LpT, a realidade mudou. Houve o registro civil para 2.483 pessoas no município. A população total chegou a 29.191 habitantes – Censo 2010.

O programa só é possível em função de inúmeras parcerias entre os Ministérios, como mostra a figura abaixo.

Figura 2 – Instituições parceiras no LpT, Brasil



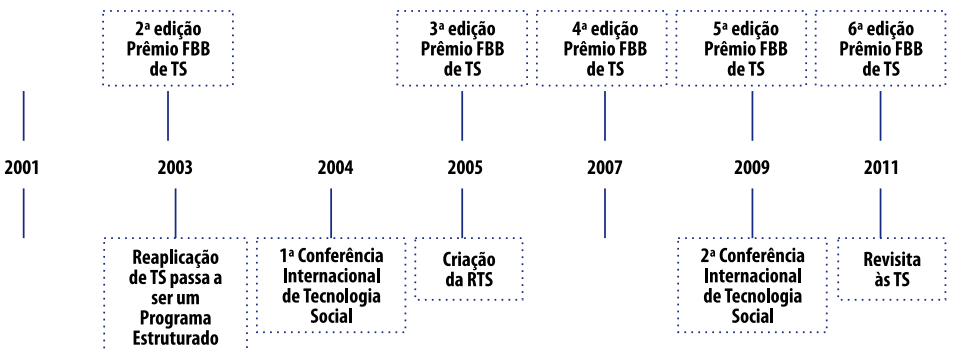
TECNOLOGIAS SOCIAIS

- **Expositor: Jefferson D'Avila de Oliveira**
Gerente da FBB



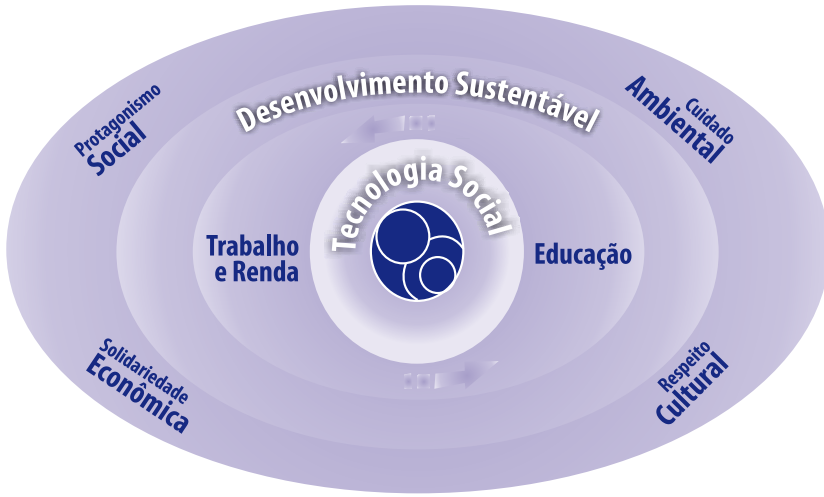
Até o ano de 2001, a Fundação Banco do Brasil– FBB funcionava apoiando projetos avulsos ou de “balcão”, que se esgotavam neles mesmos, sem criarem as condições para sua própria continuidade e muito menos replicabilidade. A partir de 2001, houve uma mudança estratégica e a fundação se dedicou a apoiar projetos de cadeias estratégicas identificados com tecnologias sociais. Até esse momento, a fundação não tinha uma missão definida, era mais um braço operacional do Banco do Brasil, realizava aquilo que o banco não podia ou não tinha condições de realizar.

Figura 1 – Linha do tempo – FBB, Brasil



Com essa clareza estratégica, a FBB se propôs a articular e desenvolver ações sustentáveis de inclusão e transformação social, mobilizando parceiros e contribuindo para a promoção da cidadania, tendo como premissas o protagonismo social, o cuidado ambiental, a solidariedade econômica e o respeito cultural.

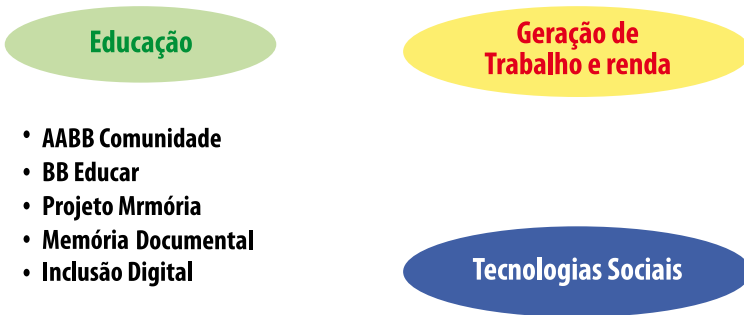
Figura 2 – Estratégias da FBB, Brasil



Nesse sentido, a FBB apresenta três frentes de atuação:

- Educação: Associação dos Amigos do Banco do Brasil Comunidade, Banco do Brasil Educar, Projeto Memória, Memória Documental, Inclusão Digital.
- Geração de trabalho e renda: cadeias produtivas (cajucultura, mandiocultura e apicultura, fortalecendo experiências de associativismo e cooperativismo), ações de desenvolvimento local nos territórios de Urucua (Minas Gerais), dos Cocais (Piauí) e o território do Berimbau, na linha verde (território da região metropolitana). A intenção da FBB é de trabalhar em conjunto com os Territórios da Cidadania, complementando e potencializando as ações dos diversos órgãos que intervenham nesses territórios.
- Tecnologias sociais: Banco de Tecnologias Sociais – BTS e reaplicação de tecnologias sociais.

Figura 3 – Programas Estruturantes da FBB



A tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social.

A FBB pensa as tecnologias sociais como soluções efetivas para o desenvolvimento sustentável e a transformação social. Assim, atua para mobilizar atores sociais e parceiros na construção e reaplicação das tecnologias sociais, com ênfase em educação e geração de trabalho e renda.

Atualmente, o Banco do Brasil conta com 660 tecnologias sociais para serem consultadas e reaplicadas livremente. Isso é extremamente importante para aquelas comunidades carentes que têm grandes dificuldades de acesso a essas tecnologias de baixo custo e de simples manipulação e aplicação. O objetivo é que as tecnologias sejam transformadas em políticas públicas.

O exemplo de uma tecnologia social que tem contribuído muito com as famílias de baixa renda é a Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS). O PAIS é um sistema de produção baseado numa horta circular irrigada por gotejamento, em torno de um galinheiro, visando produção orgânica. Para executar essa tecnologia social, a fundação tem parcerias com o BNDES e o SEBRAE e abrange 21 Estados do País (todo o semiárido brasileiro).

Figura 4 – Desenho de uma PAIS



O PAIS promove a preservação do meio ambiente e a eliminação do uso de produtos tóxicos, associadas à otimização dos recursos naturais. Busca melhorar as condições de vida de famílias do meio rural por meio da redução da dependência de insumos externos, uso racional de recursos naturais e diversificação da produção, com segurança alimentar e geração de renda.

A FBB, entre 2005 e 2010, já investiu no programa cerca de R\$ 46 milhões, que foram aplicados em 7.546 unidades. Em 2009, foi realizado um manual sobre essa tecnologia (que custou cerca de R\$12.000 à instituição).

Algumas possibilidades de comercialização e financiamento para fortalecimento e ampliação da tecnologia social PAIS (arranjo de parceiros investidores) são visualizadas, com o PNAE, em função do atendimento da alimentação escolar a partir de um mínimo

de 30% adquirido da agricultura familiar; com o PRONAF; e outros investimentos sociais (Ministérios, empresas e organizações não governamentais); outra possibilidade é o PAA.

Outras tecnologias sociais também vêm sendo estimuladas pela FBB, como as fossas sépticas biodigestoras (tratamento dos dejetos humanos por meio do processo de biodigestão, a fim de evitar a contaminação do solo e, ainda, produzir adubo orgânico de qualidade), as barraginhas (construção de pequenos açudes contentores de enxurradas, que armazenam água por meio da infiltração ocorrida durante o ciclo chuvoso, especialmente em regiões sujeitas a enchentes), balde cheio (transferência de tecnologias inovadoras que visam ao aumento da escala de produção leiteira), integração lavoura-pecuária-floresta (sistemas agrícolas que combinam cultivos arbóreos, de grãos e criação de animais, de forma simultânea e/ou sequencial, com o uso intensivo e sustentável da terra).

Estas tecnologias sociais são estimuladas por programas de mesmo nome, nos quais a FBB tem realizado investimento de seus recursos.

PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS

Base de serviços da UNICAFES – BA: indica uma inquietação diante do processo de alianças partidárias que têm sido realizada pelo governo do Estado da Bahia. Será que estão contribuindo para a intersetorialidade, desenvolvimento e implementação das políticas públicas para o meio rural?

Território Médio Rio das Contas – BA (BNB): reclama a presença de representantes do BNB na mesa para apresentação das suas experiências. Esta poderia explicar sobre algumas das políticas do BNB e de recursos aplicados no microcrédito.

Território Litoral Sul – BA: como os colegiados poderiam assumir o compromisso de fortalecer e manter a política de desenvolvimento territorial no Brasil e no Estado da Bahia?

Território do Pontal do Paranapanema – SP: comentário de que a contribuição do FBB e do DRS no território não avançou quase nada, ainda é muito tímida, ficou simplesmente na liberação de créditos do PRONAF para serem aplicados no plantio de eucaliptos, porém sem entender todo o processo de implantação e desenvolvimento do eucalipto como experiência de silvicultura. Além disso, os gerentes das agências do Banco do Brasil nem sempre são parceiros no desenvolvimento sustentável. E qual o papel da SDT nessas pactuações com outros parceiros?

Articulação nos territórios do PE: reclama a ausência de uma explanação do secretário sobre a apresentação da situação do Programa Territórios da Cidadania, isso significa um recado para os territórios. Como o Estado e, especificamente, a SDT têm promovido a articulação de políticas públicas?

UFBA: comentário de que os membros da mesa ilustram a preocupação com a concertação das políticas, mas, ao mesmo tempo, demonstra um problema de governança tanto nos territórios quanto no próprio governo. Outra questão: o distanciamento existente entre as universidades, os territórios, as empresas e o governo. Como provocar essa cooperação focalizando a grande demanda de capacitação e formação externada pelos territórios?

Movimento Social Via do Trabalho: crítica à exposição do representante do SEBRAE. A exclusão social não é questão de competência individual na geração dos seus empreendimentos e oportunidades de negócios. É questão de modelos de desenvolvimento. E o LpT é apenas uma correção de distorções acontecidas ao longo dos anos. E os projetos de geração de renda apoiados pelo LpT negam os valores e as culturas próprias da agricultura familiar. Indica a necessidade de fortalecimento das experiências da sociedade civil.

SEPLAN – BA: o Brasil está em um processo de transição e mudança institucional seguindo os mandamentos da democracia. Há um descompasso entre a oferta e as oportunidades das políticas públicas, os recursos e a capacidade dos sujeitos sociais para se apropriarem e se empoderarem dessas oportunidades. Há certa perda de tempo e de recursos que não são operados por falta de conhecimentos de gestão e planejamento de projetos. Como tratar dessa questão, da formação política dos colegiados territoriais, para avançar nesses novos ambientes de governança compartilhada e pactuação?

Rede dos Colegiados Territoriais do Estado de PE: como fazer com que os territórios de cidadania efetivamente cumpram com as matrizes de propostas e alinhar os territórios de identidade?

Território Vale do Jequiçá – BA: como fazer com que os gestores municipais compreendam e apoiem os territórios? Defende que as chamadas públicas sejam para as entidades da sociedade civil de cada território, porque elas conhecem as realidades dos seus territórios.

Caramuru – Rede dos Colegiados Territoriais do Estado do RN: existe atualmente certa criminalização das ONGs, embora seja tão necessária sua colaboração, por exemplo, no caso da execução das ações de ATER. Como fazer para que o governo e outras instituições se envolvam na discussão do marco regulatório das ONGs?

Equipe SDT – BA: solicita mais comentários sobre os APL implementados pelo SEBRAE no Estado da Bahia.

Território do Sisal – BA: reconhece que é inegável o mérito do LpT, mas ainda é insuficiente. Questões técnicas da eletrificação penalizam os projetos da agricultura familiar.

Território do Piemonte Norte do Itapicuru – BA: reclama a sustentabilidade do bioma caatinga. Quando se fala de cadeias produtivas e economia solidária no mesmo discurso, parece um contrassenso teórico. Porque não falar de sistemas produtivos em vez de cadeias produtivas? A Bahia está finalizando os últimos PTDRS dos 13 territórios ainda faltantes, como eles serão implementados sem recursos e sem apoios?

Respostas

Coordenação da mesa: as alianças favorecem a intersectorialidade, mesmo que não sejam do mesmo partido. Isso acontece também com movimentos sociais que somente defendem suas pautas específicas sem se envolverem com as demandas de outros movimentos, que não conversam entre si. A busca da intersectorialidade e da visão territorial independe do pertencimento em um determinado partido ou aliança política. É mais uma questão de sensibilidade e compreensão. Na Bahia, todos os territórios são de cidadania e merecem os investimentos realizados nas políticas públicas.

SEBRAE: a mortalidade das microempresas não se deve à falta de competência dos empreendedores, e sim à falta de apoios técnicos, políticos e institucionais. Mas o SEBRAE não pode fugir da sua missão, de buscar desenvolver e fortalecer a mentalidade empresarial nas pessoas interessadas em terem seus próprios negócios, respeitando a diversidade de desejos, empreendimentos, realidades físicas e vocações produtivas.

FBB: em relação ao DRS, a FBB não pode responder sobre isso, pois, ainda que pertençam a uma mesma instituição, o Banco do Brasil e o FBB são instâncias autônomas e com seus próprios objetivos e metas. No entanto, pode-se dizer que essa falta de sintonia dentro do próprio banco também acontece com outros órgãos do governo onde ainda se percebem ações sem a devida sinergia. Talvez esse seja o papel dos movimentos sociais no sentido de apontar dificuldades em estruturas do governo e ligadas ao governo, tais como a própria FBB, e ao Banco do Brasil, a Petrobras e outras. Em relação à necessidade de conhecimento e parceria com a universidade, a FBB concorda plenamente. Elas devem se aproximar da sociedade, das comunidades e municípios, e a fundação está disposta para colaborar no que seja necessário para que essa parceria se concretize. A FBB faz parte da rede de tecnologias sociais que agrega

outras fundações e grandes empresas, a exemplo da Odebrecht, e implantará um conjunto de PAIS nas casas familiares no território Baixo Sul da Bahia.

SDT: o secretário concorda plenamente com as questões colocadas à mesa, pois entende que os debates nem sempre chegam a conclusões ou entendimentos. Esse é o espírito da democracia.

As redes não conseguiram adentrar nos Planos Plurianuais (PPAs) de alguns Estados, perdeu-se o tempo desses PPAs, agora é ver como incidir nas leis orçamentárias e buscar alocar recursos para infraestrutura e, principalmente, para custeio de ações formação.

O Programa Territórios da Cidadania apresenta fragilidades e, para superá-las, é fundamental a participação e o planejamento dos colegiados para ajudar e pressionar que as políticas sejam executadas, promover o controle social. É a sociedade quem tem que pautar o governo para que isso aconteça, mas também articular seus deputados e senadores para que exijam e se mobilizem mais em torno da política com abordagem territorial. Outro desafio: os movimentos sociais defendem suas próprias pautas e demandas, entre as quais poucas defendem a territorialidade. As propostas de políticas públicas precisam de recursos orçados e efetivamente executados para se transformar em ação, em atividade. E, se alguns escalões do governo não são sensíveis a essa questão, então esse é o papel da sociedade e dos movimentos sociais.

Em relação às universidades, os problemas para implementação desses cursos de formação se devem tanto ao governo quanto à própria universidade e inclusive aos movimentos sociais. Esse debate precisa ser aprofundado. A relação com as universidades é por meio da relação pessoal ou de amizades ou de militância, e não via relações institucionais. No entanto, as universidades estão longe das realidades territoriais.

Parcerias internacionais; REAF, ECADERT e PROTERRITÓRIOS (Espanha, Portugal e América) são articulações que estão ensaiando a extrapolação das fronteiras do Brasil.

Este é um momento delicado. A aprovação do marco regulatório das ONGs é uma questão que deve ser observada com muita preocupação. Na recente controvérsia no Ministério dos Esportes, está oculta uma nova ofensiva de determinados setores contra as ONGs e as chamadas públicas.

Em relação aos projetos, existem recursos, mas a qualidade dos projetos deixa a desejar, falta gestão, qualidade, conhecimentos e formação. Somente foram aplicados de 10% a 15% do PROINF e, praticamente, já é fim de ano. Mas também deve se reconhecer que a burocracia estatal inviabiliza a aprovação e a liberação em tempo apropriado.

TEMA 2: A INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE

- **Coordenador do painel: Cândido Grzybowski**
Diretor-Geral do IBASE



Esta mesa traz para o debate público a perspectiva da intervenção das organizações da sociedade civil, porém está longe de representar a diversidade de organizações e de experiências. Serão apresentados os aspectos, desafios e resultados do âmbito de três experiências, sem pretender dar conta do amplo campo de expectativas e iniciativas do conjunto da sociedade civil brasileira.

AVANÇOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE JOVENS E MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA

- **Expositor: Fernando Oiticica**
FASE Bahia



A apresentação trata de uma experiência concreta iniciada em 2003 de inclusão de jovens e mulheres no processo produtivo e na geração de renda da agricultura familiar. Ela foi dividida em três momentos, iniciando com uma contextualização geral da atuação e trajetória da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) no Estado da Bahia, seguindo com a apresentação da experiência de inclusão socioprodutiva nos territórios e finalizando com os principais desafios colocados para a continuidade e consolidação da iniciativa.

A FASE é uma ONG de educação popular, desenvolvimento e solidariedade, fundada em 1961, com origem na Igreja Católica e que agora, no mês de novembro, cumprirá 50 anos de trabalho social junto às comunidades pobres do campo e da cidade. A FASE tem abrangência nacional e atua nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Pará, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

Em 1987, foi criado um escritório da FASE em Itabuna, cidade situada no sul do Estado da Bahia, com o objetivo de contribuir na luta, formação e defesa dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais assalariados da lavoura cacaueteira, atuando na construção de uma rede de experiências demonstrativas de emprego/trabalho e renda, articulando atores governamentais e não governamentais, associações de pequenos produtores urbanos e rurais para implantação de uma plataforma de economia popular e solidária e na capacitação de atores sociais populares para participação em políticas públicas.

Dada a decadência da cultura do cacau, em 1998, a FASE diversificou sua estratégia de intervenção e iniciou um diálogo mais intenso com movimentos da agricultura familiar, por meio do Projeto Semear, instrumento político e pedagógico orientado para a formação e qualificação dos agricultores familiares que articula o saber e a experiência de trabalho na agricultura, educação profissional, com o conhecimento sistematizado da educação oficial, promovendo a experiência de educação de jovens e adultos rurais, que culmina com a criação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Bahia (FETRAF).

Assim, a atuação da FASE Bahia se dá no fortalecimento e na articulação de sujeitos políticos para exercerem a sua cidadania e na luta pela exigibilidade de direitos, no estímulo ao associativismo produtivo e na implementação de atividades de capacitação para a gestão de experiências de desenvolvimento sustentável e solidário.

A FASE Bahia tem três linhas de atuação. A primeira delas diz respeito a sistemas agroecológicos de produção e as outras duas são relativas às redes de comercialização de produtos agrícolas, ao controle social sobre o poder público e à exigibilidade de direitos.

A linha com os sistemas agroecológicos trata do manejo de agroecossistemas, um formato de produção agrícola que promove o desenvolvimento sustentável no meio rural baseado em pequenas propriedades de produção diversificada. Os agroecossistemas são caracterizados pelo equilíbrio ambiental e a harmonização com os ciclos naturais do solo e das chuvas, sem uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas. Trata-se de uma alternativa às grandes propriedades rurais, aos seus inúmeros danos ambientais e ao desemprego e pobreza que se geram no meio rural. O papel da FASE é apoiar os agricultores com assessoria técnica e na sua organização produtiva. Nesse tema, a FASE tem posicionamentos políticos claros: é a favor de uma extensa e profunda reforma agrária, contrária ao plantio de eucalipto e cana-de-açúcar no território Extremo Sul do Estado da Bahia e a favor da formulação e aplicação de modelos de desenvolvimento rural sustentáveis e solidários.

A comercialização dos produtos agroecológicos ainda é uma dificuldade. Por isso, a FASE Bahia se dedica a ajudar iniciativas que promovam a inserção no mercado dos agricultores ecológicos. Nesse sentido, são promovidos eventos de qualificação da organização e da administração de instituições comunitárias de crédito, junto com a assessoria a projetos de comercialização associada da produção agroecológica.

Em relação à articulação de sujeitos políticos, a FASE trabalha para atender às demandas de parceiros por qualificação da participação popular. Trata-se de trazer mais e mais cidadãos para o debate sobre políticas públicas e o monitoramento do poder público.

A experiência de inclusão de jovens e mulheres da agricultura familiar se desenvolveu, desde seu início, em oito territórios, mas a apresentação se concentrará nos projetos dos territórios Baixo Sul (3 municípios) e Vale de Jequiçá (7 municípios), ambos localizados no bioma Mata Atlântica, com áreas ainda conservadas e outras nas quais se observam forte presença antrópica. As áreas são muito pequenas, íngremes e com declividades acentuadas. As ações são financiadas com recursos públicos e outros provenientes de doações da cooperação internacional.

Tabela 1 – Indicadores sociais dos territórios Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá, Brasil

Território	Densidade demográfica hab./km ²	Taxa de analfabetismo (em % – ano 2000)	PIB <i>per capita</i> em 2004 (R\$ 1,00)	Indicadores de pobreza (2000) em %	
				Famílias com renda <i>per capita</i> de até 1/4 de SM*	Famílias com renda <i>per capita</i> de até 1/2 SM*
Vale do Jiquiriçá	27,03	32,3	2.447,65	27,63	54,77
Baixo Sul	44,38	33,9	3.109,23	32,68	58,42

* SM = salário mínimo

Tabela 2 – Indicadores sociais dos territórios Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil

Município	População total 2009	População 2000	Urbana 2000	Rural 2000	Área em km ²	Densidade hab./km ²
Pres.Tancredo Neves	24.249	19.904	6.221	13.183	415	58,43
Valença	89.597	77.509	55.884	21.635	1.190	75,29
Laje	22.180	19.601	5.118	14.483	498	44,53
São Miguel das Matas	10.675	10.020	2.772	7.248	207	51,57
Mutuípe	22.066	20.462	8.984	11.478	273	80,82
Jiquiriçá	13.772	13.638	4.588	9.050	236	58,35
Ubaíra	21.428	20.595	8.010	12.585	762	28,12

Agentes multiplicadores de ATER: uma metodologia de trabalho para jovens e mulheres

O projeto é fruto de um convênio celebrado entre a FASE e a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), por meio da Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF), o qual visa à inclusão econômica, social e política de jovens e mulheres da agricultura familiar por meio de uma estratégia de educação popular com agentes multiplicadores de ATER. O projeto busca a permanência do jovem e da mulher no campo, uma melhor organização comunitária e sindical dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e a ampliação do acesso a políticas públicas para eles. Politicamente, o projeto conta com o apoio dos STRs ligados à FETRAF.

O projeto se estrutura por meio da implantação de núcleos produtivos nos quais se discutem a necessidade do fortalecimento de uma política pública de ATER, a inclusão social de jovens e mulheres, a agroecologia como forma de relacionamento com o rural e o fortalecimento da organização comunitária e sindical.

Nos processos de formação e assessoria, a técnica não está dissociada da educação, da reflexão política e social e sobre as condições de vida das famílias das comunidades. Os principais instrumentos são oficinas modulares e temáticas e laboratórios técnicos.

O que orientou a proposição dos núcleos produtivos é a possibilidade de oferecer aos jovens e mulheres uma oportunidade real de colocar em prática os conhecimentos em agroecologia e gestão construídos ao longo das atividades de formação realizadas e de favorecer maior inclusão social e econômica desses atores na agricultura familiar.

Os núcleos produtivos têm de se integrar ao conjunto de atividades produtivas desenvolvidas pela família, ser compatíveis com as características socioambientais da região e servir de experiências demonstrativas para as famílias que residem nessas comunidades. A segurança alimentar também é contemplada, pois parte dos recursos destinados aos núcleos e da orientação técnica do projeto foi reservada para a instalação de hortas nos quintais das propriedades familiares.

Como a FASE atua em oito diferentes territórios de identidade¹, cujos biomas têm características próprias, foram previstas várias modalidades de núcleos produtivos. Estes recebem no início das atividades R\$ 5.000 e, a partir disso, a proposta é acessar recursos do PRONAF nas linhas para jovens e mulheres. Porém, têm enfrentado dificuldades nas agências bancárias para aprovarem esses projetos, em especial os jovens.

Os núcleos produtivos de caprino e ovinocultura contam com recursos para aquisição de matrizes e reprodutores e a instalação de infraestrutura nas propriedades (cercas, construção de aprisco rústico, implantação de banco de proteínas e reserva estratégica). Os agentes multiplicadores de ATER que optarem por núcleos produtivos de apicultura recebem insumos para aquisição de materiais e equipamentos para a instalação de até 20 colmeias nas propriedades familiares.

Os que pretendem desenvolver sua experiência de geração de trabalho e renda com avicultura têm apoio para aquisição de matrizes, produção local do respectivo alimento e construção de aviário rústico com piquetes. Existe também a modalidade de fruticultura, com aquisição de mudas, preparo do terreno, aquisição de máquinas e equipamentos para beneficiamento da produção.

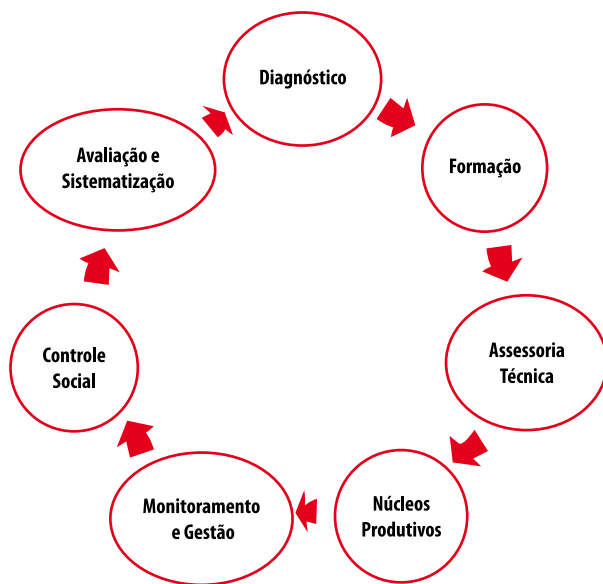
A metodologia da assessoria técnica:

A assessoria técnica é o momento em que se debatem as causas dos problemas diagnosticados nas plantações e criações das mulheres e jovens em suas respectivas propriedades familiares. Sempre que possível, organizam-se demonstrações práticas sobre como enfrentar esses problemas, com métodos baseados em princípios agroecológicos e que sejam viáveis em termos de adoção por parte das mulheres agricultoras. Exemplos disso são experiências de compostagem, em pequena escala,

¹ Além do Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá, os outros territórios são: Sisal, Portal do Sertão, Médio Rio de Contas, Litoral Norte, Extremo Sul e Vitória da Conquista.

mas que podem ser imediatamente iniciadas e aplicadas nas hortas mantidas pelas mulheres.

Figura1 – Organograma de funcionamento da metodologia de assessoria técnica



O momento inicial do processo é o diagnóstico da realidade para conhecer a comunidade, seus potenciais produtivos e a organização social. Para isso, aplica-se um questionário técnico, tanto com os multiplicadores quanto com as famílias. O diagnóstico significa o momento inicial do trabalho, e o questionário permite, no final do primeiro ano, do segundo ano e assim sucessivamente, perceber, comparar e refletir sobre as mudanças acontecidas no processo de assessoria técnica. Inicialmente, pensava-se que, com três anos de trabalho, seria suficiente para consolidar um modelo de núcleo produtivo. Hoje, entende-se que isso depende muito da dinâmica de cada comunidade, mas é um elemento muito importante para entender o processo e saber como atuar.

A questão da formação está associada a uma nova forma de se fazer assessoria técnica para a agricultura familiar. Nessa concepção, a técnica não está dissociada do processo formativo, de construção do conhecimento e do acesso à informação. Assim, a partir da demanda dos participantes (mulheres e jovens), são realizadas oficinas modulares e os laboratórios técnicos, que são espaços pedagógicos nos quais se aprofundam na prática determinados temas, que podem ser da área de cooperativismo e associativismo ou da área de produção agroecológica. E, também, as oficinas temáticas nas quais se multiplicam os conteúdos nas comunidades junto com as equipes técnicas.

No início do projeto, os multiplicadores eram 50% de mulheres e 50% de jovens, hoje 75% das multiplicadoras são mulheres. Os multiplicadores e técnicos priorizados no projeto são jovens egressos das Escolas Família Agrícola, pois têm maior sensibilidade e disposição para trabalhar na agricultura familiar.

A FASE tem estimulado a implantação e a ampliação de hortas e quintais produtivos, pois a busca de melhores condições de viabilização da segurança alimentar dessas famílias é um dos objetivos dessa iniciativa. Registram-se, também, casos em que pequenos grupos planejam e implementam experiências produtivas coletivas, como roças de feijão, viveiros de frutíferas e ornamentais. Outros grupos planejam os passos necessários à construção e funcionamento de aviários.

Essas iniciativas, além de se constituírem em espaços de aprendizado prático sobre organização de grupos, reforçam a autoestima das mulheres e jovens e permitem incrementos na renda. Com isso, cresce sua autonomia enquanto atores específicos na comunidade e nos sindicatos.

Naquelas comunidades onde as mulheres agricultoras já têm certo volume de produção, o debate tem sido sobre como encontrar formas alternativas de comercialização. A FASE tem priorizado a socialização de informações sobre acesso aos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Isso é necessário porque existem outras ações da FASE e de seus parceiros articulados pela FETRAF Bahia, nos municípios de Valença, Teolândia e Presidente Tancredo Neves, que também estão preocupados com a qualificação do exercício do controle social de políticas públicas em geral, e de programas e projetos governamentais mais diretamente relacionados à agricultura familiar.

Um dos grandes gargalos, como em muitas outras experiências da agricultura familiar, é a comercialização. Muitos dos participantes das iniciativas citadas começaram nas feiras públicas e ultimamente têm migrado para os mercados institucionais tipo PAA e PNAE.

Em relação ao monitoramento e gestão, são organizadas reuniões a cada dois meses com a participação dos multiplicadores, articuladores territoriais, participantes dos projetos, comunidades e representantes sindicais. Todos eles avaliam o desempenho dos profissionais e o andamento dos trabalhos, os avanços, os impasses e desafios, as prestações de contas.

Utilizam-se alguns instrumentos de controle, tais como o planejamento mensal de atividades, o relatório de atividades e o mapa de quilometragem, bem como, anualmente, o seminário estadual de avaliação e sistematização e revistas com a memória das atividades realizadas durante o ano.

Embora se observem inúmeros avanços, persistem alguns desafios, como: i) identificação com o rural; esse é um problema para os jovens, os quais só desejam permanecer no campo desde que seja implantada infraestrutura social, de lazer, equipamentos educacionais e culturais; ii) regularidade na produção, que precisa ser melhorada investindo mais nos processos de assistência técnica; iii) infraestrutura, melhora dos equipamentos de energia, das estradas, armazenamento e dos sistemas de distribuição de água; iv) logística; v) propaganda, *marketing*, divulgação; e vi) legislação sanitária.

ECONOMIAS INVISÍVEIS: A TRADICIONALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE COMUNIDADES SOB RISCO NOS SERTÕES DE MINAS GERAIS

- **Expositor: Carlos Dayrell**
CAA – NM



O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA NM) iniciou sua caminhada a partir da proposta da agricultura alternativa e evoluiu para o paradigma científico da agroecologia. Sua história reflete uma longa trajetória na tentativa de compreensão da heterogeneidade e especificidades que caracterizam a formação social do sertão norte mineiro.

Figura 1 – Localização da CAA, Minas Gerais, Brasil



A exposição mostrou e colocou em cena algumas das estratégias agroalimentares e redes de negócios rurais identificadas nos sertões de Minas Gerais, as quais têm se revelado muito importantes como vetores de dinamização econômica e de inclusão produtiva de uma fatia significativa da população ocupada na agricultura familiar regional, mas que se encontram sob risco, assim como iniciativas que incorporam a construção de diferentes propostas de proteção de seus territórios tradicionais.

A partir dessas estratégias, também se pretendem tecer considerações sobre o entendimento da formação sociocultural do campesinato do norte de Minas; dos riscos que vêm enfrentando por causa da cobiça sobre seus territórios; das reações a essas ameaças com a apresentação de dois estudos de casos de dinâmicas econômicas que têm como fio principal a tradição e as ações em andamento – iniciativas territoriais e econômicas de reposicionamento socioeconômico.

O norte de Minas é uma região de ocupação antiga e com forte presença das culturas indígena, negra e europeia. Diversos estudos demonstram que, na década de 1950, havia diferentes populações tradicionais vivendo no Vale do São Francisco, como os veredeiros, os geralistas ou geraizeiros e os barranqueiros, além de diversos povos indígenas. Estudos desenvolvidos por pesquisadores regionais têm apontado também a existência de outras populações diferenciadas como os chapadeiros, os campineiros, os vazanteiros e os caatingueiros.

Algumas das etnicidades são social e politicamente construídas a partir do nicho ecológico em que essas populações se encontram situadas, o que demonstra a forte diversidade identitária e cultural do campesinato da região. Alguns aspectos caracterizam essas populações, como:

1. Aspectos retirados do estoque cultural para definir as diferenças.
2. Vínculo social, religioso e simbólico com o território desde que o *mundus* dessas populações foi constituído nas origens das suas histórias e onde a vida é reproduzida social e economicamente.
3. Interdependência social, cultural e produtiva com a natureza estabelecendo profundo conhecimento da natureza e de seus ciclos e construindo estratégias de reprodução social e produtiva relacionadas com o autoconsumo e com a comercialização dos excedentes.
4. Sistema produtivo diversificado voltado para a satisfação das necessidades de cada família e da comunidade como um todo, relação com o mercado para venda do excedente em diferentes contextos comerciais.

Por sua vez, a “agricultura sertaneja” se constitui a partir de: i) sistemas diversificados de produção de alimentos, fibras, óleos etc.; ii) criação de animais: gado, aves, suínos, caprinos; iii) associação com o extrativismo: coleta, caça e pesca; iv) associação de arranjos produtivos nativos com conexão com mercados regionais e mesmo internacional; v) feira como espaço de trocas e intercâmbios – abastecimento local e regional; e vi) vínculos com o território historicamente atualizados, onde o sagrado norteia a relação com a natureza e o vínculo das pessoas entre si.

Alguns fatos históricos regionais são importantes na definição dessas características. Até os anos de 1960, havia autossuficiência regional e a exportação de alguns produtos: carne e couro, algodão, mamona, látex e mangaba, rapadura, farinha e polvilho e cachaça. Na década seguinte, 1970, consolidou-se o poder da ditadura militar e empreendeu-se a chamada “modernização conservadora da agricultura”, com grandes projetos de pecuária; monoculturas do eucalipto e algodão; grandes projetos de irrigação como o Jaíba; desestruturação das economias nativas; expropriação das condições materiais de existência e degradação ambiental. Entretanto, a agricultura camponesa resistiu à violência e assassinatos, com a organização e luta dos posseiros e dos assalariados, com a criação de STRs e a demarcação da terra indígena Xakriabá, com denúncias, ocupações e lutas contra os desmatamentos.

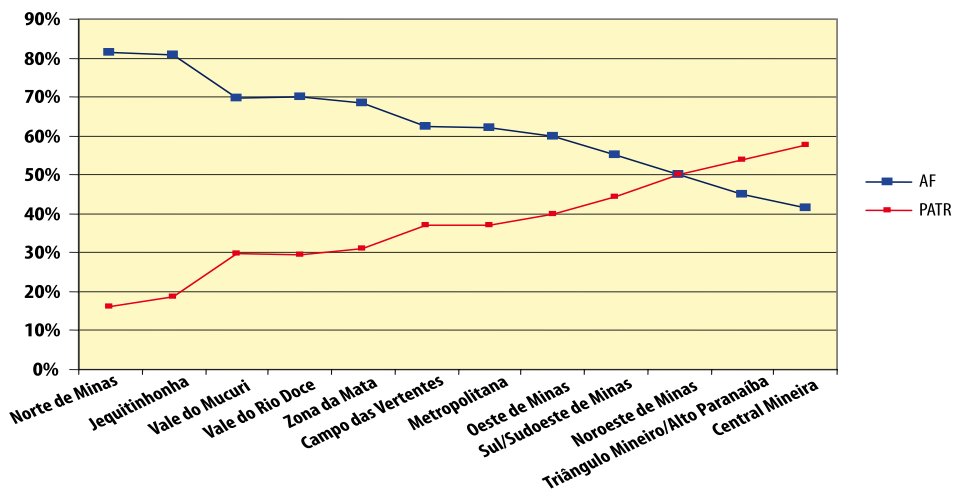
É nesse contexto regional, marcado pela violência dos grandes projetos e pelas resistências camponesas, que, na década de 1980, o enfrentamento se deu também no marco da agricultura alternativa e, em seguida, do paradigma da agroecologia.

O CAA foi criado em 1985, a partir de uma articulação de agentes e organizações de fora e de dentro: o Projeto Tecnologias Alternativas PTA (FASE), a Casa de Pastoral de Montes Claros ligada à Comissão Pastoral da Terra (CPT), movimento sindical e técnicos de instituições governamentais locais.

Desde seu início, o CAA apostou na atuação em redes: Rede PTA (1990), Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) (1992); Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (1994), entre outras, sempre buscando o reconhecimento das agriculturas nativas e de suas economias, como com a criação da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão e com a construção de uma visão menos homogeneizadora e burocrática dos diversos tipos de agricultura existentes na região.

Assim, a partir desse contexto, a agricultura familiar ainda se apresenta nos sertões de Minas Gerais:

Gráfico 1 – Percentual de participação do pessoal ocupado pela agricultura familiar e patronal nas 12 macrorregiões do Estado de Minas Gerais¹



O gráfico aponta que, mesmo participando de forma periférica, a agricultura familiar ainda permanece e ocupa a maioria absoluta da população rural. De um total de 2 milhões de pessoas ocupadas no campo em Minas, 1,294 milhão encontram-se absorvidas pela agricultura familiar e, desse total, 250 mil estão na região norte de Minas (IBGE, 1995/96).

¹ Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE. Convênio INCRA/FAO – D'ANGELIS FILHO, 2005.

Portanto, para discutir estratégias de inclusão socioprodutiva da agricultura familiar no Estado, é fundamental, como primeiro passo, reconhecer suas economias e as ações que acontecem no interior dessas manchas de comunidades e territórios rurais que teimam em subsistir.

Para aprofundar e entender essa “teimosia” da agricultura familiar do norte de Minas, serão apresentados dois estudos de caso. Primeiro, o caso da Cachaça no Alto Rio Pardo – agricultura geraizeira e, segundo, das Queijarias da Serra Geral – agricultura catingueira.

1. A cachaça no Alto Rio Pardo – agricultura geraizeira

Desenvolvida nos Gerais, que são regiões de serras e planaltos, ambientes dominados pelos cerrados e áreas de transição. A baixa fertilidade natural das terras é compensada pelo conhecimento dos ambientes, aproveitando os nichos ecológicos – para produção e extrativismo – associados com a caça e pesca, a diversidade de espécies e variedades manejadas.

Abastecimento de alimentos junto às áreas de caatinga: farinha, polvilho, rapadura, açúcar, café, cachaça, frutas nativas e dos quintais. A região norte de Minas e Salinas, em particular, são reconhecidas como produtoras de cachaça artesanal de alta qualidade.

Há grande quantidade de alambiques de características tradicionais nas comunidades geraizeiras na região do Alto Rio Pardo. Porém, mesmo com investimentos do PRONAF, verificaram-se resultados insatisfatórios: empobrecimento generalizado, muitos alambiques fechados e piora significativa na qualidade da cachaça.

Quadro 1 – Produção de cana no Alto Rio Pardo, Minas Gerais, Brasil

A Produção de Cana no Alto Rio Pardo

Município	Area Cultivada com Cana - ha.	
Rio Pardo de Minas (MG)	2.763	
Indaiabira (MG)	891	
Vargem Grande do Rio Pardo (MG)	429	
Novo Horizonte	191	
Santo Antonio do Retiro	450	
Salinas (MG)	847	
São João do Paraíso (MG)	823	
Montezuma (MG)	343	
Santa Cruz de Salinas	158	
Taiobeiras (MG)	302	
Fruta de Leite (MG)	128	
Rubelita	167	
Curral de Dentro	48	
Ninheira	84	
Berizal	-	
Area Total	7.624	

A arrecadação de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), pelo setor de Cachaça na região do Alto Rio Pardo – norte de Minas Gerais, e a produção de cachaça demonstram o potencial da atividade. Por exemplo, o município de Salinas é responsável por 91,54% dos mais de R\$ 757 mil arrecadados em conceito de ICMS do setor na microrregião do Alto Rio Pardo, a qual é composta por 17 municípios. O total arrecadado pela microrregião é de R\$ 757.993,44 e o total arrecadado pelo Estado de Minas Gerais é de R\$ 1.494.687,37. Portanto, a microrregião é responsável por contribuir com mais de 50% do ICMS correspondente ao setor da cachaça no Estado².

No município do Rio Pardo, foram produzidos cinco milhões de litros na safra 2006 em 31 comunidades (cana plantada por 318 famílias e beneficiadas em 150 fábricas). Nessa mesma safra, na região do Alto Rio Pardo, produziram-se 10 milhões de litros de cachaça. E pelo menos **1.125 postos de trabalho** são gerados diretamente na produção da cachaça no território (450 fábricas no Alto Rio Pardo).

2. Queijarias da Serra Geral – agricultura catingueira

A região de caatingas do sopé da Serra Geral tem sua história associada com a ocupação colonial portuguesa e italiana. Inicialmente, com os criadores de gado, paralelamente e, em seguida, com o desenvolvimento de uma agricultura mais diversificada praticada por brancos de origem europeia que foram se mestiçando com negros ou descendentes indígenas. Desenvolveram, a partir daí, a agricultura denominada de catingueira, que, além da produção de carne e alimentos básicos, incorporava o cultivo do algodão em seus sistemas diversificados de produção de alimentos.

A especialização da pecuária leiteira no Vale do Rio Mosquito é recente, data aproximadamente de 1990, quando a cultura algodoeira entrou em crise por causa da abertura dos mercados ocorrida na era Collor, concomitantemente à introdução da praga do algodão conhecida como bicudo. Os baixos preços do algodão e a dificuldade do controle do bicudo levaram a busca de novas alternativas econômicas nessa microrregião da caatinga mineira. A opção do Estado foi a de implantar programas de pecuária leiteira integrados às agroindústrias.

Perante essa ação do Estado, os catingueiros redefiniram sua estratégia e buscaram alternativas para se desvincularem da subordinação à grande agroindústria.

Assim, retomaram antigas práticas tradicionais de produção de queijo e de requeijão baseadas nas queijarias familiares, comunitárias e cooperativas. Porém, essas iniciativas esbarraram primeiro na pouca capacidade do mercado local em absorver essa produção de queijo e requeijão que foi se tornando cada vez mais significativa. Essa dificuldade foi contornada pelos catingueiros via os “territórios flexíveis”, que se estenderam para espaços geograficamente distantes, mas culturalmente muito próximos. Onde? Na periferia de São Paulo, lugar para onde muitas famílias da região migraram em busca de melhores oportunidades de vida, onde vivem milhares de nordestinos e onde os produtos do sertão continuam presentes em sua culinária; e onde vivem centenas de famílias.

Outros grupos ousaram mais e constituíram duas pequenas cooperativas: a CRESCER e a CRISTAL, adotando uma estratégia comercial de inserção no mercado, dinamizando a cadeia de produção, empregos e renda nos mercados local e microrregional.

Quadro 2 – Queijarias da Serra Geral, Minas Gerais, Brasil

QUEIJARIAS DA SERRA GERAL							
Participação Agroindústrias Processadoras de Leite na Região da Serra do Espinhaço (Porteirinha, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas)							
Origem	Fabriqueta	%	Crescer e Cristal	%	Nestlé	%	Total
Quant	37		2		1		
No Fam.	293	46	300	47	44	7	637
Litros dia	15.876	34	14.928	32	15.505	33	46.309
Litros / mês	476.280	34	447.854	32	465.150	33	1.389.284

Fonte: Pesquisa AAI GEAR – 2005

3. Consequências e desafios

A estratégia empreendida pela agricultura familiar dessa microrregião desafia o pensamento estabelecido de que é imperativo se subordinar e integrar aos grandes conglomerados agroindustriais. As cooperativas e fabriquetas geram uma cadeia invisível de negócios, de emprego e renda que extrapolam a vida socioeconômica dos agricultores familiares da caatinga, estendendo seus benefícios para cidades próximas, sua vizinhança e atingindo municípios geograficamente distantes como São Paulo, mas culturalmente muito próximos. Nesses locais, os produtos também geram emprego e renda circulando por uma teia também invisível de distribuição até chegar aos consumidores finais, pessoas oriundas em sua grande maioria do sertão. Porém, circulam na “teia da clandestinidade” perseguidos ferozmente pela política fiscal e sanitária que atende aos interesses das grandes agroindústrias leiteiras.

Figura 2 – Mapa histórico de uso de ocupação do território da comunidade de Pau Preto, Minas Gerais, Brasil



4. Iniciativas em andamento: reposicionamento socioeconômico que tem como lastro a tradicionalidade

É necessária a proteção dos territórios das populações nativas para que não fiquem subordinadas às grandes corporações, sem perder sua base de sustentação: terra, alimentos e ecossistemas naturais. Nesse sentido, há algumas questões que devem ser priorizadas:

Desenvolvimento de produtos nativos e regionais associados a circuitos econômicos da agricultura familiar.

Fortalecimento das redes sociotécnicas associadas a essas iniciativas e suas interações nos âmbitos micro e macro.

Articulação de políticas (agrárias, econômicas, tributárias, sanitárias, ambientais, educacionais) que passem a considerar suas especificidades nos âmbitos municipais, estadual e federal.

Necessidade de relativizar a agricultura tradicional e comunidades camponesas, essencializadas como produção para o autoconsumo, isoladas da economia central e na periferia do sistema mundial.

Ao contrário, os estudos reconhecem uma economia movimentada por complexas redes de comércios, imersas no que estamos chamando de uma “economia invisível”.

Essa invisibilidade diminui a capacidade desses atores de negociar políticas com o conjunto da sociedade, deixando terreno para que as grandes corporações tomem de assalto as economias dos municípios, apresentando-se como a única alternativa econômica e de “ajuda ao desenvolvimento”.

A permanência da condição de clandestinidade não interessa ao conjunto da sociedade, porque são oferecidos a ela produtos sem certificação de origem pelos órgãos de vigilância sanitária. Assim, sob os auspícios da clandestinidade, tudo pode ser possível, desde a produção dos melhores queijos ou das melhores cachaças a preços acessíveis, até a oferta à população de produtos de alto risco para a saúde.

O desafio a ser enfrentado enquanto questão pública é traçar estratégias e um conjunto articulado de políticas, desde a esfera municipal, para um processo gradual e crescente de inclusão dessas redes de negócios em seus territórios, criando as condições de ajuste à legislação fiscal e sanitária.

A construção de políticas de inserção socioproductiva deve considerar a necessidade de uma releitura das dinâmicas econômicas que as comunidades locais vão construindo e/ou reconstruindo e que, muitas vezes, não são captadas pelos censos e demais sistemas de informações governamentais.

E, em particular, proteger aquelas que vêm sendo soterradas pelo avanço e expansão do modelo de desenvolvimento dos grandes conglomerados econômicos, do capital agroindustrial e financeiro, da mineração, da siderurgia, que movem em órbita planetária, subjugando políticas internacionais, nacionais, regionais e locais.

REFLEXÕES SOBRE INICIATIVAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA AS-PTA

- **Expositor: Jean Marc Von der Weid**
AS-PTA



A AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma ONG que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Começou sendo parte da estrutura da FASE, no chamado PTA FASE – Projeto de Tecnologias de Alternativas). Em 1990, passou a se chamar Programa de Agricultura Alternativa e, atualmente, AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. Mas por que se fez a opção pela agroecologia?

No começo dos anos de 1980, o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo Brasil levava à extinção ou marginalização social de ampla parcela da agricultura. E a oposição a esse modelo era fundamentalmente política, não se tinha um verdadeiro conhecimento agroecológico ou percepção das questões ambientais mais amplas. Era uma oposição de tipo político e social. Em um país como o Brasil, a agricultura familiar era importante, um setor que contribuía com o crescimento e a produção de alimentos para o mundo urbano. E, ainda, a teoria econômica da esquerda, a marxista inclusive, dizia que, com o avanço do modelo capitalista no campo, a agricultura camponesa e familiar era fadada a desaparecer. E isso não podia ser assim, não era possível aceitar essa enorme injustiça social. Era necessário buscar uma alternativa a esse modelo capitalista.

A agroecologia foi naquele momento uma alternativa econômico-social. A agroecologia demonstrava que era possível produzir com condições acessíveis à agricultura familiar, melhorar a produção, a renda, o consumo, desenvolver a agricultura familiar. Mais tarde, incorporou-se o conceito de sustentabilidade, que se ajustava perfeitamente à agroecologia.

A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas.

O modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola adotado pelo Brasil tem levado à marginalização maciça da agricultura familiar. Esse modelo, pautado ainda em muitos dos pressupostos da Revolução Verde e agora se valendo dos recursos da biotecnologia, é questionado pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que apoiam a agricultura familiar a partir de uma ideologia de tipo política e social, e não tanto por uma verdadeira compreensão da agroecologia como outro modelo de desenvolvimento, radicalmente diferente nos seus princípios, conceitos, metodologias e resultados. O enfoque agroecológico permite o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, assim como seu fortalecimento político, econômico e social.

Dados estatísticos demonstram que, entre 1986 e 2006, houve uma diminuição de aproximadamente 600.000 agricultores familiares. No entanto, nesse mesmo período, mais os quatro anos do segundo Governo Lula, foram assentados 1.200.000 agricultores. Como é possível esse número de assentados e uma perda absoluta do número de agricultores familiares na ordem de 30.000/ano? Isso significa que há uma perda absoluta de 30.000 agricultores/ano, de pessoas que saem do campo e que vão para a periferia das médias e grandes cidades.

Isso acontece porque o modelo de desenvolvimento rural brasileiro não está voltado para as condições desses agricultores, continua pautado no grande agronegócio das empresas capitalistas e no chamado “agronegócinho” da agricultura familiar, estimulado pelo Estado por meio de programas e projetos, em especial pelo PRONAF. O agronegócio e o “agronegócinho” se diferenciam somente por uma questão de escala. Nenhum dos dois é sustentável, pois ambos incorporam ao processo produtivo os agroquímicos e sementes melhoradas, terminam se especializando em monocultivos ou em poucas culturas comerciais e dependem de créditos (mais insumos externos) que reforçam

essa especialização produtiva. Isso resulta em permanentes processos de crises, em perda de propriedades e de territórios, migrações, endividamento, dependência de bancos, de mercados e de fornecedores.

O Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, da AS-PTA, concentra sua ação em 15 municípios compreendidos pela área de abrangência do polo sindical e das organizações da agricultura familiar da Borborema. A estratégia do programa está orientada para apoiar o aprimoramento das capacidades técnicas, metodológicas, sócio-organizativas e políticas das organizações vinculadas ao polo para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia.

O polo da Borborema é formado por uma rede de 15 STRs, aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos. Organizado em diferentes áreas temáticas – recursos hídricos, agrobiodiversidade, criação animal, saúde e alimentação, cultivos ecológicos, comercialização –, o programa assessora redes de inovação agroecológica que articulam mais de 5 mil famílias agricultoras do território da Borborema.

A experiência desenvolvida pela AS-PTA na região de Borborema demonstra a enorme viabilidade da abordagem agroecológica, ao mesmo tempo em que se defronta com dificuldades para levar essas experiências agroecológicas a níveis de escala maiores daqueles em que as ONGs estão acostumadas a trabalhar. Não na escala da propriedade, mas na escala da quantidade de agricultores envolvidos na experiência. O esforço de assistência técnica, de acompanhamento às propriedades só consegue lidar com projetos pequenos, com poucas famílias e ao longo de um tempo muito extenso, o qual não é uma boa solução. Do ponto de vista da relação custo-benefício da assistência técnica, isso é inviável. Foi preciso, assim, pensar em soluções capazes de lidar com o problema, mas em uma escala muito maior.

Tiveram início, então, processos de construção coletiva e participativa do conhecimento agroecológico. A dificuldade de se operar a agroecologia em uma forma maciça é que para a agroecologia, por definição, todas as experiências e propriedades são diferentes e cada uma delas deve elaborar suas próprias soluções técnicas e seu próprio desenho técnico de produção. As condições de solo, físicas, produtivas e climáticas, os tamanhos, as vocações produtivas, o acesso a mercados são diferentes de propriedade a propriedade. A questão que surgiu era como lidar em uma escala ampliada com soluções diferenciadas e com equipes de assessoria técnica reduzidas.

Assim, o princípio de tudo é o reconhecimento e valorização do saber e dos conhecimentos dos agricultores, sua história e tradição de práticas produtivas e de

trabalho, pois ninguém melhor que os agricultores para descobrir a melhor solução agroecológica para cada propriedade. Promoveu-se, então, a construção coletiva do conhecimento, metodologia da troca de experiências de agricultor para agricultor (de campesino a campesino) que tinha sido implementada na Nicarágua, quando, depois da substituição do governo sandinista pelo de Violeta Chamorro, nos anos 1990, e o desmonte do sistema de assistência técnica oficial (o que também aconteceu no Brasil), os agricultores voltaram para o sistema de assistência técnica campesina, realizada por meio de intercâmbios de experiências.

No caso do polo da Borborema, aplicou-se essa metodologia enriquecendo-a com o aporte da ciência, do conhecimento científico, da técnica, incorporando também nessas trocas e processos à universidade, centros de pesquisa, pesquisadores, para fazer uma fusão de conhecimentos que oferecesse aos agricultores novas perspectivas e possibilidades de intervir nas suas propriedades, selecionando e testando as soluções mais adequadas.

Houve, então, uma maciça dinâmica de experimentação dos sistemas produtivos em pequena escala. Eventualmente, foram necessários pequenos estímulos materiais, como acesso a sementes, a pequenas tecnologias ou empreendimentos. Contudo, foi criado um processo permanente e contínuo de discussões, de trocas, de observações, de melhoramentos, de novas informações, fazendo uma verdadeira construção coletiva do conhecimento. Isso teve resultados muito bons.

Esses bons resultados são atribuídos a duas razões principais: uma é de caráter pedagógico, e a outra, talvez mais importante ainda, é a construção de parcerias com as organizações mais consolidadas da agricultura familiar, tais como STRs, associações, cooperativas e federações, que permitiram ampliar a escala e sair da dinâmica da propriedade individual. Hoje, na região da Borborema, quase $\frac{3}{4}$ da execução do trabalho de assistência técnica são realizadas por meio dos intercâmbios ou pelos agricultores mais avançados que colocam suas experiências nos espaços de aprendizado e de experimentação para os agricultores que vão se integrando a essa dinâmica coletiva. Uma política pública de ATER pautada nos princípios agroecológicos e em metodologias participativas de experimentação permitiria resolver os problemas de escala mencionados, de tempo e de sustentabilidade institucional das experiências.

Isso exigiu um processo organizativo que não foi fácil nem automático, foi se estabelecendo com o tempo e que também teve implicações para o sindicalismo da região. Aliás, o sindicalismo brasileiro não traz na sua origem o debate e a prática da experimentação, e o desenvolvimento sustentável não faz parte da sua história. O sindicalismo brasileiro é historicamente reivindicativo, de representação de classe e, poucas vezes, tem discutido o processo de desenvolvimento além dos conceitos

tradicionais já estabelecidos. No máximo exigiu que o Estado fizesse esse processo de desenvolvimento via assistência técnica, políticas agrícolas, de crédito e preços. Essa relação com os sindicatos não foi fácil, porque o que se propunha é que fossem parceiros e atores do processo de desenvolvimento local. As associações e cooperativas foram mais sensíveis em repensar o modelo e os alicerces do desenvolvimento sustentável. E as organizações religiosas tiveram ainda menos vocação para discutir o desenvolvimento.

Um dos problemas mais delicados na abordagem agroecológica implementada pela AS-PTA no polo da Borborema é a transição, a passagem da construção do conhecimento propriamente dito e da identificação das condições e soluções técnicas de agricultor a agricultor, ao estágio das condições materiais que permitam intervir tecnicamente no conjunto da propriedade.

Isso não é fácil, porque significam problemas operacionais, de mão de obra, de material genético, enfim, questões que esbarram políticas públicas como crédito, tipo de financiamento para esse tipo de trabalho, ATER, mercados, canais de comercialização. O conjunto das políticas da agricultura familiar é inadequado para esse tipo de produção agroecológica.

No caso do PRONAF, há problemas de concepção e de operacionalização dessa política de crédito, inclusive no PRONAF Agroecologia e PRONAF Semiárido, que praticamente o inviabilizam. O programa que conceitualmente melhor se adaptou à proposta agroecológica é o PAA, mas ele é pequeno em termos de alcance e de recursos.

Em relação a ATER, houve forte cooperação das entidades com o governo, desde o primeiro plano nacional de assistência técnica e extensão rural, em 2003, quanto à concepção e formulação desses serviços para financiamento e estabelecimento de convênios com entidades que se dedicam à experimentação agroecológica. Mas, hoje, grande parte dessas entidades se recusa a participar desses programas, mesmo correndo o risco de fechar, pela burocracia governamental e em função da quantidade de exigências administrativas impossíveis de cumprir em termos de gestão e prestação de contas, levando à criminalização das ONGs.

Por fim, o conjunto das questões apresentadas impõe uma discussão sobre qual o modelo de desenvolvimento rural e de ATER a ser efetivamente implantado no Brasil.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS INICIATIVAS DE INSERÇÃO SOCIOPRODUTIVA

- **Expositor: Cândido Grzybowski**
Diretor-Geral do IBASE



Realizou alguns comentários gerais a partir das experiências, mas sem entrar especificamente nelas, e sobre alguns aspectos mais gerais apresentados no Fórum. Nesse sentido, o ponto principal, e que não apareceu explicitamente até o momento em nenhuma das abordagens, é que o que está posto é a disputa quanto aos projetos de sociedade que estão em jogo.

Há inclusões e exclusões, existem desigualdades e dominação; o domínio da terra e o agronegócio que confunde propriedade privada com privilégio. Esse é o pano de fundo quando se discute inclusão.

Emancipação social significa inclusão com cidadania, onde a questão econômica é notável, mas não é a principal. A questão política é a mais importante. Parece que para incluir é necessário um crescimento que exclui. O Brasil cresce mais, porém continua subordinado aos grandes centros financeiros de decisão. E isso é obscurecido, mas não se pode esquecer que existe o Ministério da Agricultura, que apoia o agronegócio que destrói florestas, polui terras e cursos de água e mata populações tradicionais e camponesas.

O Brasil é o único país dos emergentes que exporta natureza, o Brasil é um país primário – exportador e isso faz parte de um modelo que reproduz relações de dominação entre povos, relações imperialistas. O mesmo sistema que cria desigualdade e exclusão cria também destruição, caso o exemplo dos agrocombustíveis. O agronegócio consome 70% do estoque de água disponível no planeta.

Os 8 milhões de pobres no campo estão em torno de áreas dominadas pelo gado, pela soja, pela silvicultura. Fala-se do pobre como se o culpado pela sua pobreza fosse ele, o pobre, e assim se diz que há que treiná-lo para ser incluído na produção e no mercado. O problema é de ordem cultural e político. Invisível é o agricultor familiar, suas experiências e inclusive os Territórios da Cidadania são invisíveis.

Existe o direito de cidadania que é vivido, a cidadania garantida a partir da percepção de ser titular de direitos. Uma coisa é não ter terra e outra perceber-se como um sem-terra e lutar por ela. A riqueza que se valoriza e contabiliza na sociedade produz luxo e lixo.

As experiências aqui apresentadas pelas organizações da sociedade civil devem se tornar mais visíveis para, assim, poderem avançar e acumular.

O que deve ser discutido são alternativas ao desenvolvimento, como será o “viver bem” fora deste modelo que nos é imposto. A maior parte dos alimentos que são consumidos é produzida ou controlada por grandes corporações e monopólios. Vinte anos depois da Rio-92, o panorama está confuso e até pior. Os grandes países não querem se comprometer com nenhuma das agendas ambientais.

PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS

Representante do Território Médio Rio das Contas (BA) – CEPLAC (poder público): comenta sobre experiência de comércio justo na cadeia do cacau com organizações sociais e sindicais da América do Norte e Europa. O comércio justo agrega respeito pelas relações éticas, étnicas e de gênero nas associações produtoras. O conhecimento é um elemento fundamental na gestão das novas relações entre a sociedade e o poder público. A sustentabilidade é qualidade, conservar os processos de sobrevivência. Qual o papel dos sindicatos, qual a concepção das lutas dos trabalhadores nas atuais circunstâncias e contexto planetário?

SEPLAN – BA: as políticas de combate à pobreza, inclusão, comercialização e outras desse porte podem efetivamente quebrar a hegemonia do capital do agronegócio ou, pelo menos, têm um mínimo de condições de fazê-lo. Será que a lógica territorial

tem capacidade de produzir um novo patamar de produção de cultura política capaz de estabelecer novas relações entre a sociedade civil e o poder público, rompendo a lógica paternalista, clientelista e corrupta dos municípios?

Território da Região Metropolitana de Salvador (BA): existe uma disputa nos territórios entre o campesinato e o agronegócio. O índice de Gini demonstra que a concentração fundiária tem aumentado nos últimos anos no Brasil; a questão do Código Florestal, dos cultivares transgênicos liberados pelo próprio governo. Patentes em mãos das grandes corporações. Como levar a agroecologia para todos os territórios? Necessidade de discussão da reforma agrária.

Rede dos Colegiados Territoriais do Estado de PE: como se pode dizer que o Brasil equalizou agronegócio com agricultura camponesa?

(MST) Sergipe: a agrobiodiversidade é motor para o desenvolvimento endógeno, ampliando cada vez mais essa inclusão e os povos e comunidades tradicionais. O PAA e o PNAE são efetivamente políticas que poderiam estar contribuindo na promoção de experiências que nem sempre se adaptam a elas. A agricultura familiar realmente precisa dessas políticas públicas.

Respostas

Jean Marc: comenta o conflito entre o atraso e o moderno e como isso se reflete na sociedade. Por exemplo, um agricultor de Borborema produz, com muita diversidade, alimentos de excelente qualidade nutritiva, com práticas tradicionais e um balanço energético altamente favorável, em uma propriedade de apenas um hectare e em uma área com declives e com clima instável. Para a maior parte da sociedade, essa é uma produção atrasada e sem viabilidade. Modernas e voltadas para o futuro são as grandes plantações de soja ou de eucaliptos, porque utilizam custosos insumos externos (agroquímicos e energia) e dependem de tecnologias cada vez mais de ponta.

Em relação à equalização da agricultura familiar e o agronegócio, o que o governo tem feito via PRONAF é tentar levar o agronegócio para a agricultura familiar, o tal do “agronegocinho” que faz perder a identidade da agricultura familiar, levando à exclusão de grande parte dos agricultores, sempre em disputa com esses processos de modernização. Na Europa e nos Estados Unidos, acontece o mesmo, muito embora seus agricultores se beneficiem de subsídios públicos. No Brasil, a dívida do agronegócio chega a R\$ 80 milhões, enquanto a da agricultura familiar é de R\$ 6 milhões. Diante dessa situação, como fazer chegar a agroecologia ao conjunto da agricultura familiar? Uma política pública é central para coordenar e animar esses processos de transição

agroecológica da agricultura familiar, e é a política de ATER, porque ainda pode sensibilizar e trazer outras políticas setoriais para a lógica da transversalidade da agroecologia.

Fernando – FASE Bahia: existe uma inversão de valores. Antes se discutiam e se aprovavam propostas originárias das bases e nas comunidades. Atualmente parece que há grande desmobilização e que as políticas são criadas de cima para baixo, desvirtuando histórias e trajetórias de muitas iniciativas e organizações. Há contradições no marco regulatório das ONGs dificultando sua operacionalização. Existe certa invisibilidade da agricultura familiar e uma mudança dos hábitos alimentares das próprias populações rurais.

Carlos – CAA NM: os territórios têm muitas respostas a dar e muitas soluções que já estão acontecendo, superando o marco de algumas políticas compensatórias. Reconhecimento da diversidade da agricultura familiar nas diferentes regiões do Brasil, e tem que se ter cuidado com a homogeneidade da política territorial, que somente reconhece alguns setores, quando, em princípio, os territórios deveriam agregar a todos, os iguais e os diferentes, os visíveis e os invisíveis.

O debate sobre a questão agrária não pode ser abandonado e, inclusive, é necessário pautar o INCRA para se elaborarem novos e mais diversos desenhos de reforma agrária. Buscar articulações e parcerias a nível internacional, porque essa é a única escala com a qual pode se enfrentar a voracidade e o espírito suicida do capital.

O agronegócio não sustenta a soberania e a segurança alimentar dos povos. E o Brasil não pode submeter sua soberania alimentar e sua sustentabilidade futura ao agronegócio. Reconhecimento da capacidade de sustentabilidade social a partir da produção da agricultura familiar, mesmo por fora dos mercados convencionais e até locais. Existe uma cosmo visão que move os povos e comunidades tradicionais. Com poucos investimentos de políticas públicas, podem-se corrigir pequenos erros de processos técnicos e produtivos e conseguir produtos de altíssima qualidade.

Cândido – IBASE: o moderno e o atrasado fazem parte da disputa democrática na sociedade; democracia é fazer com que as maiorias sejam efetivamente maiorias. O agronegócio não votou com a maioria e nem faz parte dela. No entanto, o Congresso age como se fosse por intermédio da chamada “bancada ruralista”. Algumas fortalezas: a agricultura familiar tem grande capacidade de futuro no sentido de preservar a natureza e o patrimônio ambiental dos povos. O agronegócio conseguiu variações do mesmo grão, reduziu a diversidade produtiva e alimentar ao arroz, milho, trigo, soja e alguns outros. E ainda existem 7.000 grãos cultivados pelos povos camponeses tradicionais. É uma questão estratégica defender esse patrimônio. O agronegócio é excludente pela

sua própria natureza. O maior crime cometido é a expropriação do saber contido nas sementes, destruindo os processos sociais e solidários embutidos na sua produção. Toda economia tem que ser regenerativa, tem que ser de cuidado.

A cidadania é localizada, as pessoas vivem e se identificam com um lugar. A própria ideia de território da agricultura familiar tem uma capacidade enorme de recompor esses lugares e tecidos sociais. Pensar de forma integrada as políticas de baixo para cima.

A inserção socioprodutiva só acontece se vier acompanhada da emancipação social e política. A organização nos territórios, dos sujeitos, é fundamental para mudar o presente e ganhar o futuro.

PAINEL 4 – REQUISITOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

■ **Coordenador do painel: Lauro Mattei**

OPPA/UFSC

■ 28 de outubro de 2011 (sexta-feira)



INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO EQUADOR

■ **Expositor: Miguel Carvajal Aguirre**

Vice-Ministro de Desenvolvimento
Rural do Equador



O Equador é um país que, conforme o Censo de 2010, tem uma população de 14.483.499 de habitantes distribuídos em 24 províncias, 226 regiões e 789 governos parroquiais. 62,8% da população se localiza em áreas urbanas e 37,2% no meio rural.

O Equador é um país pequeno, que se autorreconhece como mestiço e reconhece, constitucionalmente, outras populações: 71,9% da população é mestiça, 7,4% montubia (assim é chamado o camponês da costa), 7,2% afroecuatoriana, 7% indígena (habitam o país 15 nacionalidades indígenas) e a categoria genérica de outros é composta por 6,5% da população. Portanto, é um país plurinacional e multiétnico.

O fato de ser um país plurinacional implica questões que podem mudar a organização territorial do Equador, sua organização e integração nacional, governos municipais, paroquiais e províncias.

O reconhecimento de identidades, misturas étnicas, povos e culturas traz ao primeiro plano a questão do desenvolvimento rural e, associada a ele, a pobreza como um tema-chave e de grande preocupação para a administração pública.

O desenvolvimento não é somente um tema técnico e metodológico, mas fundamentalmente político e, nele, é fundamental a questão da participação popular qualificada na gestão das políticas.

O governo do Equador vem trabalhando há 30 anos com políticas de desenvolvimento rural e territorial, o que tem provocado a participação e envolvimento dos governos municipais, alguns dos quais procuraram, no limite, promover autonomia. Tudo isso não deixa de ser um campo de conflito no qual se expressam diversos interesses étnicos e setoriais muitas vezes contrapostos: camponeses, povos afro, indígenas e outros grupos.

Desde 2007, o Equador vive um processo chamado de Revolução Cidadã fortemente dedicado à recuperação do poder do público, do valor político e simbólico do Estado, e da sua capacidade de planejamento, estabelecendo ao mesmo tempo uma arena de combate ao neoliberalismo.

A recuperação do papel do Estado como agente regulador e indutor do desenvolvimento significa uma enérgica decisão de combater a pobreza e a desigualdade social, assim como a implementação de mecanismos de inclusão social e produtiva. A proposta é desenvolver a produção e, junto com isso, reconstruir a infraestrutura produtiva do país com sustentabilidade, recuperar a ética na administração pública e o valor da palavra na política, a soberania nacional, a construção da institucionalidade democrática, o exercício de uma política nacional soberana e o apoio ao fortalecimento da União Sul-Americana – UNASUR.

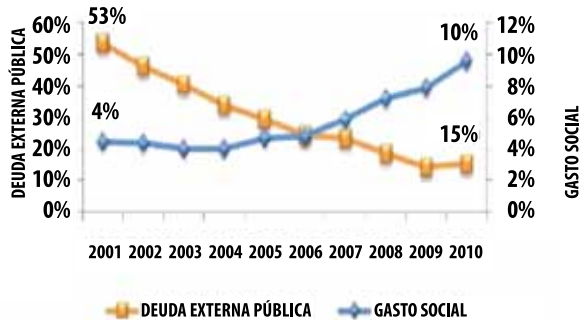
O marco constitucional da Revolução Cidadã estabelece:

- O Estado de direitos constitucionais para todos os equatorianos e também os direitos da natureza;
- O acesso ao “bom viver”, o direito de ser feliz e garantir a busca da felicidade humana, além do acesso à educação, à saúde;
- Fortalecimento dos processos de autonomias administrativas, políticas e culturais e a descentralização;
- A proteção do patrimônio cultural e natural;
- A cultura da paz, a segurança integral, a sociedade democrática e o combate à corrupção.

Na relação dívida externa/PIB e investimento social, observa-se significativa mudança nos últimos 10 anos. No início deste século, a dívida externa pública comprometia 53% do PIB e os investimentos sociais (saúde, educação, direitos etc.) não ultrapassavam 4% do PIB.

Gráfico 1 – Saldo da dívida externa pública e pressupostos setoriais sociais, Equador

**SALDO DE DEUDA EXTERNA PÚBLICA VS PRESUPUESTO SECTORIAL SOCIAL
(COMO PORCENTAJE DEL PIB)**

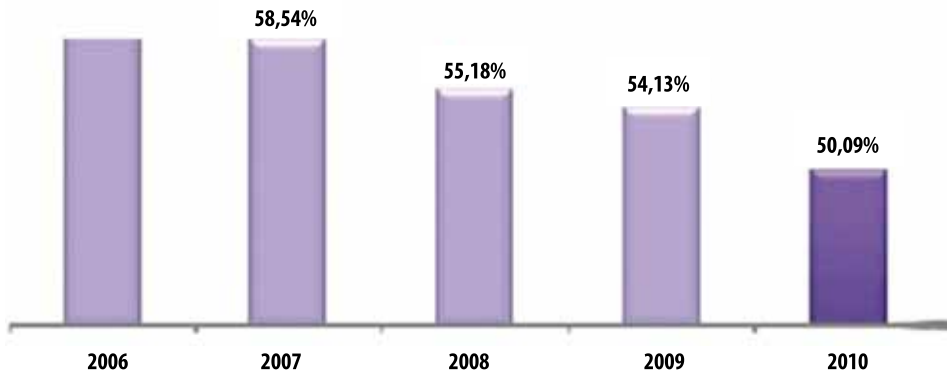


Agora, ambas as variáveis praticamente estão equacionadas: os investimentos sociais chegam a quase 10% e a relação dívida externa pública/PIB se reduziu a 15%, produto do saneamento das finanças e da economia de US\$7.000 milhões na renegociação da dívida. Há uma relação diferente com o Banco Mundial e o FMI com fortes efeitos no exercício da soberania política.

Aumentou-se a arrecadação e houve elevação da taxa de alguns impostos: desde terra aos produtos de luxo. Em 10 anos, a arrecadação de impostos aumentou em quase 700%. Implantou-se também uma nova política de petróleo que gerou capacidade de investimentos em saúde, infraestrutura, educação, diminuindo a desigualdade (índice de Gini).

Isso é muito significativo porque implicou avançar em políticas redistributivas e na redução da pobreza, que passou de 64% em 2000 para 29% em junho de 2011, e da pobreza extrema, de 39% para 12% no mesmo período. A pobreza agrícola foi reduzida cerca de 8% entre 2007 e 2010.

Gráfico 2 – Índice de pobreza, Equador



No campo da educação, o aumento do investimento em 300% em relação aos três governos anteriores se traduziu no fortalecimento e qualificação da educação pública com materiais adequados, com programas específicos de capacitação de professores, na construção de novos prédios escolares e nas merendas escolares a partir de uma alimentação nutritiva.

O mesmo ocorreu com a infraestrutura produtiva, viária, de comunicações, aeroportos e portos, energética (hidroelétricas), que passou de US\$ 985 milhões no triênio 2004-2006 para US\$ 5.115 milhões no período 2007-2011, trazendo efeitos positivos para o desenvolvimento territorial e benefícios para a integração dos povos indígenas.

Os desafios que devem ser superados no marco do desenvolvimento territorial dizem respeito à criação de novos níveis de governo: regionais, circunscrições territoriais

indígenas, zonas de regime especial; a ampliar os níveis de participação social; ao fortalecimento do equilíbrio regional e da equidade nacional com investimentos e políticas sistêmicas e integradas. Por outro lado, a abordagem territorial exige o incremento da participação dos governos autônomos descentralizados, implementando ações de desenvolvimento rural, viabilizando investimentos sociais e produtivos e garantindo uma gestão ambiental eficiente e democrática.

No campo do desenvolvimento rural, os desafios têm a ver com a continuidade da vontade política de privilegiar os investimentos sociais, de infraestrutura e de desenvolvimento econômico com preocupação ambiental. Incentivo às políticas de apoio técnico à produção: universidades e escolas que articulam a educação com a atividade profissional da agricultura.

Também é necessário melhorar a coordenação estatal nos programas sociais e de fomento produtivo, ampliando as políticas públicas de apoio à agricultura familiar, especialmente de crédito, fortalecendo as iniciativas de comercialização alternativa (economia popular solidária) e convencional, coibindo os abusos do mercado, mantendo e ampliando os programas de ATER e as inovações científicas e tecnológicas.

BANCOS PÚBLICOS E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

- **Expositor: Bruno Martello de Conti**
BNDES



A inclusão socioprodutiva tem seu lado de inclusão social daquela parcela da população que se encontra em situação de miséria extrema, mas também significa inclusão produtiva de pequenos e microempreendedores. Portanto é um termo de grande abrangência; é importante destacar isso desde o início, já que a apresentação passará por programas voltados a populações bastante diferentes.

O mercado de crédito é bastante peculiar e apresenta algumas distorções. Uma delas é a assimetria de informação, a qual acontece quando uma das partes envolvida em um contrato financeiro dispõe de conhecimento insuficiente sobre a outra parte, de modo que sua tomada de decisão é dificultada. A assimetria de informação leva aos problemas de risco moral e seleção adversa.

No mercado financeiro e de crédito, entende-se por “risco moral” um problema que se manifesta após a operação ter ocorrido, ou seja, quando o credor (banco) corre o risco de o tomador se engajar em atividades indesejáveis ou excessivamente arriscadas, reduzindo a probabilidade de recuperação de um empréstimo.

Já a “seleção adversa” é um problema de informação assimétrica que se manifesta antes que a transação efetivamente ocorra, representa a possibilidade de serem selecionados, para a obtenção de empréstimos, os tomadores de risco ruins, aqueles que se aventuram a tomar empréstimos independentemente das regras e normas, uma vez que não teriam intenção de honrar seus compromissos.

Ambos os problemas significam risco de não pagamento das obrigações contraídas e tendem a interferir na eficiência do funcionamento do mercado, particularmente no que se refere às operações que devem ser realizadas no mercado de crédito. Mitigadores de risco: racionamento do volume de crédito; taxas de juros elevadas; prazos restritos e exigências de garantias colaterais. Tudo isso leva a uma restrição de acesso ao crédito.

Ao aceitar que a exclusão socioprodutiva tem razões múltiplas e multidimensionais, os bancos públicos podem intervir oferecendo linhas de crédito que facilitam o acesso das pessoas excluídas ao sistema financeiro.

1. Bancos públicos e inclusão socioprodutiva

1.1. Investimentos

- Inclusão socioprodutiva e promoção do crescimento econômico;
- Investimento > geração de emprego e renda;
- Suscetibilidade do investimento à conjuntura macroeconômica;

- Bancos públicos: ação anticíclica.

Neste momento de crise internacional, o Brasil tem conseguido, de certa maneira, contornar a crise sem grandes consequências negativas em termos de aumento do desemprego, mantendo os níveis de emprego e de renda. Os bancos privados tendem a segurar a oferta de crédito. Aí é quando os bancos públicos intervêm com ações de caráter anticíclico, destaque para os investimentos na construção civil aumentando a demanda de mão de obra, a exemplo do BNDES nos investimentos do PLT.

1.2. Serviços públicos

As linhas de crédito dos bancos públicos financiam tanto Estados quanto municípios para obras de infraestrutura pública, energia elétrica, saneamento básico e redes de transporte, assim como para equipamentos que garantam a efetivação de direitos básicos como saúde, educação e justiça.

1.3. Microcrédito para giro e investimento

Estimula a autonomia e o empreendedorismo para novas atividades produtivas. *Mix* de políticas e programas públicos que atendem às demandas sociais e produtivas das famílias pobres. PRONAF; Programa Crediamigo (BNB); Programa Crescer; BNDES Microcrédito (em 2010, houve liberações na ordem de R\$ 60 milhões, apoio a bancos comunitários em parcerias; cartão BNDES financia investimentos a pequenas e microempresas, em 2011 chegou a 1 milhão de operações).

2. Estratégias do BNDES para inclusão socioproductiva

Ação territorial:

- APL: em 2007, foi criada a Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos de Desenvolvimento Regional – SAR, vinculada diretamente à Presidência do BNDES, e foi instituído o Comitê de Arranjos Produtivos de Inovação e Desenvolvimento Local Regional e Socioambiental – CAR-IMA, com o objetivo de promover a articulação interna e externa em torno dessas novas temáticas;
- Política de Atuação no Entorno: a política para atuação nas áreas de entorno de projetos estruturantes, estabelecida em dezembro de 2009, visa a diminuir os impactos negativos comumente gerados pelos empreendimentos, mas procura também, e principalmente, fortalecer os diversos agentes econômicos que atuam no território e implementar, de forma integrada, as ações e investimentos na região. Busca integrar a função de financiamento das atividades econômicas à abordagem de desenvolvimento territorial sustentável, enquanto processos

paralelos e complementares. Busca, além disso, promover as oportunidades de desenvolvimento econômico e social nas áreas de influência de projetos, por meio do apoio coordenado a ações e investimentos de diversas naturezas, priorizados com base no planejamento e pactuação territorial e na atuação integrada do empreendedor, do poder público e demais agentes interessados, gerando assim oportunidades de inclusão socioprodutiva ao redor desses empreendimentos.

Planejamento corporativo BNDES 2009-2014 passa por três temas transversais:

- Desenvolvimento local e desconcentração regional: o reconhecimento de que certos investimentos podem reforçar desigualdades regionais ou intrarregionais implica que os critérios de concessão de financiamento devem atentar para a necessidade de redução das heterogeneidades regionais. Ampliação da atuação nas Regiões Norte e Nordeste e nos Territórios da Cidadania.
- Fundo Social do BNDES: foi criado em 1997 com um percentual dos lucros do banco. Trata-se de recursos não reembolsáveis destinados a apoiar projetos de geração de trabalho e de investimentos coletivos, cooperativas e microcrédito. Há prioridade para investimentos de caráter ambiental e de cunho social nas áreas de saúde, educação e justiça. Busca-se que essas iniciativas se articulem no entorno de grandes projetos, atraindo a população que não é contemplada por estes¹. Assim como estabeleçam ações sinérgicas com outros entes públicos, tais como Ministérios, bancos públicos e órgãos dos governos municipal, estadual e federal.
- Intermediação: de recursos para cooperativas de crédito; OSCIPs e fundações tipo a FBB. Os benefícios que se percebem são maior capilaridade, maior conhecimento da realidade dos beneficiários e da realidade local, *know-how* com microcrédito, aumento do valor total em função da contrapartida dos parceiros etc.

O principal objetivo nesse planejamento do banco é incluir a comunidade como protagonista de seu próprio desenvolvimento, apoiando empreendimentos produtivos de baixa renda (madeira, cajucultura, ovinocaprinocultura, reciclagem, artesanato etc.). No entanto, há necessidade de articulação do crédito com outros instrumentos de política pública, tais como a capacitação dos atores envolvidos, programas de assistência técnica, fortalecimento da estrutura de escoamento dos produtos, políticas de geração de demanda, entre outros.

¹ Apoio a projetos de catadores de materiais recicláveis (R\$16,6 milhões, em parceria com FBB (2%), SENAES/MTE (13%), BR (42%) e BNDES FS (42%); saúde.

ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

- **Expositor: Roberto Marinho**
SENAES/MTE



1. Fundamentos para uma perspectiva emancipatória de inclusão socioprodutiva

Quais os paradigmas, as perspectivas emancipatórias para a inclusão socioprodutiva? Qual a perspectiva de desenvolvimento? Reproduzir o atual modelo de desenvolvimento: “o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana” (O Mito do Crescimento Econômico – Celso Furtado, 1974).

O caminho é construir políticas contra-hegemônicas nas quais a sociedade seja privilegiada em relação ao Estado e ao mercado. Proceder a uma mudança substancial do padrão civilizatório hegemônico. O desenvolvimento é concebido como um “projeto social” que possibilita a transformação global da sociedade.

O novo padrão civilizatório se assenta no tripé:

- Sustentabilidade: reconhecimento da unidade da vida na terra e equilíbrio entre as dimensões ambiental, social, cultural, política e econômica.

- Solidariedade: inclusão nos benefícios do desenvolvimento como cidadania; cooperação e autogestão – responsabilidade coletiva e compartilhada e respeito às diversidades e superação das desigualdades.
- Territorialidade: projeto nacional a partir de estratégias territoriais de desenvolvimento, com identidades, limites e soluções partilhadas entre Estado e sociedade.

Até agora houve alguns acúmulos e aprendizados, nos quais se destacam:

1. Desenvolvimento com distribuição de renda.
2. Recuperação da capacidade de intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento.
3. Fortalecimento do mercado interno com aumento da massa salarial, aumentos reais no salário mínimo, transferência de renda, infraestrutura, emprego e ampliação do crédito.
4. Política social como fator de dinamização do desenvolvimento.
5. Abordagem territorial nas políticas públicas: contextualização, desconcentração.

A perspectiva contra hegemônica do desenvolvimento territorial significa um processo endógeno de tempo largo para mobilização das forças sociais, das potencialidades econômicas e culturais com a finalidade de promover mudanças com a elevação das condições de vida em harmonia com o meio ambiente e com a participação ativa e solidária da comunidade no desenvolvimento.

Essa perspectiva contra-hegemônica está composta por: i) sistemas produtivos sustentáveis como estratégias criativas de organização do trabalho e de relação da atividade produtiva com a natureza; ii) diversidade ambiental e riqueza cultural para impulsionar atividades econômicas apropriadas; iii) iniciativas de inclusão para democratizar o acesso aos meios necessários à produção; iv) diversificação e pluriatividade com distintas atividades e fontes de renda, evitando a dependência monopólicia; e v) cooperação e associação como estratégia de integração e coesão socioeconômica.

Figura 1 – Organograma – dimensão econômica da sustentabilidade



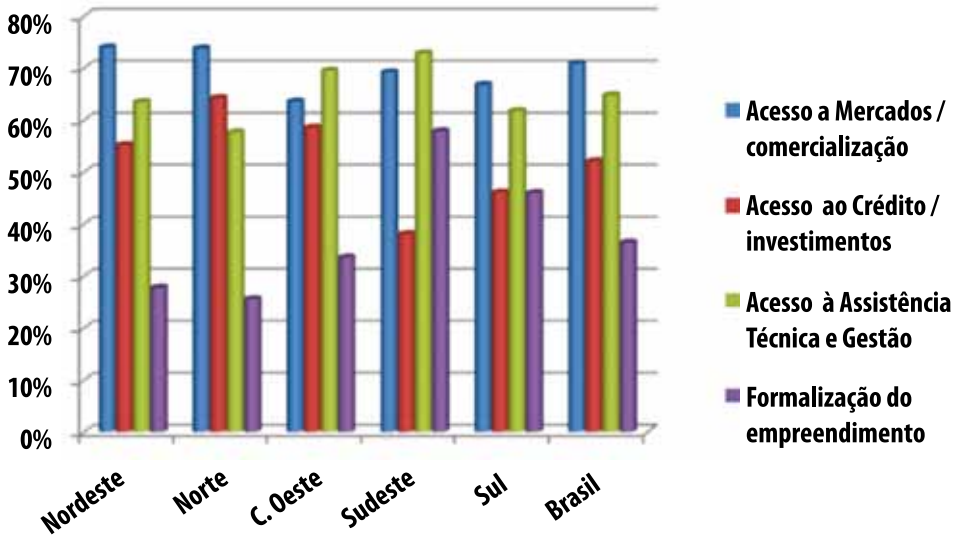
2. Estratégia: integração de iniciativas econômicas solidárias em redes territoriais de cooperação

Programa Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Economia Solidária que agrega no PPA os programas da SDT e da SNAES nas ações de inclusão socioprodutiva.

A economia solidária abrange 21.859 empreendimentos que empregam 1,7 milhão de pessoas em 2.934 municípios de todo o Brasil (52%) e movimentam R\$ 8 bilhões/ano.

Potencialidades de uma economia solidária: a) sistemas produtivos sustentáveis; b) consumo consciente e responsável; c) emancipação do trabalho e valorização do trabalhador; d) redução de disparidades de renda e de riqueza: propriedade coletiva e ganhos compartilhados; e) sistemas financeiros solidários; f) reconhecimento da mulher e do feminino – trabalho produtivo e reprodutivo – e empoderamento; e g) resgate humano de populações em extrema pobreza e exclusão.

Gráfico 1 – Principais dificuldades dos empreendimentos solidários, Brasil



Desafios para a economia solidária:

- Limitada capacidade de produção dos empreendimentos solidários com baixo valor agregado aos produtos e serviços;
- Desarticulação entre elos ou etapas de produção;
- Incerteza e riscos: pouca força de sustentação;
- Subordinação política, tecnológica e econômica em relação às decisões, sobretudo de mercado;
- Subalternidade: baixa participação no volume das vendas e nos resultados econômicos (excedentes);
- Integração produtiva subordinada: vínculos se dão com base em hierarquia comandada por grandes empresas, com extensas redes de subcontratações;
- Ação limitada e pulverizada de políticas públicas;
- Entraves no marco regulatório – não existe uma Lei de Economia Solidária, a lei de cooperativismo ainda é da época da ditadura militar, contradições com a legislação sanitária e falta de uma ATER adequada.

Existem algumas estratégias setoriais, como o fortalecimento de redes de cooperação solidária (organização setorial de unidades familiares e de empreendimentos solidários de um mesmo segmento produtivo para fortalecimento das suas iniciativas produtivas e sociopolíticas); a organização de cadeias produtivas (possibilidade de estruturação da economia familiar e da economia solidária em cadeias produtivas como estratégia para dinamização econômica territorial); e a integração em redes de cooperação. Essas últimas exigem:

- Condições mais favoráveis de disputa para superação da condição subalterna e subordinada;
- Inserção adequada dos empreendimentos solidários nos espaços de mercado, de forma sustentável: ganho de escala, constância na oferta dos produtos ou serviços, intercâmbio tecnológico para melhoria da qualidade e da produtividade, otimização de custos de produção e de gestão;
- Articular demandas comuns dos empreendimentos: assessoria técnica e gerencial, estratégias e mecanismos de acesso a mercado, estruturas logísticas para capacidade produtiva, atendimento aos aspectos legais;
- Ampliar o poder de governança sobre os resultados das diversas etapas do processo produtivo, aferindo uma renda justa para os seus integrantes.

A cadeia produtiva apresenta-se como um elemento de integração em redes de cooperação e representa um conjunto de etapas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, em ciclos de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços.

Neste contexto, a organização setorial dos empreendimentos solidários dialoga com as cadeias produtivas nas quais estão inseridos; também com os empreendimentos solidários, cujos serviços ou produtos se complementam, mas estão dispersos e desarticulados. Como exemplo: i) empreendimentos produtores de insumos; ii) empreendimentos solidários com foco no produto principal da cadeia; iii) empreendimentos solidários que operam no processo de transformação; e iv) empreendimentos solidários que atuam com logística e comercialização.

Entender o funcionamento da cadeia produtiva e mapear o conjunto de empreendimentos solidários que esta permite contribuem para identificar o fluxo do produto desde o insumo até o consumo final. No entanto, a abordagem de cadeias produtivas não deve suplantiar a pluriatividade com seus sistemas de produção.

As cadeias produtivas fortalecem as unidades de produção em sua relação vertical com os diversos elos e momentos das cadeias produtivas. Existem, nesse processo, a chamada integração horizontal (que articula empreendimentos localizados no mesmo estágio ou nível de atuação em uma determinada atividade econômica) e a chamada integração vertical (que integra empreendimentos solidários que atuam em diferentes etapas de uma cadeia de produção, podendo englobar desde a etapa primária de produção, passando pela etapa de beneficiamento e/ou industrialização e chegando até o consumidor final, com a etapa de comercialização).

Os planos de cadeias são ferramentas organizadoras das demandas dos empreendimentos solidários que podem ser apresentadas na lógica de um conjunto de projetos estruturantes da cadeia, norteando a captação de recursos de forma: racional, sequencial e complementar.

O planejamento das cadeias produtivas contribui para a organização mais estratégica dos empreendimentos solidários na busca das políticas necessárias ao seu desenvolvimento. Tem um caráter estratégico para que os trabalhadores organizados coletivamente possam avançar no “exercício da governança da cadeia produtiva”.

Por sua vez, a abordagem territorial é integradora de espaços de identidade, de coesão social e de intervenção intersetorial, envolvendo sujeitos sociais e políticas públicas em processos locais e territoriais de desenvolvimento.

A abordagem territorial implica os processos de mobilização, articulação, organização e formação para potencializar as iniciativas locais; o estímulo à autogestão e ao empoderamento dos sujeitos sociais em todas as dimensões; e o fomento e fortalecimento de empreendimentos solidários e redes de cooperação socioeconômicas. E o seu foco deve ser o fortalecimento dos empreendimentos solidários, suas redes de cooperação e a formação de agentes de desenvolvimento solidário como sujeitos de processos de desenvolvimento sustentável.

PLENÁRIA DE DEBATES - PERGUNTAS E RESPOSTAS

Território Região Metropolitana: qual o modelo de inclusão produtiva que está posto nas linhas de crédito do BNDES que beneficiam grandes empresas ou financiam serviços públicos quando a maioria da população está excluída dos serviços básicos e da saúde e da educação?

Comenta a diferenciação entre o emancipatório e a subordinação. Reprodução da antinomia cidade *versus* campo, na medida em que não se associa economia solidária e agricultura familiar. As linhas de crédito e financiamento disponibilizadas são para as grandes empresas com muitos milhões e pouquíssimos recursos para os empreendimentos solidários.

Respostas

Roberto Marinho: uma das políticas mais avançadas é a de resíduos sólidos, e a questão que se coloca é considerar a situação humana não só dos consumidores, mas, sobretudo, dos catadores e catadoras que estão envolvidos nessa atividade. Abordagem segue na promoção de redes e na integração das ações dos catadores. Existem iniciativas na área urbana com mulheres que estão em situação de pobreza extrema. Perspectiva de trabalhar com mercado institucional e convencional, e comércio justo. Do ponto de vista da política pública de crédito, esta não existe para empreendimentos solidários nas áreas urbanas.

Bruno: de fato, a experiência histórica do BNDES foi sempre com as grandes empresas, embora exista uma tendência a se apoiarem outras iniciativas de inclusão social e produtiva. Mas, ao se tratar de um órgão público, o banco segue as linhas gerais do governo federal quanto ao modelo de desenvolvimento a ser fortalecido.

Miguel Carvajal: insiste em um tema relevante: falar de inclusão não é só falar de instrumentos de política pública, são necessários, mas não são suficientes. Tem que se falar de grandes investimentos para construção de uma sociedade equitativa, incluindo as pessoas com capacidades diferenciadas, mulheres e indígenas. Construção de hegemonias diferentes, e não de contra-hegemonias, para caminhar em direção de sociedades, relações, institucionalidades e sustentabilidades distintas. Desafio geracional distinto.

Manifestação da Coordenação Estadual de Território da Bahia – CET:

Representantes da Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia (CET) e da Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT), presentes ao evento, manifestaram seu

desagrado pela ausência sistemática de autoridades e representantes do governo do Estado da Bahia, sobretudo durante a abertura do Fórum, não considerando a importância e oportunidade histórica da presença de representantes e autoridades governamentais de outros países da América. Reclamação que essa insatisfação se estendeu à organização do evento, que não teve a sensibilidade de convidar para integrar a mesa de abertura uma representante das mulheres, dos povos indígenas e de integrantes da RNCT, todas estas organizações empenhadas no fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Também foi questionada a falta de debate de programas do governo federal que tratam especificamente das políticas de inclusão socioprodutiva. Entendimento de que o governo tem que fazer sua parte, não somente a sociedade. Reiteraram a insatisfação por essas faltas, esperando que na próxima edição do Fórum de DRS essas questões sejam corrigidas¹.

Conforme um manifestante, o geógrafo baiano Milton Santos disse que não existem espaços vazios. Os espaços geográficos têm gente, pessoas, histórias e relações. Por isso, desde seu início, a CET e a RNCT sempre defenderam a proposta dos Territórios de Identidade e, assim como foi definido pela I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em 2008, quer tornar realidade o lema de “Um Brasil Rural com Gente Feliz”.

¹ As delegações estrangeiras presentes foram convidadas para participar do ENREDENACIONAL – Encontro da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, previsto para acontecer entre os dias 11 e 15 de dezembro em Salvador-BA. Porém, razões de ordem administrativa e financeira aconselharam adiar sua realização para o primeiro trimestre de 2012.

SÍNTESE FINAL – ESTRATÉGIAS E PROPOSIÇÕES PARA A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

- **Expositor: Lauro Mattei**
OPPA/UFSC



O objetivo da síntese foi organizar, comentar e sistematizar as diversas experiências apresentadas, seus principais resultados e as grandes questões debatidas para indicar algumas pistas de ação às instituições responsáveis por dar continuidade à dinâmica do Fórum de DRS.

Parte I: Diagnóstico da realidade atual e projeções futuras

1. Mudanças na visão de desenvolvimento:

- Fim da compreensão do desenvolvimento como apenas crescimento econômico;
- Emergência da ideia de sustentabilidade;
- Inter-relações de indicadores de sustentabilidade relativos às dimensões social, econômica e ambiental;
- Emergência de novo paradigma técnico-produtivo e de novas relações de trabalho no marco do capitalismo.

2. Novo paradigma tecnológico:

- Novo padrão produtivo na agricultura baseado na biotecnologia e nos transgênicos e menos na química (Revolução Verde);
- Novo padrão energético com mais espaço para as fontes de energia renováveis (biocombustíveis, energia solar, eólica etc.);
- Conformação da sociedade do conhecimento, com destaque especial para o papel estratégico das inovações;
- As inovações precisam ser vistas como um processo social capaz de construir um novo modelo de desenvolvimento;
- Essas inovações organizacionais, institucionais e políticas dependem das demandas sociais e das ações dos próprios movimentos sociais;
- As inovações precisam ampliar o acesso ao conhecimento e estar na origem das políticas públicas.

3. Uma nova ordem social amparada:

- Na ampliação e garantia dos direitos sociais;
- Na coesão social e no combate à exclusão;
- Na construção da soberania e da segurança alimentar e nutricional;
- No protagonismo dos atores;
- No respeito à diversidade étnica, racial e de gênero.

4. Uma nova estratégia de desenvolvimento com base:

- Na coesão territorial;
- Na governança participativa;
- Na geração de oportunidades que não se restringem somente à renda e ao emprego;
- Na inclusão produtiva;
- Na sustentabilidade econômica, social e ambiental das atividades produtivas.

Parte II: Requisitos para a construção de estratégias socioproductivas

1. Estratégias de inclusão productiva

- Construção de uma economia solidária;
- Diversificação das atividades productivas com agregação de valor aos produtos;
- Ampliação do acesso aos mercados locais e regionais;
- Articulação da produção a partir das cadeias productivas;
- Gestão e conservação dos recursos naturais e do patrimônio rural;
- Ampliação do acesso aos serviços de infraestrutura básica;
- Ampliação do acesso aos serviços sociais nos territórios rurais;
- Manutenção e ampliação das políticas de transferências de renda;
- Ampliação da organização social visando uma inclusão de baixo para cima;
- Gestão social das políticas públicas visando reduzir os déficits institucionais de participação das organizações da sociedade civil.

2. Propostas de ações para a inclusão productiva:

2.a. Políticas productivas para as áreas rurais:

- Implementar sistemas de produção de base agroecológica visando à sustentabilidade ambiental – macroprograma da agricultura familiar na Embrapa, embora deva se ressaltar que essa instituição “não sabe fazer pesquisa para agricultura familiar”;
- Ofertar uma política de ATER com qualidade e regularidade;
- Realizar e disponibilizar pesquisa agropecuária adequada para a agricultura familiar.

2.b. Políticas de apoio creditício:

- Ampliar e consolidar o sistema público de microfinanças;

- Reformular e ampliar o crédito para os sistemas produtivos da agricultura familiar;
- Ampliar o crédito para investimentos em serviços de infraestrutura nos territórios rurais;
- Manter e ampliar linhas de crédito para dinamizar o mercado interno (feiras e mercados locais e regionais, merenda escolar).

2.c. Políticas de emprego e de qualificação da mão de obra:

- Ampliar os programas de formação e de capacitação dos trabalhadores rurais;
- Reconhecer o trabalho da mulher e dos jovens no meio rural;
- Estimular a geração de ocupações consideradas como trabalho decente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

2.d. Políticas organizacionais:

- Fortalecer as redes de organizações rurais;
- Ampliar o associativismo e o cooperativismo;
- Fortalecer e ampliar os órgãos colegiados, especialmente os colegiados territoriais;
- Construir processo de alianças entre os diferentes agentes territoriais.

2.e. Políticas sociais:

- Universalizar o acesso às políticas de educação e saúde, garantidas na Constituição, nos territórios rurais;
- Ampliar as políticas de transferência de renda para a população rural;
- Ampliar o valor dos benefícios visando reduzir as desigualdades de renda.

2.f. Outras propostas:

- Ampliar a articulação das políticas públicas entre as três esferas governamentais;
- Ampliar o marco legal, especialmente para aqueles setores da agricultura familiar que precisam de legislação específica;
- Melhorar a qualidade dos planos e projetos de desenvolvimento territorial.

MESA DE ENCERRAMENTO

- **Carlos Miranda**
Coordenador do IICA
- **Jerônimo Souza**
Secretário da SDT



Carlos Miranda

Agradecimento aos parceiros deste evento do Fórum, SDT, NEAD, governo do Estado da Bahia (SEAGRI, SEDIR, SEPLAN), BNB, FBB e MME, que ratificaram a necessidade e a importância de pensar e problematizar o tema da inclusão socioprodutiva, abrangendo desde a perspectiva da inclusão no desenvolvimento nacional, assunto abordado na palestra da professora Tânia Bacelar. Depois, a inclusão foi focada desde as grandes macropolíticas do governo federal, sobretudo na perspectiva da inovação e da educação. Posteriormente, as experiências internacionais e brasileiras, tanto do poder público quanto das organizações da sociedade civil, e culminando com o último painel que sinalizou um conjunto de indicações para desenhar estratégias e políticas de inclusão socioprodutiva. Provavelmente, a grande inquietação que esta edição do Fórum nos deixa seja aquela pergunta de Cândido: “Vamos nos incluir no modelo que nos excluiu”?

Finalizou com um agradecimento especial para todos os participantes.

Jerônimo Souza

É preciso revisitar a relação que o NEAD tem com os territórios rurais, fazendo que eles se apropriem dos estudos e pesquisas que têm sido realizados no campo do desenvolvimento rural. Agradecimento a toda a equipe do IICA pelo seu esforço e compromisso, aos participantes latino-americanos e europeus que contribuíram significativamente com suas experiências.

O Fórum DRS tem que ser uma referência de unidade de pensamento e de elaboração de propostas e de estratégias para o desenvolvimento territorial.

Por isso, por se tratar de uma referência que sinaliza caminhos e alternativas, seria altamente recomendável que, na próxima edição, a coordenação encarregada da realização do Fórum contasse com a participação e contribuição da RNCT, a qual vem demonstrando inegável vontade de construir a política de desenvolvimento territorial. Talvez tenha faltado mais espaço para a participação de representantes da sociedade civil nos debates. Mas, certamente, isso será contornado nos futuros eventos do Fórum.

Os debates e propostas deste Fórum não podem ficar esquecidos; eles têm que alimentar, continuar e replicar em outras ações, alguns, inclusive, contribuindo com a política governamental. Tanto a SDT e o NEAD, quanto a RNCT e o IICA, têm que aproveitar esses resultados, os debates e as propostas encaminhadas. É preciso avançar um pouco mais e aproveitar esses subsídios.

Por último, um enorme e sincero agradecimento a todos, tanto os da Bahia, como dos outros Estados e países. Entende que todos saíram com a sensação de dever cumprido e que novos horizontes estão se configurando. Finalizando com a seguinte frase:

O SEGREDO É O PODER. OS SEGREDOS VÃO GERMINANDO E LOGO SE REVELAM.
NÓS ESTAMOS DESCOBRINDO COISAS E ESTAMOS CONSTRUINDO UM MUNDO NOVO.

A PALAVRA É UTOPIA.

SIGLAS

APL – Arranjos Produtivos Locais

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BASA – Banco da Amazônia

BB – Banco do Brasil

BNB – Banco do Nordeste

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

CAA NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia

CCAA – Comunidades Autônomas

CEF – Caixa Econômica Federal

CET – Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPDA – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CPT – Comissão Pastoral da Terra

- DAP** – Declaração de Aptidão ao PRONAF
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DRS** – Desenvolvimento Rural Sustentável
- DRT** – Desenvolvimento Territorial Rural
- ECADERT** – Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial
- EES** – Empreendimentos em Economia Solidária
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ETSIAM** – Escuela Técnica Superior de Ingeniería Agronómica y de Montes
- EUA** – Estados Unidos da América
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
- FASE** – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FBB** – Fundação Banco do Brasil
- FEADER** – Fundo Europeu Agrário de Desenvolvimento Rural
- FEAGA** – Fundo Europeu Agrícola de Garantia
- FEDER** – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FEMP** – Federação Espanhola de Municípios e Províncias
- FETRAF** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Bahia
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- Fórum DRS** – Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável

FSE – Fundo Social Europeu

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCO – Instituto de Terra e Colonização

LpT – Luz para Todos

MARM – Ministério de Meio Ambiente, Meio Rural y Marinho

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MinC – Ministério de Cultura

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MST – Movimento de Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério de Trabalho e Emprego

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPPA – Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

OSCIP – Organização Social de Interesse Público

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Política Agrária Comum

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável

PBF – Programa Bolsa Família

PDRS – Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável

PGPMAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

PGPMBio – Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade

PIB – Produto Interno Bruto

PLT – Programa Luz para Todos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PPA – Plano Plurianual

PROGREDIR – Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROTERRITORIOS – Programa Ibero-Americano de Gestão Territorial

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PTA – Projeto Tecnologias Alternativas

PYMERURAL – Pequena e Média Empresa Rural

PZR – Planos de Zonas Rurais

REAF – Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul

RIS – Rede de Intercâmbio de Sementes

RNCT – Rede Nacional de Colegiados Territoriais

RRN – Rede Rural Nacional

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDIR – Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEPLAN-BA – Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia

SIBRATER – Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural

SM – Salário Mínimo

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUAF – Superintendência de Agricultura Familiar

SUASA – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNASUR – União Sul-Americana

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VAB – Valor Agregado Bruto

VBP – Valor Bruto da Produção



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura – IICA

Representação do IICA no Brasil

SHIS QI 3, Lote "A", Bloco "F" – Centro Empresarial Terracotta

CEP: 71.605-450 – Brasília-DF

Fone: 55 61 2106 5477

Fax: 55 61 2106 5459

E-mail: iica.br@iica.int

Homepage: www.iica.org.br